

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(DE 27 A 31 DE AGOSTO DE 2007)

LIVRO DOS MINICURSOS

DO XI CNLF

(Cadernos do CNLF, Vol. XI, N° 03)

Rio de Janeiro

CiFEFiL

2007

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

de 27 a 31 de agosto de 2007

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito
Delia Cambeiro Praça*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Carmem Lúcia Pereira Praxedes
Sérgio Arruda de Moura*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Silvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Centro Filológico Clóvis Monteiro (CFCM)

Magda Bahia Schlee Fernandes

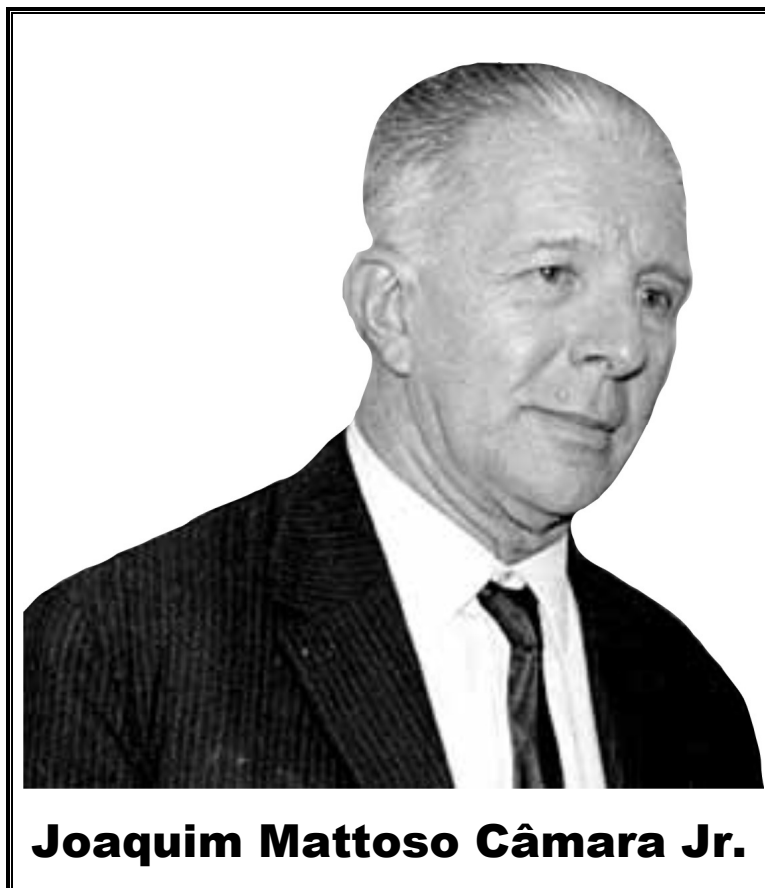
Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0-	Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	07
1-	A linguagem como traço essencial do homem: a pesquisa geolingüística – <i>Márcia Regina Teixeira da Encarnação e Adriana Cristina Cristianini</i>	09
2-	Desvios cometidos na interação - <i>Renata da Silva de Barcellos</i>	23
3-	Estratégias argumentativas em sala de aula – <i>Sigrid Gavazzi e Milena Maximo</i>	35
4-	Fontes do latim vulgar – <i>Maria Cristina Martins</i>	46
5-	Formas nominais portuguesas e conexões com o latim – <i>Márcio Luiz Moitinha Ribeiro</i>	66
6-	Neopedagogia da acentuação gráfica – <i>Francisco Dequi</i>	74
7-	Noções de tempo e aspecto no discurso: perspectivas para uma prática de leitura na escola – <i>Eliuse Sousa Silva</i>	78
8-	Nomenclatura auto-explicativa – <i>Francisco Dequi</i>	90
9-	Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio – <i>Patricia de Jesus Carvalhinhos e Alessandra Martins Antunes</i>	108
10-	Problemas da didática do latim – <i>Nestor Dockhorn</i>	122
11-	Semiótica & tecnologia: dos pictogramas à cibercultura – <i>Maria Suzett Biembengut Santade</i>	131
12-	Toponímia brasileira. Origens históricas – <i>Alessandra Martins Antunes e Patricia de Jesus Carvalhinhos</i>	141
13-	Tradução de títulos de filmes: questões de língua e mercado – <i>Sérgio Paulo Vasconcelos</i>	159
14-	Edição crítica – <i>José Pereira da Silva</i>	169



APRESENTAÇÃO

O *LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF*, com quatorze textos relativos aos vinte minicursos oferecidos nesta edição, já pode ser considerado uma tradição de nosso evento, visto já ser esperado pelos que vêm acompanhando essa produção nos últimos seis anos, desde 2002.

Apesar de ser uma edição absolutamente despretensiosa e sem qualquer objetivo de lucro, visto ser impossível produzir um livro de 180 páginas por menos de dez reais, que é o quanto se pede dos alunos dos minicursos, que também são oferecidos gratuitamente para todos os que se inscrevem no congresso.

Estão publicados aqui os textos dos minicursos que serão oferecidos pelos seguintes professores, conforme consta na programação divulgada: *Adriana Cristina Cristianini* (p. 09-22), *Alessandra Martins Antunes* (p. 108-121 e 141-158), *Eliuse Sousa Silva* (p. 78-89), *Francisco Dequi* (p. 74-77 e 90-107), *José Pereira da Silva* (p. 169-180), *Márcia Regina Teixeira da Encarnação* (p. 09-22), *Márcio Luiz Moitinha Ribeiro* (p. 66-73), *Maria Cristina Martins* (p. 46-65), *Maria Suzett Biembengut Santade* (p. 131-140), *Milena Maximo* (p. 35-45), *Nestor Dockhorn* (p. 122-130), *Patricia de Jesus Carvalhinhos* (p. 108-121 e 141-158), *Renata da Silva de Barcellos* (p. 23-34), *Sérgio Paulo Vasconcelos* (p. 159-168) e *Sigrid Gavazzi* (p. 35-45), que entregaram seus textos até a primeira semana de agosto, quando se esgotou todo o prazo possível para espera de textos para publicação.

Dos minicursos oferecidos neste ano, deixam de ser publicados aqui, por motivos diversos, os textos completos dos trabalhos de *Albelita Lourdes Monteiro Cardoso* (USP), *Carmem Lúcia Pereira Praxedes* (UERJ e UEZO), *Denise Gomes Leal da Cruz Pacheco* (UCLA, UNESA e EARJ), *Leonor Lopes Fávero* (USP e PUC-SP), *Márcia Antônia Guedes Molina* (UNISA e UNIA), *Maria João Marçalo* (Univ. de Évora), *Paulo de Tarso Galembeck* (UEL) de *Sílvio Ribeiro da Silva* (UFGO / UNICAMP), que não chegaram a nossas mãos em tempo hábil, cujos títulos são “A história da Gramática no Brasil”, “A impor-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

tância do conhecimento dos pressupostos lingüísticos básicos para o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras”, “Léxico da cultura popular do Maranhão: o vocabulário do Bumba-meu-boi”, “Os estudos lingüísticos em Portugal”, “Por uma abordagem no ensino de leitura e escrita a partir da ótica do gênero do discurso”, “Português Língua não Materna: Perspectivas em Política Lingüística, formação de professores e produção de materiais didáticos” e “Situação e contextualização em textos falados e escritos”.

Alguns dos docentes acima relacionados não mandaram seus textos porque pretendem apresentar a matéria já publicada em livros de sua autoria que serão divulgados e disponibilizados à venda na época do evento. Outros tiveram algum tipo de dificuldades ou simplesmente desistiram de publicá-los, preferindo surpreender seus alunos com o material disponibilizado apenas para os que escolherem o seu minicurso.

Os alunos que se inscreverem apenas nos minicursos que não disponibilizaram os textos não terão necessidade, naturalmente, de adquirir esse volume.

Os textos aqui apresentados são dos professores

Rio de Janeiro, agosto de 2007.

José Pereira da Silva

**A LINGUAGEM COMO TRAÇO ESSENCIAL DO HOMEM:
A PESQUISA GEOLINGÜÍSTICA**

*Márcia Regina Teixeira da Encarnação (USP)
Adriana Cristina Cristianini (USP e UNIBAN)*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**A Pátria não é a raça, não é o meio,
não é o conjunto dos aparelhos econômicos e po-
líticos:
é o idioma criado ou herdado pelo povo.**

(Olavo Bilac)

O estudo da linguagem humana sempre despertou curiosidade e interesse nas mais diferentes culturas e sociedades em todos os períodos históricos, dada a sua importância em registrar todas as possíveis variações, sejam elas, diacrônicas, sincrônicas, diatópicas, diafásicas ou qualquer outra que venha a ser objeto de estudo de pesquisadores.

Quando buscamos encontrar uma realidade social, encontramos-a no universo da língua, pois é através dela que visualizamos o universo antropológico de um determinado grupo. Segundo Saussure, (1959: 103) “é o vocabulário que reflete mais diretamente o meio ambiente físico e social dos que falam”.

É importante acrescentar que as mudanças ocorrem com maior frequência no campo lexical, pois é aqui que se manifesta lingüísticamente a expressão do meio social que está em constante variação.

Ao estudarmos o léxico, concordamos com Vilela (1994: 6) que afirma que:

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralingüística e arquiva o saber lingüístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber lingüístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na coincidência dos falantes numa comunidade.

Reitera-se que a natureza dos estudos de base lexical, por sua natureza básica, seja a de estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, instrumentam um maior e melhor conhecimento da língua falada, ao mesmo tempo em que nos propiciam o reconhecimento das diferenças culturais que compõem a realidade de um mesmo país.

Na segunda metade do século XIX, muitos lingüistas se debruçaram sobre os fenômenos mais diretamente ligados ao uso que os falantes fazem da língua e nas determinadas regiões em que eles ocorrem. Surgiram, então, a partir do princípio de que a língua é um sistema de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua, novos campos de reflexão e de pesquisa.

A DIALETOLOGIA E A GEOLINGÜÍSTICA

A Dialetoлогия é proveniente da palavra grega *dialektos* que significa diferença, diversidade. É o estudo sistemático das diferenças regionais de uma determinada língua.

A Geolingüística é o método da Dialetoлогия que estuda a variação lingüística em suas várias manifestações dentro de um espaço determinado.

Segundo Borba (1976: 54),

Geolingüística é um método de pesquisa lingüística que se propõe reconhecer as áreas de extensão dos fatos lingüísticos (fonéticos, morfológicos, sintáticos e léxicos). Como a posição e a distribuição destes no espaço obedecem a determinadas causas, a pesquisa de Geolingüística tende a transformar-se numa indagação histórica, com base geográfica, tornando-se, então, importante para a lingüística diacrônica. Por exemplo, demonstra o que separa, com o tempo, as línguas aparentadas e o que aproxima as línguas não aparentadas. Serve para a interpretação histórica dos fatos da língua, mas tem base diacrônica, pois a pesquisa se faz na língua atual, em determinado esta-

do. Os conjuntos são distribuídos em mapas, cujo conjunto forma um atlas lingüístico.

A Dialetoлогия é a disciplina que assumiu a tarefa de descrever os diferentes dialetos em que a língua se diversifica no espaço e de lhes estabelecer limites.

A Geolingüística ou Geografia Lingüística, segundo Dubois (1978: 307), “é o estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes”.

Podemos também ver a Geolingüística como um estudo cartográfico dos dialetos, como nos mostra Iordan (1962: 273) ao afirmar que “A geografia lingüística significa a representação cartográfica do material lingüístico com o objectivo de determinar a repetição topográfica dos fenômenos”.

Segundo Coseriu (1979: 103):

En la terminología técnica de la lingüística actual, la expresión ‘geografía lingüística’ designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en el campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablantes estudiados.

Dessa forma, é possível visualizar as relações entre o ambiente geográfico e a difusão e distribuição espacial dos fenômenos lingüísticos, verificando-se a norma diatópica da localidade. É o registro do material coletado em cartogramas lingüísticos que, compilados, constituem os atlas lingüísticos.

A idéia de se apresentarem os resultados em forma de atlas surgiu quase espontaneamente, por facilitar com uma vista de olhos as particularidades de um dialeto. Se comparado com o estudo dos glossários, foi um passo à frente nos estudos dialetais, pois por meio de um cartograma lingüístico podemos visualizar, de maneira sinóptica, as variedades lingüísticas de determinada lexia em uma dada área geográfica.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Considerando que a idéia de norma está definitivamente caracterizada pela presença da alta freqüência e pela distribuição regular das variações em uma comunidade lingüística, e que cabe à Geolingüística a descrição das variações diatópicas, poderemos especificar, por meio das respostas obtidas de entrevistas aplicadas a sujeitos de um certo grupo numa dada localização, a norma característica do local, além de precisar a repetição topográfica dos fenômenos observados em cartogramas.

É importante frisar que devemos chamar a Geolingüística de “método” e não “ciência”, pois se trata de um novo processo de estudo da linguagem humana. A Dialectologia, investigação científica dos dialetos, já existia antes da criação da Geolingüística, embora se utilizassem outros meios.

Antes da Geolingüística, entretanto, segundo Jordan (1962: 199):

[...] as particularidades características do dialecto estudado eram comparadas com as da língua comum (eventualmente com as de outros dialectos) e explicadas com auxílio dos métodos tradicionais da gramática” e, além disso, “[...] investigações no material recolhido sob a forma de glossários por diletantes que não tinham qualquer qualificação científica para tais trabalhos.

Muitas vezes, por isso, o valor desses trabalhos sobre determinado dialeto era diminuto.

É apenas no século XIX que surge um trabalho mais sistemático da variação diatópica, apesar de vários estudos sobre o uso da língua terem sido desenvolvidos anteriormente.

OS PRECURSORES DA DIALETOLOGIA E DA GEOLINGÜÍSTICA

Antes do surgimento dos estudos dialetológicos de caráter sistemático, alguns fatos isolados ocorreram, na Inglaterra, na Alemanha e na França, a saber:

Na Inglaterra, Chaucer usou o inglês do norte nos contos de Reeve de modo cômico e William Shakespeare identificou o gau-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lês Fluellen – personagem de Henry V, oficial do exército do rei, um tipo ridículo, com temperamento forte, acentuado por seu sotaque “curioso”.

Na Alemanha, a gramática do dialeto bávaro, escrito por Johann Andréas Schmeller, publicada em 1821 – *Die Mundarten Bayerns grammatisch dargestellt* – possui uma coletânea de contos, canções, diálogos, provérbios e um estudo comparativo de fonética e morfologia do dialeto rural bávaro e dos falantes considerados cultos, urbanos.

Na França, em 1790, o bispo constitucional de Blois e também deputado da assembleia nacional, Henri-Baptiste Grégoire, redige e envia uma circular destinada a verificar a vitalidade dos dialetos, mas na verdade, o que realmente pretende é apresentar um projeto de extinção dos patois à Convenção em nome dos ideais de igualdade e fraternidade. Em 1794, baseado nas respostas recebidas, apresenta um relatório sobre as necessidades de se destruir os dialetos.

A Convenção, que antes decretara providências para a unificação linguística do país, apenas determina que a Comissão de Instrução Pública apresente um relatório sobre a elaboração de uma gramática e de um vocabulário atualizados da língua francesa e não toma nenhuma atitude com relação aos patois.

Em 1804, com a criação da Academia Celta, cujo objetivo era o estudo das raízes culturais francesas, inclusive as de natureza linguística, os dialetos são considerados “monumentos de Antiguidade”.

O princípio da Dialectologia, no seu espectro mais amplo, tem dois marcos que imprimem as primeiras e principais diretrizes para trabalho de tal natureza: o levantamento de dados da realidade alemã feito por Wenker e a recolha sistemática para o *Atlas Linguistique de la France* (ALF), de Gilliéron e Edmont.

O SURGIMENTO DOS ATLAS LINGÜÍSTICOS

O Atlas de Georg Wenker

Wenker propôs-se a investigar o estrato fonético da língua a fim de demonstrar a existência de fronteiras dialetais. Envia um questionário de 335 palavras agrupadas em 40 frases curtas a professores e a pessoas cultas, elaborando, posteriormente, cartas com as respostas obtidas. Documenta a realidade dos usos que se registram na Alemanha – 40.736 localidades com um total de 44.251 respostas coletadas - recobrando, assim, ampla extensão do território. Sem controle sistemático de variáveis sociais, verifica-se que faixa etária e sexo não foram pré-determinados e nem, a posteriori, podem ser estabelecidos. Da escolaridade dos informantes, porém, e pelo fato de terem sido os questionários encaminhados aos inspetores regionais de escolas que os passavam aos instrutores, tem-se a dimensão: as respostas foram dadas por letrados, responsáveis pelo ensino na região e podem, ainda, contemplar a contribuição de outros aos quais tenham recorrido esses informantes básicos.

Essa primeira investida ressentia-se não apenas da ausência de controle de variáveis socioculturais dos informantes, mas também, e, sobretudo, reflete as dificuldades advindas de uma coleta de dados feita por correspondência, o que significa não observados *in loco*, com profundas implicações para o tratamento de informações fonéticas. Tem, porém, o mérito de dar um passo significativo para o avanço da Dialectologia: a documentação de fatos em distintas regiões com possibilidade de serem interrelacionados. A intercomparabilidade de dados espacialmente dispostos vai-se constituir, assim, numa das prerrogativas dos estudos dialetais a qual tem superado a linha do tempo e, de certo modo, garantido o continuum desse tipo de investigação. Para isso, apropriadamente, chama a atenção Rossi (1969: 87-8), afirmando que:

(...) a Dialectologia é uma ciência eminentemente contextual, isto é, (...) o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou em outra área (...).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Tal virtude teve a recolha de Wenker – são dados que reúnem a documentação de fatos em diferentes áreas - nada obstante e até o presente não se ter alcançado uma ampla divulgação de resultados, dos quais os primeiros foram publicados em 1881, em Strassburg, sob o título *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, com um conjunto de seis cartas, duas fonéticas e quatro morfológicas, constituindo o fascículo inicial do *Sprachatlas von Nord-und Mitteleuropa, auf Grund von systematisch mit Hilfe der Volksschuler gesammeltem Material aus circa 30.000 Orten*.

Se Wenker abre caminho para uma pesquisa diatópica ampla, permitindo a intercomparação de fatos de uma região com outras, o mérito de consolidar definitivamente o método de recolha dos dialetos geográficos vai recair sobre Jules Gilliéron que, em 1887, inicia a coleta de dados para o *Atlas Linguistique de la France* (ALF) (1902-1910).

O Atlas Lingüístico da França - Jules Guilliéron

O suíço Jules Gilliéron (1854-1926) apresentou-nos a Geolinguística como método de pesquisa e representação dos fenômenos lingüísticos em mapas. Iniciou seus estudos de Dialetoлогия na École Pratique des Hautes Études em 1883.

O trabalho de Gilliéron possibilitou a constatação da complexidade da evolução lingüística, provando que a língua falada está, muitas vezes, distante da língua escrita e pôde-se, a partir daí, ter uma idéia concreta dos fatores que influem na evolução.

O *Atlas Lingüístico da França* (ALF), concluído em 1910, contou com uma pesquisa dialetal baseada num amplo questionário aplicado em 639 localidades francesas pelo seu inquiridor Edmond Edmont que trabalhou quatro anos e meio, fazendo levantamento morfológico, sintático e léxico, resultando em 2.000 mapas e 10 volumes *in-folio*. As localidades escolhidas seguiram um critério quase que geométrico, localizadas a uma distância mais ou menos igual entre si e a transcrição fonética era minuciosa a fim de não alterar a impressão acústica recebida pelo inquiridor. Sua

principal contribuição metodológica está no fato de basear-se na documentação in loco, no caso específico, recolhida por um único pesquisador, Edmond Edmont.

As variáveis sociais, embora sejam depreensíveis a partir do exame do perfil dos sujeitos, não comparecem registradas nas cartas e, também, não foram programaticamente definidas. Assim, observa-se que as idades se estendem dos 15 aos 85 anos; a presença de sujeitos do sexo feminino é bastante reduzida e, conseqüentemente, assimétrica em relação ao número de sujeitos do sexo masculino; e, finalmente, o nível de escolaridade vem a ser identificado por dedução das categorias de sujeitos: os que têm profissão que supõe instrução secundária e aqueles cuja ocupação indica a necessidade apenas de instrução primária. Depois do *ALF* e dos estudos feitos por Gilliéron sobre os dados nele contidos, uma nova visão do tratamento do fenômeno da variação se estabelece, pois, no dizer de Rossi (1980: 95)

(...) não apenas a regularidade absoluta das modificações fonéticas recebia o tiro de misericórdia, mas o mesmo acontecia ao mito do dialeto como unidade de desenvolvimento histórico ininterrupto, orgânico e autônomo, preservada ao longo de séculos de interferências de outros dialetos.

Segundo Rossi (1980), a obra de Gilliéron, apesar de recebida com reservas por alguns lingüistas da época, como Maurice Grammont, Édouard Bourciez, Jules Ronjat e Georges Millardet, colocou em discussão a complexidade do fenômeno lingüístico tanto na perspectiva sincrônica como diacrônica e teve o mérito de marcar o início da aplicação do método da Geolingüística com rigor científico.

Esta obra motivou a publicação de atlas lingüísticos de outros países, como veremos, e convém assinalar aqui que a pesquisa de Geolingüística não termina com a elaboração dos atlas e que esses são apenas instrumentos de trabalho de leitura e interpretação das cartas, cujas conclusões são posteriormente estudadas.

A GEOLINGÜÍSTICA E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL

Os estudos dialetais começam no Brasil, tendo como precursor Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, que, a pedido do geógrafo Vêneto Balbi, escreve, em 1826, um capítulo para o livro *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe* em que mostra características da língua portuguesa falada no Brasil. Ferreira e Cardoso (1994: 37) dividem em três fases os estudos dialetais no Brasil.

A primeira fase

Tem como marco inicial a publicação de Visconde de Pedra Branca, em 1826 e termina em 1920, com a publicação de *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. Caracteriza-se pelas numerosas obras de caráter lexicográfico e das particularidades do Português do Brasil.

As obras publicadas neste período são dicionários, vocabulários e léxicos regionais.

A segunda fase

Caracteriza-se pela predominância de estudos gramaticais, embora ainda se produzam numerosos estudos de natureza lexicográfica. Nas primeiras publicações ainda mantém as características descritivas da primeira fase, mas logo começam a aparecer obras que vão, não apenas levantar dados, mas também discutir as variações do português falado no Brasil e a “preocupação com uma metodologia de abordagem voltada para o exame da realidade considerada nos seus diferentes aspectos” Ferreira e Cardoso (1994: 39). Nessa linha, merecem destaque dois trabalhos do início dessa fase: *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (1920) e *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes, publicado em 1922.

A terceira fase

Inicia-se no ano de 1953, tendo como finalidade o desenvolvimento e a efetiva implantação dos estudos geolingüísticos no Brasil, supondo-se a urgência na consecução do Atlas Lingüístico Nacional. Essa necessidade da elaboração de Atlas Lingüística Brasileira foi favorecida pela regulamentação do Decreto nº 30.643 de março de 1952 em que em seu Artigo 3º, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa, trazia a elaboração do referido Atlas. Regulamentada pela Portaria nº 536, de 26 de maio do mesmo ano, foi criado, então, o Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa.

Antenor Nascentes publica uma obra em 2 volumes (1958-1961), intitulada *Bases Para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, em que fornece as diretrizes gerais para a efetiva pesquisa de campo, dando indicações para a escolha dos pontos, dos sujeitos e também para a elaboração do questionário lingüístico a ser aplicado.

Na década de 50, valiosas contribuições foram feitas para o desenvolvimento da Geolingüística no Brasil, entre elas está a idéia da elaboração do atlas lingüístico nacional, na concepção, defendida pelos principais filólogos da época, de que uma empreitada de tal porte só poderia ser concebida partindo de atlas regionais e, ainda, por último, mas não menos importante, a criação de princípios gerais, um tipo de cartilha para direcionar e unificar a pesquisa, tornando o trabalho científico, direcionado e único em todo o território nacional.

Nascentes (1958) indica uma série de tarefas que considera importante para a concretização dos estudos dialetais:

1. a realização de sondagens preliminares;
2. recolha de vocabulário seguindo as exigências técnicas;
3. elaboração de monografias etnográfico-lingüísticas sobre determinadas áreas semânticas e sobre determinados falares da região;

4. elaboração de atlas regionais;

5. elaboração de Atlas Nacional

Estas postulações são utilizadas até os dias de hoje nas pesquisas geolinguísticas. Tivemos, no Brasil, até agora a elaboração dos seguintes atlas linguísticos:

- 1- *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB, em 1963;
- 2- *Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais* – EALMG, em 1977;
- 3- *Atlas Linguístico da Paraíba*, em 1984;
- 4- *Atlas Linguístico do Sergipe*, em 1987;
- 5- *Atlas Linguístico do Paraná*, em 1994;
- 6- *Atlas Linguístico do Sergipe II*, em 2002;
- 7- *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*, em 2002;
- 8- *Atlas Linguístico Sonoro do Pará*, 2004;
- 9- *Atlas Linguístico do Amazonas*, 2004.

Temos, em fase de elaboração, os seguintes atlas:

- *Atlas Linguístico do Brasil*;
- *Atlas Etnográfico do Acre*;
- *Atlas Linguístico do Ceará*;
- *Atlas Linguístico do Maranhão*;
- *Atlas Linguístico do Mato Grosso*;
- *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul*;
- *Atlas Geo-sociolinguístico do Pará*;
- *Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte*;

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

- *Atlas Etnolingüístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro;*
- *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo;*
- *Atlas Lingüístico do Paraná II.*

Também foram realizados estudos geolingüísticos que resultaram em dissertações e teses, dentre os quais, podemos citar:

- 1- BUENO, T. R. *Exame do gênero feminino em documentos geolingüísticos brasileiros no período de 1957 a 1994.* 2002. 83 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- 2- ENCARNAÇÃO, M. R. T. da. *Estudo geolingüístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ihabela.* 2005 167 p + anexos. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- 3- IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um atlas lingüístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais.* 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- 4- IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo geolingüístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspectos semântico-lexicais.* 2004. 431 p + anexos. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- 5- SANTOS, S. S. B. *Abordagem semântico-lexical do falar sorocabano, com base no questionário do ALiB.* 2005. 2 v + anexos, + CD-ROM. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

- 6- SANTOS, S. S. B. *Estudos geolingüísticos de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'alimentação e cozinha' (questionário do ALiB) no município de Sorocaba*. São Paulo, 2002. 227 p + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- 7- SILVA, M. do P. S. C. da. *Estudo semântico-lexical com vistas ao atlas lingüístico da mesorregião do Marajó/Pará*. São Paulo, 2002. 2 v. + anexos. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- 8- ZAMBO, F. V. *Proposta de análise semântico-lexical da lexia nevoeiro e suas variantes lexicais em seis atlas lingüísticos brasileiros*. São Paulo, 2002. 126 p + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Além desses estudos, cabe ressaltar o trabalho do Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolingüística – GPDG/USP, que tem o objetivo de fomentar a discussão e a pesquisa de temas relativos à Dialectologia/ Geolingüística.

Em 2005, o GPDG deu início ao projeto coletivo - "Estudo sociogeolingüístico do município de São Paulo: o léxico - parte I", que visa à elaboração de um banco de dados do léxico do português falado no município de São Paulo, do ponto de vista sociogeolingüístico, em cinco pontos do município de São Paulo, correspondentes às cinco regiões da cidade de São Paulo. Os membros do grupo têm apresentado seus trabalhos em congressos nacionais e internacionais e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este minicurso tem a intenção de fornecer uma visão dos caminhos percorridos pelos estudos geolingüísticos e trazer uma

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

contribuição à reflexão sobre o papel da Dialetoлогия. Pretendemos, ainda, discutir a forma como se delineam os passos metodológicos desse ramo de estudos lingüísticos e reforçar a idéia de que a pesquisa geolingüística permite que se apontem características e tendências lingüístico-culturais extremamente importantes para o registro e o resgate da identidade cultural do povo dos Estados, traçando as isoglossas que marcam as diversas regiões lingüísticas do País.

BIBLIOGRAFIA

BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Nacional, 1976.

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FERREIRA, C. & CARDOSO, S. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

IORDAN, I. *Introdução à lingüística românica*. Trad. de Júlia Dias Ferreira. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1962.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Ministério da Educação e da Cultura/Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II, 1961.

ROSSI, N. Os falares regionais do Brasil. **In:** *Atas*. O Simpósio de São Paulo. São Paulo, 1969.

ROSSI, Néelson. A realidade lingüística brasileira. **In:** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, n° 22, 1980.

SAUSSURE, F. *Course in General Linguistics* (W. Baskin, Trans.). New York: The Philosophical Library, 1959.

VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

DESVIOS COMETIDOS NA INTERAÇÃO

Renata da Silva de Barcellos (CETOP – UFF)

INTRODUÇÃO

O presente minicurso visa refletir sobre os desvios cometidos consciente ou inconscientemente (gafe, mal-entendido, dentre outros), ao longo de uma situação comunicativa. Nesse sentido, então, almejamos contribuir com uma possibilidade de análise interacionista (o trabalho será desenvolvido na área de Estudos Linguísticos à luz da Sociolinguística Interacional) desses fenômenos, a partir dos seguintes conceitos provenientes da pragmática e dos estudos das interações: *footing* (Goffman: 2002) e *preservação da face* (Goffman: 1975), *polidez* (Goffman: 1974), *enquadre* (Goffman: 1974), *negociação* (Kerbrat-Orecchioni: 2000) *identidade* (Charaudeau: 1991 & Kerbrat-Orecchioni: 2000) e *cultura* (Trouche *apud* Júdice, 2005: 69).

FALHAS CONSCIENTES OU INCONSCIENTES

Nesta parte, apresentaremos os desvios cometidos intencionalmente ou não. Vejamos:

Grosseria é a “expressão e/ou gesto que denotam descortesia, incivildade, ausência de educação, caráter, atributo do que é grosseiro mal-educado, incivil” (Houaiss, 2001). Vejamos o exemplo abaixo:

Na entrada da estréia do circo de Soleil, no Rio de Janeiro, um dos filhos da Fernanda Torres, Joaquim, acompanhado da família, ao ver os fotógrafos, virou o rosto e levantou o dedo médio em direção a eles. (*O Globo*, 04/11/07)

Ao realizar um ato não linguageiro “levantar o dedo médio”, cujo valor ilocutório seria de “parem, não quero ser fotografado”, Joaquim demonstrou seu incômodo com os flashes em sua

direção. Podemos dizer que o gesto de Joaquim soou como uma ofensa aos fotógrafos. E pelo fato de ele ser filho de artistas e de estar num local público, o insulto ameaçou a face dos fotógrafos e a de seus pais, por levar as pessoas a pensarem: “que tipo de educação recebe dos seus responsáveis?”. Isso significa dizer que, em qualquer interação, o indivíduo deve procurar agir de acordo com uma linha de conduta, por intermédio de um padrão de comportamento verbal, não-verbal e paraverbal, a fim de preservar a sua face e a dos outros interlocutores.

Dessa forma, a noção de polidez é de suma importância para tratarmos a grosseria. Ela consiste numa estratégia de preservação da face. Como nas trocas os participantes se preocupam em manter um certo controle da situação, eles se esforçam para evitar possíveis acidentes de comunicação ou para atenuá-los. As regras de polidez tornam-se, então, uma estratégia necessária nas interações, pois elas configuram “uma forma de otimizar a comunicação. A pessoa se mantém polida, também, para evitar situações que a deixem embaraçada” (Villaça, *apud* Mollica, 2004: 55). Portanto, alguns elementos são determinantes para que a grosseria comprometa a face de um dos interagentes. São eles: a identidade da pessoa que fez a grosseria, a sua posição social, o contexto no qual está inserido e o tipo de interação (assuntos a serem tratados posteriormente). Vejamos o seguinte exemplo: numa recepção, o senador Antônio Carlos Valadares, de Sergipe, se dirigiu a uma colega desta forma:

– A senhora é mais gorda pessoalmente do que na TV.

A elegante vítima mal recobrava a respiração e foi abatida por outra “gentileza” do senador:

– Eu vou te mandar uns chás de pata-de-vaca. Mas a senhora precisará do apoio de uma esteira. (*O Globo* 16/12/2006)

Nesta situação interlocutiva, através dos atos de linguagem realizados pelo senador, observamos uma seqüência de grosserias. Inicialmente, quando efetua um ato direto afirmativo: “A senhora é mais gorda pessoalmente do que na TV”, cujo valor ilocutório seria depreciativo, em que não só declara considerar a pessoa a

quem se apresenta fora de forma, como também intensifica esta caracterização “gorda” ao utilizar o advérbio de intensidade “mais”. Quando retoma a palavra depois “Eu vou te mandar uns chás de pata-de-vaca. Mas a senhora precisará do apoio de uma esteira”, fica implícito¹ que além da colega precisar fazer um regime (através da sugestão do chá de pata-de-vaca), necessita do auxílio de uma esteira para obter algum resultado (inferimos isso por meio da utilização da conjunção adversativa “mas”).

Mal-entendido é definido como “uma defasagem entre o sentido codificado pelo locutor (sentido intencional, que o emissor deseja transmitir ao destinatário) e o sentido decodificado pelo receptor” (Kerbrat-Orecchioni, 2005: 62). Ele é caracterizado pela divergência de interpretação cuja responsabilidade é frequentemente atribuída ao único receptor que não capta a intenção comunicativa do locutor, pois produz um outro sentido a uma ação praticada pelo seu interlocutor (Grunig, 1985). Resulta assim de uma inadequação entre a intenção que o locutor confere a sua ação e a interpretação feita pelo interlocutor. Por exemplo:

F. relata que estava na casa de P., à tarde, para pagar uns produtos de beleza da Natura a mãe desta, C. Durante a conversa, P. resolve comprar algumas guloseimas para preparar o lanche. Nesse momento, C. diz à P.:

- Traga a minha carteira!
- Tenho dinheiro. Não é preciso, obrigada.
- Não. A carteira é para eu colocar o meu dinheiro, senão pode sumir.

(episódio ocorrido em janeiro de 2004)

¹ A noção de implicatura foi desenvolvida por Grice (1975), que a define como um conjunto de regras que ordena a passagem do sentido literal ao não-literal. Ele a divide em dois grupos: o *das conversacionais*, que resultam na aplicação das “máximas conversacionais>.”; e o *das convencionais*, em que são provenientes das normas sociais (como a regra de polidez).

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Nessa troca, ao realizar um ato direto solicitativo “Traga a minha carteira!” C. leva P. ao equívoco. Como P. não reconheceu a intenção de C. implícita em seu enunciado, replicou: “Tenho dinheiro. Não é preciso, obrigada”, cujo valor ilocutório seria de recusa por estar implícito que C. estivesse se oferecendo para pagar as compras e não que pretendia simplesmente guardar o dinheiro recebido.

Mentira é definida como “uma afirmação contrária à verdade a fim de induzir a erro, pensamento, opinião ou juízo falso” (Houaiss, 2001). No momento em que a mentira é descoberta, o mentiroso tem a sua face ameaçada. Quem relata uma mentira, sabe a verdade e por algum motivo não a declara, como neste exemplo: o pastor Ted Haggard, líder evangélico americano, presidente da Associação Nacional de Evangélicos, que foi envolvido num escândalo homossexual, negou, inicialmente. Mas com o desdobramento do caso, confessou através de uma carta dirigida a fiéis. Vejamos:

Lamento as circunstâncias que provocaram tanta vergonha. Sou culpado de imoralidade sexual. E aceito a responsabilidade por todo o problema. Sou um mentiroso. Há uma parte de minha vida que é tão obscura e repulsiva que venho lutando contra isso durante toda a minha vida (...) neste momento minha confiabilidade é questionável. (*O Globo*, 09/01/2006)

Neste caso, a mentira compromete ainda mais a face de Ted por causa de sua identidade (de ser um pastor) e da sua posição social (líder evangélico). Diante da prática de tais ações (relações com um garoto de programa e uso de drogas), esses elementos contribuíram para o agravamento da mentira cometida. Afinal, foram encontradas “provas irrefutáveis de que a pessoa que a disse sabe que está mentindo e o faz deliberadamente” (Goffman, 1975: 62). Assim, devido ao fato de ter refutado a acusação, quando o garoto de programa Mike Jones o denunciou, declarando que o pastor lhe havia pago para manter relações sexuais com ele; e também que havia consumido metanfetamina, Haggard tornou-se um mentiroso. Ao ser descoberta a verdade, ele assume tal prática

(por meio de uma carta em que confirma o fato e renuncia o cargo de pastor), porque, neste caso, “o indivíduo surpreendido em flagrante no ato de dizer mentiras descaradas não apenas ficam desacreditadas durante uma interação, mas também podem ter sua dignidade destruída” (*ibidem*, 63). Nesse sentido, observamos que a mentira destruiu a imagem do pastor. Neste caso, como disse Kant, a mentira é “um crime que o homem comete contra si mesmo”.

Ironia. Historicamente, a noção de ironia consiste em dizer o contrário daquilo que se pensa, com intenção sarcástica ou depreciativa. Atualmente, alguns estudiosos vêm pesquisando esse tema, dentre eles, Kerbrat-Orecchioni, em *Problemas de ironia* (1976), que a define como uma contradição entre o que é dito e pensado por um mesmo indivíduo. Por exemplo: depois do erro cometido pela assistente Ana Paula contra o time Botafogo (ver página 42), o Flamengo passou a temer que o juiz Heber Roberto Lopes (por causa das reclamações contra a colega) entre em campo pressionado ou com pena do adversário. Por isso, o vice de futebol Kleber Leite declarou:

Com tanta reclamação. Parece que o mundo caiu e o Botafogo é um pobre coitado. O juiz indo para o jogo coagido. Além de linda, Ana Paula é muito competente e os lances que eles reclamam são complicados. (*O Globo* 25/05/07)

Nesta situação interlocutiva, observamos que os comentários não só feitos contra o Botafogo caracterizam um deboche “parece que o mundo caiu e o Botafogo é um pobre coitado” por causa da eliminação do time na Copa do Brasil, como também em relação à Ana Paula “é muito competente”, pois o que aconteceu com o Botafogo foi consequência do erro dela. Constatamos assim neste exemplo que Kleber Leite, ao utilizar o recurso da ironia, comprometeu a sua face por causa da sua identidade (é um profissional da área, vice de futebol, por isso, sabe a gravidade do erro e a sua consequência) e do conteúdo declarado (todos que tinham conhecimento do fato, sabiam da sua gravidade). Portanto, ao fazer tal declaração e as pessoas perceberem a ironia, Kleber compromete a sua face.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Gafe é definida por nós como o surgimento de uma ação (constituída pela realização de atos de linguagem² e/ou de atos não linguageiros) involuntária, imprevista ou até mesmo intencional praticada por um dos participantes, mas inadequada à situação comunicativa, cuja conseqüência é a desestabilização do curso da interação e ameaça à face do alvo. Vejamos o seguinte exemplo:

No carnaval de 2006, no camarote da Grande Rio, quando a atriz Suzana Vieira chegou, um repórter lhe fez a seguinte pergunta:

– Suzana, vamos fazer um ao vivo rapidinho? Conta pra gente, você vai desfilar ou vai ver aqui do camarote?

A atriz caiu na gargalhada. Gente, o que eu faço? Você não lê jornal, meu amor? (O Globo 26/02/07)

Na seqüência acima, a gafe é cometida no momento em que o repórter pergunta (através de um ato de linguagem direto) se a atriz desfilará ou não “você vai desfilar ou vai ver aqui do camarote?”. A atriz surpresa com o que ouviu, reage da seguinte maneira: primeiro, um comportamento não-verbal: gargalhada, que desempenha o papel de complementar³ o verbal, pois dá indícios do absurdo de um jornalista não saber da função dela na Grande Rio. E segundo, a atriz realiza dois atos de linguagem: um direto “ gente, o que eu faço?”, se dirigindo a quem estava a sua volta e ouviu a pergunta (em que o repórter comete a gafe por falta de conhecimento); e um ato de linguagem indireto “você não lê jornal, meu

² Primeiramente, cabe dizer que adotamos o termo “linguagem” no lugar de “fala” porque analisaremos os diversos tipos de linguagem (verbal, não-verbal e paraverbal) para esta pesquisa, ou seja, não nos restringiremos a linguagem verbal “fala”. A teoria dos atos de linguagem surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, no início dos anos sessenta, com os membros da Escola Analítica de Oxford – Austin, Searle, Strawson e outros. A partir da nova concepção de linguagem, enquanto forma de ação, o pioneiro Austin, desenvolveu a Teoria dos atos de fala, publicada, em 1962, no livro *How to do Things with words*. Mais tarde, Searle desenvolveu e aperfeiçoou o estudo e o funcionamento dos atos de linguagem na obra *Speech acts*, em 1969.

³ Segundo Kerbrat-Orecchioni, os atos não linguageiros têm três funções: primeiro, desempenham um papel subalterno em relação ao verbal, por exemplo, o enunciado “você pode me passar o sal?” geralmente vem acompanhado de um gesto de apontar. Segundo, desempenham um papel complementar, como nas saudações, é comum os gestos acrescentarem as palavras. E terceiro, assumem um papel integral quando sozinhos garantem a realização de uma intervenção (2005: 170-1).

amor?” cuja força ilocutória de repreensão, embora o enunciado se apresente formalmente como uma pergunta.

Ato falho & lapso. Primeiramente, cabe ressaltar que *o ato falho e o lapso* são denominados de *parapraxia* por Freud na obra intitulada *A psicopatologia da vida cotidiana* (1974). Neste livro, analisa estes fenômenos para demonstrar a existência de processos mentais inconscientes nas pessoas sadias, atribuindo o surgimento deles à interferência de algum desejo, conflito ou seqüência de pensamentos inconscientes. Ou seja, trata-se de um distúrbio onde as palavras apropriadas são substituídas por palavras inapropriadas que conservam, entretanto, com as primeiras, alguma espécie de relação.

O *lapso*, que “consiste em colocar outra palavra no lugar do que se pretendia dizer” (Freud, 1974:37), é um distúrbio da fala, que pode ser cometido por duas razões: primeira, pela influência de outro componente, como a antecipação de um som dentro de uma sentença no contexto; ou por questões exteriores à fala no contexto (como no exemplo abaixo de Dunga). Segundo Freud, há três tipos de lapso: língua, leitura e audição. Vejamos um deles:

– *lapso de língua*: “erro involuntário na pronúncia ou na escrita de uma palavra que altera o seu sentido” (Doron & Parot, 2001) como no exemplo abaixo em que o técnico Dunga profere “sugerimentos” em vez de “sugestões”:

Depois de um jogo em que seu time ganhou na Suíça, numa entrevista, ao ser elogiado pela sua elegância, o técnico Dunga diz:

– Gabriela dá seus sugerimentos (*O Globo*, 16/08/2006)

Segunda razão, o lapso pode ocorrer devido ao emprego de uma palavra por outra “um engano” (Péeron, 1996). Por exemplo, no segundo caderno, na coluna do Artur Xexéo, o jornalista relata o constrangimento que sofreu na entrega dos prêmios “Comunique-se”. Quando foi chamado para receber o seu prêmio, o troféu das mãos de Vercilo, fez um discurso para homenagear algumas

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

pessoas. Dentre elas, pretendia homenagear a editora de cultura da revista Carta capital, Ana Paula Souza. Mas nesse momento:

E por alguma razão inexplicável, referi-me a Ana Paula como Ana Cláudia. Ana Cláudia para cá, uma vez, Ana Cláudia para lá, duas vezes, falei três vezes o nome Ana Cláudia Souza, que por sinal, é outra coleguinha, tão talentosa e simpática quanto Ana Paula que eu queria homenagear, mas que não concorria a nada (...) Estou há uma semana ajoelhado no milho e repetindo como um mantra Ana Paula Souza... (*O Globo*, 20/09/2006)

No exemplo acima, o jornalista Artur Xexéo, em vez de proferir Ana Paula Souza, disse Ana Cláudia Souza. Nesse momento da sua intervenção, cometeu um lapso de língua e, por consequência, comprometeu a imagem dele (como foi capaz de trocar os nomes naquela situação?) e do seu alvo (no caso a pessoa que pretendia homenagear). A situação torna-se mais constrangedora pelo fato de, ao trocar os nomes, acabar se referindo a uma outra colega de trabalho, não concorrente a nenhum prêmio.

Os *atos falhos* têm como base o esquecimento, cuja definição é “o ato pelo qual o sujeito, a despeito de si mesmo, substitui um projeto ao qual visa deliberadamente por uma ação ou conduta imprevista” (Roudinesco e Plon, 1998: 40). Ou seja, o sujeito realiza um desejo inconsciente, mas quando desestabiliza a interação, atribui o seu fracasso à desatenção e ao acaso. Freud (1974) reuniu malogros de ação, da palavra e de memória. Por exemplo, no lançamento do Plano Nacional de Turismo, programa para estimular o turismo com crédito consignado, no Palácio do Planalto, ao perguntarem sobre o recomenda a quem viaja e enfrenta atrasos e caos nos aeroportos, a ministra Marta Suplicy responde:

– Relaxe e goza. Depois a gente esquece os transtornos. (*O Globo* 14/06/07)

O efeito deste ato falho cometido pela ministra contra os usuários de aeroportos foi de desafeto, porque, atualmente, passam horas para embarcar devido aos atrasos dos vôos. Esta declaração comprometeu a sua imagem (no status de ministra do turismo, deve demonstrar insatisfação com o atendimento nos aeroportos e não de tolerância) e a dos usuários (que pagam a passagem e têm o

direito de serem respeitados através do bom funcionamento do serviço), o que a levou a pedir desculpas horas depois da declaração.

Minha intenção foi dizer aos jornalistas e à população que viajar vale a pena, mesmo que os problemas nos aeroportos demorem um pouco um pouco mais, apesar de todo o empenho do governo federal para agilizar as soluções. (*O Globo* 14/06/07)

Segundo Freud, o grande valor das parapraxias consiste em “serem fenômenos muito comuns que, além de tudo, podem ser observados com facilidade em cada um, e ocorrer sem absolutamente implicar em doença” (1974: 98).

CONCLUSÃO

A partir da análise dos desvios cometidos consciente ou inconscientemente e de seus diferentes aspectos, como: identidade dos participantes e contexto, à luz da Sociolinguística Interacionista, constatamos que dependendo do comprometimento da face, podem causar desarmonia na interação em curso.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando Afonso de. *Linguagem e humor*. Niterói: EDUFF, 1999.

———. Desvios e efeitos na produção de enunciados. **In** *Boletim da ABRALIM*, Imprensa Universitária, Fortaleza, 2001.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional; Edusp, 1976.

———. O aparelho formal da enunciação. **In**: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERGSON, Henri. *Le rire, essai sur la signification du comique*. Paris: PUF, 1958.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

FREUD, Sigmund. *Le mot d' esprit et ses rapports avec l' inconscient*. Paris: Gallimard, 1930.

———. *Psicopatologia da vida quotidiana*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York: Harper & Row, 1974.

———. *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

———. A elaboração da face. **In:** FIGUEIRA, S. A. (org.) *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

———. *Footing*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GRUNIG, B. *La fuite du sens*. Paris: Hatier, 1985.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'ironie. **In:** *Linguistique et Semiologie*. Paris: Seuil, 1976.

———. *L implicite*. Paris: A. Colin, 1986.

———. *Théorie des faces et analyse conversationnelle*. Paris: Minuit, 1989.

———. *Les interactions verbales*. Tome 1. Paris: A. Colin, 1990.

———. A noção de “negociação” em análise da conversação. **In:** *Gragoatá*. Niterói: EdUFF, 1996.

———. *L'analyse des interactions verbales*. Paris: Lallies, 2000.

———. *Les actes de langage dans le discours*. Paris: Nathan, 2001.

MOLLICA, C. M. (org.). Aplicação da Sócio-interacional na formação do profissional em linguagem. **In:** *Formação em Letras e pesquisa em linguagem*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TEXTOS COMPLEMENTARES

1 A inspetora Marina Maggessi, chefe de investigações da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, dá uma entrevista, num documentário, revelando o perfil de homem de sua preferência:

– O que eu quero é chegar e encontrar um homem parecido com o Marcio Garcia [...] Se for pra ter um marido chato que não presta pra nada, que nem as minhas amigas têm, eu também não quero. (*Poderosa Chefona*, GNT, 18/10/2006)

2– Na festa de lançamento da novela Paraíso Tropical, no Copacabana Palace, uma repórter portuguesa se dirige à atriz Beth Goulart e lhe pergunta:

– Você é uma mãe galinha?

Com os olhos arregalados, Beth Goulart ouve a explicação da repórter

– Aquela que coloca os filhos embaixo das asas.

– Ah, tá. Aqui galinha é outra coisa (risos). (*O Globo* 05/03/2007)

3– Dinho, vocalista do grupo Capital Inicial, na casa de show Oi Noites Cariocas:

Num show no Oi Noites Cariocas, no meio do pessoal do marketing desta empresa telefônica Oi, ao ver a platéia com os celulares levantados, acompanhando uma música, Dinho Ouro Preto, vocalista do Capital Inicial, diz:

– Que coisa linda! Parece até propaganda da Vivo! (*O Globo* 15/12/2006)

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

4– O senador Jonh Kerry, dos Estados Unidos, ao em vez de ler o discurso preparado para um evento de estudantes na Califórnia, decide improvisar num determinado trecho, provocando polêmica ao declarar:

Vocês sabem que, se aproveitarem bem a educação, se estudarem muito, se fizerem o seu dever de casa e se esforçarem para ser brilhantes, poderão se dar bem.

Se não fizerem isso, acabarão atolados no Iraque. (*O Globo* 2/11/2006)

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM SALA DE AULA

Sigrid Gavazzi (UFF)

Milena Maximo (UFF)

Uma das grandes preocupações do professor de língua portuguesa, especialmente no Ensino Médio, é o fato de ter de ensinar seus alunos a redigirem textos sob a modalidade argumentativa, mais solicitada em provas tipo “Vestibular” e nas próprias Universidades que virão a cursar.

Os manuais didáticos, então, procuram suprir a atividade docente com a solicitação de dissertações, com temas diversos. No entanto, quase sempre se pautam pela estrutura argumentativo-dissertativa canônica, ou seja, um texto em que o aluno exponha suas idéias em ordem lógica de pensamento, ou seja, por meio de três ou quatro parágrafos que traduzem seu pensamento: a introdução, um ou dois desenvolvimentos e a conclusão.

De fato, esse é o objetivo. Entretanto, para alcançá-lo alguns recursos devem ser alicerçados, sempre na busca de um melhor entendimento do tecer argumentativo. Nesse vetor, muitas estratégias têm sido ventiladas e constituem, geralmente, mecanismos válidos no aprendizado textual discente.

Nossa proposta, então, neste artigo, é oferecer ao corpo docente – por meio de um texto argumentativo-dissertativo clássico (um “artigo de opinião”) – algumas estratégias para que o ensino de redação se torne mais profícuo – inclusive porque oferece mais uma opção para determinada(s) aula(s). Assim, após a leitura do referido artigo, listamos ALGUMAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS utilizadas pelo editor (responsável pelo texto) para o convencimento e a persuasão do leitor. O objetivo esperado é que o descortinamento de tais mecanismos possibilite um melhor entendimento do tessitura deste tipo de texto, despertando, no aluno, mais interesse e, em decorrência, o convite para que ele também se sinta mais à vontade no domínio dos referidos mecanis-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

mos, colocando-os em prática em seus próprios textos em sala de aula.

Comecemos, portanto, com a leitura do texto:

DOENTES IMAGINÁRIOS

Luiz Garcia

Desatenta, a Organização Mundial de Saúde ainda não botou a boca no mundo sobre uma pandemônica pandemia que aflige homens públicos brasileiros.

Que doença é essa? É uma enfermidade com sintomas variados; muda de pessoa para pessoa, mas o efeito é sempre o mesmo: impede os enfermos de prestarem contas de seus atos em comissões parlamentares, delegacias e tribunais. Qual seu nome? Atende pelo nome de “atestado médico”.

Às vezes, além de que impunidade, o tal “atestado” produz vantagens. No ano passado, por exemplo, o deputado federal José Jatene (PP-PR) escapou de prestar depoimento sobre sua participação no chamado “mensalão” graças a continuadas licenças médicas, que culminaram numa generosa aposentadoria por invalidez. Nunca foi examinado por uma junta médica independente.

Mais exemplos, de um ano para cá:

1. O deputado Carlos Nader (PL-RJ): conseguiu não depor no Conselho de Ética da Câmara, onde era acusado de participar da máfia das ambulâncias. Uma clínica do Vale do Paraíba afirmou que ele sofria de “depressão profunda grave”.

2. O ex-ministro Antonio Palocci escapou de um depoimento na Polícia Federal – no famoso caso do jardineiro inocente - alegando estresse. Seu caso é especial: sequer entregou atestado médico. Foi tudo no beijo mesmo.

3. O deputado João Caldas (PL-Alagoas) livrou-se de um depoimento complicado graças ao diagnóstico de “estresse grave, hipertensão e diabetes”. Nada disso impediu que, no mesmo dia, circulasse, pimpão, pelos corredores da Câmara. Caso parecido com o do deputado Cleuber Carneiro (PTB-MG), oficialmente vítima de insuficiência cardíaca.

4. O caso mais recente é o do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Medina. Entre outras provas de comportamento peculiar, existe a gravação de um telefonema em que anuncia a um empresá-

rio que votaria a seu favor no julgamento de um *habeas corpus*. Medina tentou a manobra do atestado médico para justificar um “afastamento temporário” do tribunal – mas está mesmo na geladeira (com vencimentos integrais, naturalmente) até o fim das investigações.

Não é complicado regenerar o atestado médico, quando destinado a influir em investigações criminais. Basta exigir que seja emitido por profissionais sem ligações pessoais ou profissionais com a pessoa examinada.

Será precaução óbvia, natural, indispensável. Nenhum médico se ofenderá. Só os doentes imaginários sairão perdendo.

(O **Globo**, 8 de maio de 2007, p. 7, com adaptações)

O artigo acima apresenta, de forma bastante contundente, a problemática do uso indevido de atestados médicos por homens públicos desonestos, que alegam problemas de saúde para não serem investigados por seus atos ilícitos. Como tese (opinião a ser defendida), propõe a minimização do problema se os atestados passarem a ser emitidos por juntas médicas isentas e realmente responsáveis pelos diagnósticos.

Ora, um artigo de opinião é um gênero textual que se apóia no modo de organização discursivo denominado “argumentativo”: expor determinadas idéias, defendendo-as por meio de recursos com teor de argumentatividade.

Que recursos encontraríamos, então, no texto sob análise?

1. NO ÂMBITO DA MORFOSSINTAXE

Destaca-se o uso de

1ª) TEMPOS/MODOS VERBAIS, normalmente voltados para ratificar a VERACIDADE de fatos e/ou opiniões. O autor trabalha, então, na visão triangular presente x pretérito x futuro.

Assim, o PRESENTE DO INDICATIVO indica que, além de os fatos ocorrerem freqüentemente

É doença com sintomas variados; *muda* de pessoa para pessoa, mas o efeito *é* sempre o mesmo: *impede* os enfermos de prestarem

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

contas de seus atos em comissões parlamentares, delegacias e tribunais. / Às vezes, além de que (sic) impunidade, o tal “atestado” produz vantagens), o autor a eles imprime grau de CERTEZA (*existe* a gravação de um telefonema em que *anuncia* a um empresário que votaria a seu favor (...)) / Não é complicado regenerar o atestado médico (...). *Basta* exigir que seja emitido por profissionais sem ligações pessoais ou profissionais com a pessoa examinada).

O mesmo grau de asseveridade também é registrado no uso do PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO - fato passado e concluído também possui teor de verdade.

No ano passado, por exemplo, o deputado federal José Jatene (PP-PR) *escapou* de prestar depoimento sobre sua participação no chamado “mensalão” graças a continuadas licenças médicas, que *culminaram* numa generosa aposentadoria por invalidez. Nunca *foi examinado* por uma junta médica independente. / O ex-ministro Antonio Palocci *escapou* de um depoimento na Polícia Federal (...) alegando estresse. / O deputado João Caldas (PL-Alagoas) *livrou-se* de um depoimento complicado graças ao diagnóstico de “estresse grave, hipertensão e diabetes”.

A noção de certeza também é atribuída a fatos futuros, pelo uso do FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO, (em contraste com o que ocorre no presente):

Será precaução óbvia, natural, indispensável. Nenhum médico *se ofenderá*. Só os doentes imaginários *sairão perdendo*.

O editor vai-se utilizar, ainda, de verbos na terceira pessoa do singular, a fim de tornar sua argumentação menos pessoal. O recurso aposta na eficiência textual do distanciamento do locutor, que, assim, poderá analisar os fatos ou situações com maior lógica e cognição.

2ª) CONECTORES, no estabelecimento de relações de causa e efeito, que facilitam a leitura do texto e, concomitantemente, pelo estrutura subordinativa, “amarram” o argumentos elencados pelo autor na comprovação dos resultados desastrosos para o combate à impunidade provocados pelos “doentes imaginários”: Observem-se os exemplos:

O deputado Carlos Nader (PL-RJ): conseguiu não depor no Conselho de Ética da Câmara, onde era acusado de participar da máfia das ambulâncias [efeito]. Uma clínica do Vale do Paraíba afirmou que ele sofria de “depressão profunda grave”[causa]. / O deputado João Caldas (PL-Alagoas) livrou-se de um depoimento complicado [efeito] graças ao diagnóstico de “estresse grave, hipertensão e diabetes” [causa].

3º) ARTIGOS INDEFINIDOS: à indefinição dessa classe gramatical soma-se a intenção precípua de marcar o desprestígio de determinada clínica, sem nome nem endereço certo, já que prestou sua contribuição para a manutenção da impunidade parlamentar, criticada pelo redator. Observe-se:

Uma clínica do Vale do Paraíba afirmou que ele sofria de “depressão profunda grave” (o nome, na verdade, não deve importar muito).

Ou, ainda, de ironizar uma expressão um tanto quanto estranha aos ouvidos do locutor, referindo-se à “doença grave” que só os políticos têm:

...ainda não botou a boca no mundo sobre *uma pandemônica pandemia* que aflige homens públicos brasileiros.

4º) Na ENUMERAÇÃO de adjetivos, confirmando, pela repetição/pelo ritmo, a opinião do autor, consubstanciada na teor de qualificação evocado pela referida classe gramatical.

Será precaução óbvia, natural, indispensável (= Será precaução óbvia, daí, natural, logo, indispensável)

5º) No confronto entre PERÍODOS LONGOS E CURTOS – estes últimos em conformidade com a tese do autor.

Basta exigir que seja emitido por profissionais sem ligações pessoais com a pessoa examinada

X

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Nenhum médico se ofenderá. // Só os doentes imaginários sairão perdendo

2. NO ÂMBITO DA PONTUAÇÃO

A- PONTO DE INTERROGAÇÃO: marca sobretudo, na dissertação, as chamadas “perguntas retóricas”. O argumentador delas se vale para chamar a atenção de seus interlocutores, instigando-lhes a curiosidade: emite a questão para ele mesmo respondê-la, conseguindo, assim, uma adesão inicial mais rápida para a tese que vai defender. Exemplo:

Que doença é essa? É uma enfermidade com sintomas variados; muda de pessoa para pessoa, mas o efeito é sempre o mesmo: impede os enfermos de prestarem contas de seus atos em comissões parlamentares, delegacias e tribunais

B- TRAVESSÃO, DOIS PONTOS ou PARÊNTESES: recursos comuns à argumentatividade moderna, enfatizam comentários, normalmente irônicos, traçando uma linha paralela, autônoma, com o texto primeiro. Funcionam, pois, como uma segunda “voz” que adiciona um comentário complementar. Veja-se:

O ex-ministro Antonio Palocci escapou de um depoimento na Polícia Federal – no famoso caso do jardineiro inocente - alegando estresse. Seu caso é especial: sequer entregou atestado médico. Foi tudo no beijo mesmo.

Ou:

(...) Medina tentou a manobra do atestado médico para justificar um “afastamento temporário” do tribunal – mas está mesmo na geladeira (com vencimentos integrais, naturalmente) até o fim das investigações.

C- ASPAS: demonstram claramente que o autor está introduzindo discurso de outrem, com o qual ele necessariamente não concorda:

Uma clínica do Vale do Paraíba afirmou que ele sofria de “depressão profunda grave”.

Ou:

Às vezes, além da impunidade, o tal “atestado” produz vantagens”

3. NO ÂMBITO DO VOCABULÁRIO

a) Criação de CAMPO SEMÂNTICO específico: há ampla utilização de vocabulário nominal para compor o campo semântico “doença”, que perpassa todo o texto, a começar pelo próprio título, “Doentes imaginários”. Ao termo “doentes”, juntam-se:

Organização Mundial de Saúde; pandemia; doença; sintomas; efeito; enfermos; manifestação visível; atestado médico; licenças médicas; invalidez; junta médica; clínica; máfia das ambulâncias; depressão profunda grave; estresse; diagnóstico; hipertensão; diabetes; vítima; insuficiência cardíaca; afastamento temporário; médico.

b) Graus de FORMALISMO

O editor faz uso de palavras e expressões coloquiais – em meio a um texto que se deseja formal, aliás, como costuma ocorrer com artigos desta espécie – para criar efeitos de ironia e de humor. Tomem-se, como exemplos, os seguintes excertos:

Desatenta, a Organização Mundial de Saúde ainda não botou a boca no mundo sobre uma pandemônica pandemia que aflige homens públicos brasileiros. / Nada disso impediu que, no mesmo dia, circulasse, pimpão, pelos corredores da Câmara. / Foi tudo no beijo mesmo.

Em contrapartida, nota-se a preocupação com o formalismo sintático-vocabular para a enunciação final da tese defendida – com isso, afere-lhe grau de importância, imprime-lhe credibilidade:

Não é complicado regenerar o atestado médico, quando destinado a influir em investigações criminais. Basta exigir que seja emitido por profissionais sem ligações pessoais ou profissionais com a pessoa examinada. Será precaução óbvia, natural, indispensável. Nenhum médico se ofenderá. Só os doentes imaginários sairão perdendo.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

4. SELEÇÃO VOCABULAR

1) Na área dos VERBOS

Todos os verbos escolhidos para indicarem as ações dos parlamentares envolvidos indicam carga semântica negativa, praticamente igualando-os a meliantes comuns, ratificando a ilicitude de seus atos:

deputado Carlos Nader (...) conseguiu não depor....

“O ex-ministro Carlos Palocci escapou de um depoimento...”

O deputado João Caldas (...) livrou-se de um depoimento complicado...

Medina tentou a manobra do atestado médico...

2) Na AMPLIAÇÃO DO SIGNIFICADO de determinados vocábulos

Veja-se o exemplo:

Entre outras provas de comportamento PECULIAR, existe a gravação de um telefonema em que anuncia a um empresário que votaria a seu favor no julgamento de um habeas corpus.

O termo em destaque pode ser encontrado, de modo geral, nas acepções de “diferente” ou de termos em equivalência sinônima. Empregado como está, seu sentido caminha mais para “questionável” porque “desonesto”. A ironia gerada por esse uso mais ampliado descredibiliza ainda mais o deputado – suas ações (nada louváveis) configuram seu comportamento, ilegítimo para um parlamentar eleito democraticamente pelo povo.

5. NO ÂMBITO DO TIPO DE ARGUMENTO E DO DOMÍNIO ARGUMENTATIVO PREPONDERANTE

A teia argumentativa desenvolvida apóia-se nos argumentos de ALUSÃO HISTÓRICA (utilizando, para tal, excertos narrativos), ressaltando o domínio argumentativo do EXEMPLO.

No ano passado, por exemplo, o deputado federal José Jatene (PP-PR) escapou de prestar depoimento sobre sua participação no chamado “mensalão” graças a continuadas licenças médicas, que culminaram numa generosa aposentadoria por invalidez. Nunca foi examinado por uma junta médica independente.

Claro é que as estratégias argumentativas – passíveis de serem discutidas com o aluno e para ele repassadas – são inúmeras. Entretanto, mostram-se sempre instigantes quando aliadas à compreensão de um texto. Levantando tais recursos, temos a impressão de que estamos “descobrimo” como o texto foi escrito, explorando-o mais meticulosamente as pistas que ele fornece, entrando no campo das artimanhas argumentativas do autor. É nesse descortinar de recursos que aplicamos a própria gramática ensinada em sala de aula. E mais: auxiliamos o aluno, dando-lhe ferramentas interpretativas e redacionais. Fica, então, nossa sugestão, como um suporte a mais para a prática docente.

Exercícios de aplicação – incluindo outros textos e técnicas – serão ministrados no minicurso.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suarez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. (traduzido). Paris: Hachette, 1992.

———. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1995.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

GAVAZZI, Sigrid. Marcas morfossintáticas como procedimentos argumentativos na interação prefeito/(e)leitores. **In:** GAVAZZI, Sigrid et al. (orgs.) *Português em debate*. Niterói: EDUFF, 1999.

———. Estratégias argumentativas na fala do professor: esboço de um perfil ideológico. **In:** Cadernos Pedagógicos e Culturais. v. 6, n° 1-2, 1997.

GAVAZZI, Sigrid & PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GAVAZZI, Sigrid et al. Delineando faces/perfis na mídia impressa. **In:** *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2005. 101-110.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

MACHADO, Ida Lúcia. A ironia como fenômeno lingüístico-argumentativo. **In:** *Revista de Estudos da Linguagem*. Minas Gerais: UFMG, 1996, jul/dez 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PLANTIN, Chirtian. *Essais sur l'argumentation*: introduction à l'étude linguistique de la parole argumentative. Paris: Kimé, 1990.

———. *L'argumentation*. Paris: Editions de Seuil, 1996.

ROXO, Maria do Rosário et al. *Argumentação*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

SANTOS, Leonor Werneck. *Discurso, coesão, argumentação*.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FONTES DO LATIM VULGAR⁴

Maria Cristina Martins (UFRGS)

INTRODUÇÃO

Latim vulgar é o termo tradicionalmente usado para se referir ao latim falado pelo povo, que mostra um conjunto de inovações gramaticais que não seguem as normas do latim literário (clássico). Diez, filólogo e comparatista, observando o conjunto das línguas românicas, percebeu que estas não poderiam derivar do latim clássico, ou latim literário, representado por escritores como Júlio César, Cícero e Horácio, mas das variedades populares. Dada a semelhança entre as línguas românicas, Diez partiu do princípio que nos primeiros séculos de nossa era deve ter sido falada uma língua relativamente uniforme, que se mostra como um “proto-romance”. Visando opor essa variedade ao latim clássico, Diez chamou-a de *latim vulgar*. Este latim pertencia a uma população que era muito pouco ou nada escolarizada e que, portanto, não poderia ter sido influenciada pelos modelos literários e pela escola.

O latim vulgar não sucede ao clássico; teve origem nos meios plebeus de Roma e cercanias, sendo essencialmente, como afirma Maurer Jr. (1959:5), “o latim falado pela plebe romana, embora muito de seus característicos se infiltrassem no seio da classe média e até das classes mais altas, sobretudo na época imperial.”⁵ Uma vez que se trata de uma variedade de formas, que se ligam ao latim falado (mas não exclusivamente), não se pode considerar que existam realmente textos em latim vulgar. Quase ne-

⁴ Este artigo retoma o conteúdo ministrado no minicurso “Fontes do Latim Vulgar”, no X CNLF, realizado em 2006, e dá continuidade ao assunto, aprofundando-o com um segundo módulo do minicurso.

⁵ Dado que os períodos da história de Roma são importantes para os romanistas, lembramos que eles correspondem às três formas de governo: *Realeza* (das origens a 509 a.C.), República (de 509 a.C. a 27 a.C.) e Império (de 27 a.C. a 476 d.C.).

nhum texto, que contenha vulgarismos, é intencionalmente vulgar, à exceção da *Cena Trimalchionis*, de Petrónio, e dos comediógrafos, principalmente Plauto, que colocam personagens do povo falando. O mero fato de ser escrito envolve o uso de certas convenções, e mesmo no caso de escritores simples, sem muita pretensão literária, há pelo menos a convenção ortográfica que eles tentam seguir.

OBRAS EM QUE SE ENCONTRAM VULGARISMOS

O latim vulgar, como se disse, é uma língua essencialmente falada, de cujas fontes podemos extrair apenas algumas de suas características, as quais, além disso, não exemplificam a gramática como um todo. Não se deve esquecer, ainda, o caráter contraditório dos textos que contêm vulgarismos: formas corretas e erradas coexistem lado a lado, em todos os aspectos gramaticais.

A nossa intenção ao apresentarmos as principais fontes em que se encontram vulgarismos é a de dar uma idéia mais geral do universo de obras que podem ser exploradas quanto a esse assunto. Exemplificaremos apenas em algumas dessas fontes os tipos de vulgarismos encontrados. O trabalho mais específico de apontar as características do latim vulgar será feito com as cartas dos soldados, que estão no final deste artigo (seção 4).

As principais características do latim vulgar podem ser extraídas das seguintes fontes:

a) as fontes literárias, das quais a maior expressão está na *Cena Trimalchionis*, episódio central e único que sobreviveu na íntegra do romance *Satiricon*, de Petrónio (?_66 d.C.), e ainda as obras dos comediógrafos, sobretudo Plauto (251-184 a.C.). Esses autores colocam em ação personagens do povo usando o latim corrente (popular ou vulgar), cheio de "erros" comparados com o clássico.

Na “Ceia de Trimalquião” (*Cena Trimalchionis*), a títu-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

lo de exemplo, observa-se na fala dos escravos e dos libertos, em diversas partes da gramática, um uso diferente do clássico. Por exemplo, aparecem palavras do gênero neutro como masculinas: *balneus* aparece no lugar de *balneum* (41,11), *vinus* por *vinum* (41,12); *caelus* por *caelum* (45,3); no léxico, muitas palavras populares: *centonarius* (45,4) “o que vale um centavo”, *sestertarius* (45,7) “o que vale um sestércio”, e ainda compostos populares como *caldicerebrius* “o que tem cabeça quente”.

b) as inscrições (exceto as oficiais, que representam a língua culta), em especial:

(i) as *tabuinhas execratórias* ou *de esconjuro* (*defixionum tabellae*), isto é, pequenas tábuas de chumbo, bronze, estanho, mármore ou terracota, onde estão escritas certas fórmulas mágicas de encantamento ou maldição, que, se segundo a crença do povo, deviam produzir os efeitos desejados sobre as pessoas a quem eram endereçadas. Jeanneret⁶ (1918) as classificou em quatro grupos de acordo com quatro causas principais: *amatoriae* (sobre amor sem esperança, rivais no amor, amante infiel); *iudiciariae* (onde o litigante amaldiçoa o adversário); *infures* (pedido de vingança sobre os ladrões); *ludicre* (pedido de morte ou derrota da facção rival nos jogos do Circo).

(ii) Qs *graffiti*, ou inscrições parietais, são inscrições gravadas com estilete e mais raramente a carvão em muros, paredes, monumentos, banheiros etc. Algumas das mais famosas foram encontradas nas paredes das casas de Pompéia e Herculano, soterradas pelo vulcão. As inscrições fornecem muitos fatos da língua, sobretudo no campo da ortografia, da morfologia e da fonética. Graças às inscrições podemos saber, por

⁶ Estas informações foram obtidas a partir de Ser afim da Silva Neto (1977). A referência é M. Jeanneret, *La langue des tablettes d'exécration latines*, 1918, p.4.

exemplo, em que época se conservavam intactos os ditongos, o uso dos nomes romanos *prenomen*, *nomen* e *cognomen* e outros dados relativos a estas palavras, como por exemplo que as mulheres só ganhavam o *prenomen*, tirado geralmente da cor dos olhos.

c) as fontes gramaticais que podem ser divididas em:

(i) glossas e glossários tendo como principais *De verborum significatione* de Verrio Flaco na época de Augusto e as glossas de *Reichenau*, compostas na França, possivelmente no século VIII.

(ii) os dados dos gramáticos que, ao mesmo tempo que advertiam como se devia escrever, indicavam quais eram as formas que se deviam evitar. Esse tipo de fonte fornece palavras com a grafia incorreta, seguidas de sua grafia exata. Dentre as mais importantes estão o *Appendix Probi*, que segundo alguns estudiosos foi escrito no séc. III e *De barbarismis et metaplasmis* de Consentio, no séc. V d.C.; até mesmo em Cícero (Iº séc. a.C.) e em Quintiliano (Iº séc. d.C.) se encontram indicações e correções deste gênero;

d) os erros dos copistas;

e) os termos do latim vulgar transmitidos por empréstimo às línguas não-românicas vizinhas, nas línguas germânicas (no gótico, no alemão, no inglês), nas línguas célticas (no galês, no irlandês, no bretão), no basco, nos dialetos berberes e árabes do norte da África e em maior escala no albanês⁷.

f) os erros ocasionais de escritores dos últimos tempos

⁷ Para um aprofundamento e exemplificação da importância dessas línguas para esclarecer problemas de fonética do latim vulgar veja-se Maurer Jr., *Gramática do latim vulgar* (p.28 e s.). Sobre os elementos latinos nas línguas que estiveram em contato com Roma na Antiguidade pode consultar-se Tagliavini, *Le Origini* ..., parágrafos. 34-39.

do Império Romano.

Além das fontes acima referidas são de suma importância para o conhecimento do latim vulgar as reconstruções da gramática comparativa levadas a cabo sobre as línguas românicas. Nesse particular, especial atenção deve ser dada ao romeno e ao sardo, de um lado, comparados com as línguas românicas ocidentais de outro. Conforme enfatizou Theodoro Henrique Maurer Jr. em suas obras, essas línguas, devido ao isolamento político e geográfico que sofreram, não foram influenciadas pelo latim medieval (culto) como as línguas românicas ocidentais, e assim conservaram a fisionomia primitiva do romance popular. Maurer Jr., em *A Unidade da România Ocidental*, mostra que a língua romena tem uma significação decisiva para se poder distinguir entre o patrimônio do romance primitivo que, já estava constituído até o séc. III d.C. e as inovações ocidentais posteriores, com a relatinização de muitos processos gramaticais, sobretudo sintáticos, e a introdução de palavras por via do latim clássico.

Vale lembrar ainda um equívoco bastante comum, que é a consideração do baixo latim⁸ (do latim medieval) como sendo latim vulgar. Algumas obras deste longo período realmente contêm vulgarismos, como a *Vulgata*, *Mulomedicina Chironis*, a *Peregrinatio ad loca sancta*, a *Historia Francorum*. Novamente devemos muito a Maurer Jr. pela clareza explicativa e suas inúmeras comparações e informações sobre a diferenciação entre latim clássico (cujo latim medieval é uma continuação) e latim vulgar, em seu livro *O problema do latim vulgar*. Neste, o autor discorre ponto a ponto sobre as características gramaticais ligadas ao latim clássico de obras como, por exemplo, a *Peregrinatio ad Loca Sancta*, da monja Etéria (ou Egéria), e a *Vulgata*, de São Jerônimo, ambas do século IV d.C., que as impedem de serem consideradas inteiramente

⁸ Denomina-se *baixo latim* ao período que vai de cerca de 200 d.C. até o aparecimento das línguas românicas. É também chamado de latim tardio.

como fontes do latim vulgar. Embora apresentem diversos plebeísmos, a primeira por lapsos gramaticais que denunciam diferenças entre o que deveria ser falado e a norma culta escrita, e a segunda devido à manutenção em sua tradução da linguagem simples próxima ao original grego, essas obras apresentam muito mais latim clássico do que o vulgar. Porém, nem tudo que foi escrito durante este enorme período é latim vulgar. Aliás, ao contrário, os escritores mais numerosos que englobam este período – dos padres ou doutores da Igreja – possuem um nível literário e gramatical que é uma continuação do latim clássico.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS GRAMATICASIS DO LATIM VULGAR

Do ponto de vista gramatical, normalmente se compara o latim vulgar com o latim clássico, que é a língua documentada e fixada como a língua escrita padrão de uma época do latim. Em seguida veremos nos textos de latim vulgar a confirmação de que este, em relação ao clássico (literário), é: 1) mais simples em todas as áreas da gramática; 2) mais analítico; 3) mais concreto; 4) mais expressivo; 5) mais permeável a elementos estrangeiros⁹.

O latim vulgar apresenta diferenças em todas as áreas da gramática, em comparação com o latim clássico. A seguir, apontaremos em linhas gerais as características fonético-fonológicas, morfológicas, lexicais e sintáticas do latim vulgar.

Características fonético-fonológicas

O método histórico-comparativo triunfou, sobretudo com a aplicação das leis fonéticas, importante contribuição dos neogramáticos àqueles que se dedicam à lingüística histórica e aos estudos românicos em particular. Esse método permite ao romanista estabelecer conjecturas bastante exatas acerca de uma origem lati-

⁹ Veja-se Bassetto, *Elementos ...*, p. 92-99 e Maurer Jr. *O problema ...* p. 180-186.)

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

na comum (vocábulos-fontes) para várias palavras não documentadas em latim vulgar (mas que podem vir a sê-lo), quando se comparam as diferentes línguas românicas.

O trabalho dos neogramáticos, sob forte influência das ciências naturais e do darwinismo, se constituiu na Universidade de Leipzig, onde atuou nas últimas três décadas do século XIX. Os mais representativos neogramáticos são Brugmann, Leskien e Osthoff e na prática o seu trabalho se caracterizou por um extremo rigor, que se traduziu na crença de que as leis da evolução fonética agem de maneira regular, admitindo exceções apenas quando sua ação é contrariada pela ação psicológica da *analogia*. Um exemplo de como a analogia afeta a evolução das línguas pode ser dado através do verbo *render* do português e seus correspondentes românicos *rendre*, em francês, *rendere* em italiano etc. Estas formas não poderiam provir do verbo “render” do latim clássico, que é *reddere*. Nenhuma lei fonética explicaria o aparecimento do *-n-* terminando a primeira sílaba: as formas românicas derivam, sem dúvida, da forma **rendere* do latim vulgar, construído por analogia com o verbo que significa “tomar”, *prendere*, em latim clássico *prehendere*. Com esse exemplo, torna-se claro que na filologia românica o método histórico-comparativo assume propósitos de reconstituição.

Uma das características marcantes do latim vulgar em contraposição ao clássico é a perda da quantidade das vogais. Vários testemunhos de autores antigos, e sobretudo o exame das línguas românicas, levam à conclusão de que, no latim vulgar, às diferenças de duração das vogais (breves e longas) foram-se associando diferenças de abertura, que acabaram, num segundo momento, suplantando as primeiras. Deve ter havido um período de tempo em que a sílaba tônica de *pōpulus*-povo, mantendo sua duração breve, foi pronunciada mais aberta do que a sílaba tônica de *pōpulus*-choupo. Num segundo momento, desapareceu a diferença de duração, e suas funções distintivas passaram a ser desempenhadas pela abertura. Por um processo análogo, perdeu-se a duração das demais vogais. Nesse sentido, podemos dizer que houve desfonolo-

gização da quantidade vocálica no latim vulgar, que perdura nas línguas românicas.

A pronúncia das vogais breves como abertas e das longas como fechadas, associado ao fenômeno da perda da quantidade, levou a uma aproximação entre o /e/ longo e o /i/ breve, pois esses dois fonemas se convergiram a um som de /e/ fechado. Paralelamente, confundiram-se também o /u/ breve e o /o/ longo, que confluíram no latim vulgar para /o/ fechado.

Outras características fonético-fonológicas do latim vulgar são: a síncope de uma vogal postônica entre consoantes, a redução dos hiatos, a contração de duas vogais consecutivas, a redução dos ditongos, a apócope das consoantes finais, a indistinção entre /b/ e /v/; /t/ e /d/; /m/ e /n/ e a perda de fonemas.

A exemplificação de todas essas características será feita na parte prática do trabalho, na análise das cartas dos soldados.

Características morfológicas

No latim vulgar, verifica-se a redução das declinações e também dos casos. Para suprir as deficiências geradas pela perda de certos casos houve o incremento das preposições.

No processo de redução das declinações houve reinterpretação dos paradigmas de declinação como interpretação de gênero: firmou-se a tendência de interpretar como femininos os substantivos que se declinavam pela 1ª declinação, e como masculinos os que se declinavam pela 2ª. Quanto à terceira declinação, que compreendia nomes masculinos, femininos e neutros, permaneceu como uma classe de nomes com tema em *-e*, cujo gênero não poderia ser inferido pela terminação. Muitas devem ter sido as flutuações de gênero nesta classe pela discordância que se observa entre muitas palavras nas línguas românicas. Por exemplo, *ponte* é feminino em português e masculino em francês; *vale*, ao contrário, é masculino em português e feminino em francês. Desaparece o gê-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

nero neutro no latim vulgar, devido a sua precária distinção formal entre os femininos e masculinos.

Atua poderosamente, em latim vulgar, a tendência para o analitismo. No tocante aos graus do adjetivo, a principal inovação foi o abandono de formação sintética (sem grau *dulce*, comparativo *dulcior*, superlativo *dulcissimo*). Em seu lugar surgem formas analíticas constituídas com o advérbio *magis* (Península Ibérica, Romênia) e *plus* (Gália e Itália), isto é, em vez de *dulcior* passou-se a dizer *magis dulce* e *plus dulce*, e *multum* para o superlativo.

Na classe dos pronomes, foram muitas as modificações: simplificaram-se os demonstrativos e os indefinidos. A inovação mais importante foi a criação de um pronome pessoal de terceira pessoa com base no demonstrativo *ille*. A busca de uma expressão afetiva banalizou o uso dos pronomes no nominativo, que em latim clássico eram usados por uma questão de ênfase. Dos pronomes relativos, a língua vulgar conservou o principal, *qui*, com uma declinação reduzida e consumou-se a identificação do relativo *qui* com o *qui* do interrogativo *quis*. Pelo desejo de expressividade, ênfase, espontaneidade, afetividade, o latim vulgar, que era eminentemente falado, inovou com a criação de sufixos verbais e nominais de origem popular; por exemplo, com diminutivos em *-ulus*, aumentativos em *-on*, verbos freqüentativos em *-tare* e ainda a geminação de consoantes (*mamma*).

Com respeito à flexão verbal, desaparecem a voz passiva sintética e os verbos depoentes, que constituíam um tipo particular de forma sintética, por ter forma passiva, mas sentido ativo. Assim, em vez de *amatur* passou-se a dizer *amatus est*. Em consequência, a forma *amatus est*, que era de *perfectum*, teve que ser substituída. Em seu lugar entrou a forma *amatus fuit*.

As principais inovações da morfologia verbal vulgar, em confronto com o latim literário, são as seguintes:

– as vozes derivadas do tema do perfeito, que indicavam ação acabada em latim literário, foram reinterpretadas como indicando passado;

– alguns verbos mudaram de conjugação, em relação ao latim clássico;

– com exceção da primeira, as conjugações tradicionais deixaram de formar verbos novos; essa situação foi compensada pela criação de uma nova conjugação, de tipo misto, com terminação em – *esco*, – *isco*, – *ire*, de aspecto incoativo. Um exemplo de verbo incoativo é *florire* (*florisco*) ou *florere* (*floresco*) do latim vulgar, um verbo de 2ª conj., com /e/ longo. Em latim clássico *florere* é de 3ª conj., com /e/ breve (*floresco*), mas existia também *florere* de 2ª conj. (*floreo*). Temos as seguintes formas do presente do indicativo do verbo *florire* (ou *florere*) em algumas línguas românicas: rom. *floresc*, *florești*, *florește*, *florim*, *floriți*, *floresc*; it. *fiorisco*, *fiorisci*, *fiorisce*, *fioriamo*, *fiorite*, *fioriscono*; no provençal *florisc*, *florisses*, *floris*, *florem*, *floretetz*, *florescon*; no francês (onde generalizou-se o elemento –*isc* a todo tema de presente) *je fleuris*, *tu fleuris*, *il fleurit*, etc. O português e o castelhano¹⁰ apresentam uma conjugação completa com o sufixo incoativo (port. *florescer*), a mostrar que aí se generalizou a todos os tempos e modos o sufixo –*esco*. O conjunto das línguas românicas revela-nos o emprego, no latim vulgar, do sufixo –*esco* ou sua variante *isco*, nas três pessoas do singular e na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo e do subjuntivo (*floresco/florisco-floresca(m)/florisca(m)*, *florescis/floriscis-florescas/floriscas*, *florescit/floriscit*, *florescunt/floriscunt*) na 2ª pessoa do singular do imperativo (*floresce/florisce*). O resto da conjugação segue os verbos em –*ire* (1ª pess. do pl. pres. ind/subj. *florimus-floriamus*, 2ª pess. do pl. pres. ind/subj. *floritis-floriatís*, imp. *florite*).

– perdeu-se a passiva sintética, compensada por uma passiva analítica baseada principalmente no verbo *sum* e no particípio passado do verbo;

– desapareceram os verbos depoentes, assimilados aos ativos da mesma conjugação;

¹⁰ Neste trabalho, adotaremos a denominação *castelhano* ao invés de *espanhol* em consideração às outras línguas existentes na Espanha: o galego, o catalão e o basco.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

– desapareceram vários tempos do indicativo, subjuntivo e imperativo, e várias formas nominais;

– verbos importantes como *esse* e *ire* perderam algumas de suas formas tornando-se defectivos; as formas faltantes foram buscadas em outros verbos (como o verbo *ser* do port. e cast. em cuja conjugação se confundem formas dos verbos latinos *esse* e *sedere* (“sentar”));

– o futuro sintético foi suplantado por perífrases com o verbo *habeo* ou *volo*.

Muitas dessas mudanças encontram-se nas cartas que contêm vulgarismos, e lá serão comentadas mais detalhadamente.

Características lexicais

Não se pode negar que é primeiramente pelo vocabulário que se verifica a renovação de uma língua, sem, contudo, que essa renovação afete a sua estrutura fundamental.

De um modo geral, no que diz respeito ao léxico vulgar, não estamos bem servidos. Os textos que contêm vulgarismos revelam-nos apenas um fragmento de fundo popular e familiar. Apesar disso, juntando o pouco que nos resta com o testemunho de autores como Cícero e Quintiliano, mas, sobretudo, pelo testemunho das línguas românicas, pela geografia lingüística, sabemos que o léxico do latim vulgar apresenta uma série de peculiaridades em contraste com o latim clássico.

A primeira delas é o grande número de palavras diferentes do latim clássico. Qualquer estudante de latim (clássico) precisa memorizar um vocabulário relativamente extenso e desconhecido. Assim, aprende-se que *ager* traduz-se “campo”, *hostis* “inimigo”, *domus* “casa”, *res* “coisa”, etc. Não que o latim clássico desconhecesse as palavras *campus*, *inimicus*, *casa*, e *causa*, apenas as empregava num sentido diferente. Esta é uma segunda característica do léxico vulgar: muitas palavras que existiam na língua clássica tomam em latim vulgar uma significação especial. Não esqueça-

mos, no entanto, que ao lado dessas palavras que mudaram de significação, muitas continuaram a existir e passaram para as línguas românicas (o vocabulário das línguas românicas é essencialmente uma herança do latim vulgar). No lugar das que desapareceram, criaram-se outras, porque a língua é dinâmica e que as palavras envelhecem.

Uma terceira característica do vocabulário do latim vulgar é o fato de ser permeável a estrangeirismos, dado que grande parte da população era estrangeira e alterava o *sermo urbanus*. Escritores puristas, como Cícero, César, entre outros, mas principalmente estes, tinham aversão à invasão de elementos rústicos e exóticos, inclusive gregos¹¹. Estas são justamente particularidades da linguagem popular: um vocabulário doméstico e rudimentar, ligado à vida cotidiana, às lides do campo. Este vocabulário, por um lado, é pobre de termos abstratos e culturais, mas, por outro lado, é rico em expressões pitorescas, humildes, plebéias e estrangeiras. O fato de serem encontrados, no latim vulgar, muitos termos de origem grega, deve-se ao contato direto deste latim, levado por soldados e colonizadores, com as populações helênicas da Magna Grécia e também pelo grande número de gregos em Roma. Por último, o latim vulgar inova com processos de formação de palavras: tanto a composição quanto a derivação são bem pobres. Enquanto a língua clássica preservava mais fielmente as formas antigas, a língua vulgar as substituía por termos mais expressivos, tais como palavras formadas com o sufixo diminutivo e outros sufixos de cunho popular.

Alguns exemplos típicos da formação do vocabulário vulgar, no que diz respeito à sufixação, temos¹²:

1) – *o* é um sufixo quase sempre de significação expressiva, pitoresca e às vezes pejorativa, usado para indicar “o que se caracteriza de modo saliente por uma qualidade ou é muito inclinado a

¹¹ Conforme o testemunho de Cícero em *ad.Fam.* IX, 15,2 e *De Oratore* (III, 4) (entre outras obras).

¹² *Apud* Maurer Jr. *O problema do latim vulgar*, p 124 e ss. e *Gramática do latim vulgar*, p..251 e ss.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

uma ação”: *naso* “narigudo”, *lanio* “carneiro” (aparece na *Cena Trimalchionis*), etc. Encontram-se também derivados verbais, tal como *bibo* “bêbado, ou que bebe muito”, *edo* “comilão, ou que come muito”, etc. O latim vulgar conservou e ampliou as aplicações primitivas do sufixo *-o*, com a terminação *-one*, desenvolvendo uma significação aumentativa, como atestam as línguas românicas: it. *boccone*, port. *narigão*, rom. *caloiu* (“cavalão”).

2) *-ulus (-a)*, *-iculus (-a)*, *-ellus (-a)* são sufixos diminutivos presentes no latim vulgar e também no latim arcaico, como revelam as comédias de Plauto. Na passagem para línguas românicas, perderam o seu valor primitivo de “coisa pequena.” De *-ulus*, temos, por exemplo, *filiolus*, *caseolus*, *caveola* (it. “figliolo”, fr. “geôle”, cast. “gayola”, port. “gaiola”). De *-iculus*, *ovicla*, *lenticla* “ovelha, lentilha”, são alguns exemplos. De *-ellus*, *agnellus* (it. “agnello”, fr. “agneau”), *ianuella* (port. “janela”), etc.

Características sintáticas

Os fatos sintáticos não são independentes, porque estão presos à morfologia. Em certos casos, a própria fonética intervém, de modo que se estabelece uma verdadeira cadeia: a alteração fonética repercute na morfologia e esta na sintaxe.

Os manuais de latim vulgar apresentam a sintaxe dividida em três grandes seções, correspondentes à sintaxe de classes de palavras e das flexões (as formas nominais e verbais, os advérbios, as preposições e as conjunções), à construção da frase e à organização do período.

Seguindo as três grandes seções que mencionamos, destacam-se com relação à sintaxe de palavras:

– A perda da substantivação dos adjetivos no neutro plural, observada em uma série de máximas, como *per angusta ad augusta* em que se exalta o esforço. Deve ter contribuído para esta perda a tendência, a que já nos referimos, de reinterpretar os neutros plurais como femininos regulares.

– Com relação aos pronomes pessoais, perde-se o caráter enfático clássico em seu uso como sujeito; generaliza-se a expressão do pronome pessoal objeto, ao passo que a língua clássica deixava que fosse inferido pelo contexto; o pronome reflexivo *se* assume algumas funções desconhecidas na sintaxe clássica como a reflexivização de certos verbos, port. e cast. “ir-se”, e a função de partícula apassivadora, de largo uso em português e nas demais línguas românicas: “vendem-se casas”, etc.

Quanto às formas nominais do verbo, verificam-se as seguintes diferenças em confronto com a norma clássica:

– a ampliação dos empregos do infinitivo presente, que, segundo Maurer Jr. (1959:182), apresenta as inovações mais interessantes de toda sintaxe do verbo vulgar, porque passa a exercer funções que na língua clássica eram distribuídas pelo supino, parte do gerúndio e pelo próprio infinitivo. São elas: 1) emprego como substantivo verbal (port. “o meu querer”), encontrados já em Plauto *Hic vereri (=verecundiam) perdidit (Bacchid., 158)*. A substantivação do infinitivo está presente em todas as línguas românicas, sobretudo no italiano, no engadino *un lamentar e cridar* “uma lamentação e um choro”; 2) emprego com verbos de movimento, com valor final, no lugar do supino: Plauto, *Casin.* 855 e seg. *Eximus intos ludos visere*. Esta construção está bem documentada na România: port. *eles vêm comprar*, it. *andiamo a venderlo*, etc.; 3) como auxiliar modal com *habere*, **volere*, **sapere*, **potere*, etc: *potes dicere, volo venire*. Este emprego já existia na língua clássica, mas é mais abundante no latim vulgar e permanece em toda România; 4) a perda do infinitivo nas orações substantivas declarativas (“acusativo com infinitivo”); o emprego como infinitivo pessoal; 5) regido de preposição, que o torna apto para o papel de complemento nominal: *Ne operam perdas poscere* (Pl. *Aulul*, 341) e *carnem dare ad manducare (Vetus)*; 6) o infinitivo com sujeito próprio: (origem do infinitivo pessoal, peculiaridade do português mas que esteve presente nas outras línguas românicas em fases mais antigas, como no dialeto napolitano do séc. XV), port. *Depois de eles chegarem*. O fato deste tipo de infinitivo ocorrer nos textos literários mais antigos de toda România, faz-nos crer

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

que existia em latim vulgar; 7) o infinito como imperativo negativo (proibitivo): *non *fugire*: “não fujas.” Este emprego é desconhecido nas línguas da Ibéria e no sardo, mas pertence ao romeno, italiano, rético e francês antigo: rom. *Nu ne duce in ispita* “não nos induzas em tentação” (Versão da Bíblia de 1874, *Mat.* 6,13). Na *Mulomedicina Chironis*, 129: *Si videris lassiozem esse, non tange-re*; 8) como oração substantiva reduzida, em contextos de interrogação indireta, do tipo “não sei o que dizer” , St. Agostinho *Psalmus contra Donatistas: Non habent per quos regnare, si non habent quid dare*.

No domínio das palavras invariáveis, um fenômeno a notar é a regência das preposições, que se alarga para compreender não só certos advérbios de tempo e lugar, mas também locuções cujo primeiro termo já era uma preposição: *Pereg.* 5, 4: **de contra** *videbamus summitatem montis: defronte* víamos o cume do monte.” Por este processo, criaram-se nas línguas românicas muitas preposições que na verdade são a aglutinação de duas ou mais preposições latinas: ex. port. *desde* < *de ex de*, etc. Segundo Maurer Jr (1959:191), a maior inovação no uso da preposição no latim vulgar está em que ela pode reger palavras e locuções de valor substantivo ou pronominal qualquer (infinitivo verbal, advérbios de tempo e lugar, expressões constituídas de uma preposição e de um substantivo – admitindo a sobreposição de duas preposições, conservando cada uma o seu valor próprio: *Pereg.* (6, 3) *de inter montes exivimus* “saímos de entre os montes”, port. *por entre a mata*, etc.

Segundo Maurer Jr. (1959), há três características gerais da sintaxe do latim vulgar:

A língua vulgar é analítica na construção da sentença, pois, devido à progressiva perda dos casos, começa a exprimir as funções gramaticais por meio de preposições (complementos indiretos e circunstâncias) e pela ordem das palavras (sujeito e objeto).

A frase popular faz um uso mais extensivo dos pronomes pessoais (1ª e 2ª pessoas), possessivos, demonstrativos, e inova com os artigos definido e indefinido, e com o pronome pessoal de 3ª pessoa.

A disposição das palavras se “simplifica” e se fixa, em oposição ao latim literário no qual a ordem obedece em larga escala às preocupações de estilo. Nas palavras de Maurer Jr. (1959:193): “a grande liberdade de colocação no uso clássico devia constituir a parte da língua em que a preocupação estilística e o exemplo dos modelos gregos mais profundamente modificaram a sua evolução espontânea.”

A sintaxe vulgar ganhou em clareza e expressividade o que perdeu em elegância e graça. A maior clareza vem com o surgimento de artigos e sua posterior obrigatoriedade no sintagma nominal, e com a expansão no uso de possessivos, de pronomes pessoais, demonstrativos, posições, etc. A língua clássica, por não possuir artigos e omitir normalmente o uso de pronomes, “foge muitas vezes do determinado e do concreto (...) A todo momento o leitor precisa subentender coisas que não estão expressas” (Maurer Jr., *Gramática do latim vulgar*, p.192).

O conjunto de fatos que examinamos permitiu-nos vislumbrar várias transformações pelas quais a língua vulgar passou, e que depois farão parte das línguas românicas. Em especial, está o seu caráter analítico, que é a principal razão de se afirmar que as línguas românicas são uma herança direta e contínua do latim vulgar.

*CORPUS A SER ANALISADO*¹³

A primeira carta é a do soldado tiberiano (CPL, 254), escrita em papiro, do início do século II d.C., encontrada em Karanis, no Egito. A segunda e a terceira cartas, de Rustius Barbarus (CPL 304, CPL 303), são também papiros do século II d.C., encontrados em Ostrakon, no Egito¹⁴.

¹³ As cartas 1 e 2 foram retiradas da edição de Diaz y Diaz, *Antologia del latin vulgar*. A carta nº 3 foi retirada de Väänänen, *Introduction au latin vulgaire*.

¹⁴ Os papiros são feitos de um tipo de planta aquática, que tem esse mesmo nome. Durante o Império Romano deveriam existir milhares deles porque eram empregados para registrar toda burocracia do Império, além das correspondências privadas. Como são biodegradáveis, apenas umas centenas sobreviveram em regiões secas, como no deserto do Egito, de onde provêm estas duas cartas. Como nesta região o grego era usado como língua escrita, há também vários papiros em grego, inclusive um escrito em latim com caracteres gregos (Ver Bassetto, *Elementos de filologia românica*, p.116

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Entre colchetes [] aparecem as restituições de letras ou palavras apagadas; entre parênteses (), as soluções de siglas e abreviações. A tradução é nossa.

1ª Carta: (CPL, 254)

... dico illi, da mi, dico, a(e)s paucum; ibo, dico, ad amicos patris mei. Item acu lentiaminaque mi mandavit; nullum assem mi dedit. Ego tamen inc ebinde collexi paucum aes ed ibi ad Veroclum et G(.i)van et emi pauca que e(x)pedivi. Si aequum tempus esset se exiturum Alexandriae s(i)lui(t). Item non mi d(e)dit aes quam (quam) aureum matri mee in vestimenta (dedit). Hoc est, inquit, quod pater tus mi mandavit. Quo tempus autem veni omnia praefuerunt et lana et (linum)? Matrem meam autem praegnatam inveni.

Nil poterat facere. Deinde pos paucos dies parit et non poterat mihi succurrere. Item litem abuit Ptolomes pater meu sopra vestimenta mea, et factum est illi venire Alexandriae con tirones et me reliquit con matrem meam. Soli nihil poteramus facere, absentia (illius) illum abit(u)ri. Mater mea (dicit): Spec(t)emus illum dum venit et ven(i)o tequam Alexandriae et deduco te usque ad nave. Saturninus iam paratus erat exire illa die qu(a)ndo tam magna lites factam est. Dico illi: Veni interpone te si potes aiutare Ptolemaeo patri meo. Non magis quarevit me pro xylophongium sed sum negotium et circa res suas. Attonitus exiendi dico illi: Da m(i) paucum aes, ut possim venire con rebus meis Alexandriae, im inpendiam. Negabit se habiturum. Veni, dicit, Alexandriae et dabo t(i)bi. Ego non abivi. Mater mea no(n) habens assem, vendidi(t) lentiamina (u)t veniam Alexandriae.

... digo a ele, dá-me, digo, um pouco de dinheiro; irei, digo, aos amigos de meu pai. Então me mandou uma agulha e tecidos de linho, nenhuma moeda me deu. Eu finalmente aqui e ali reuni um pouco de dinheiro e fui a Véroclo e Givan(?), e comprei umas poucas coisas que enviei. Se fizesse tempo favorável, ele não disse que iria para Alexandria. Igualmente não me deu dinheiro a não ser uma moeda de ouro à minha mãe para as roupas. Isto é, diz ela, o que o teu pai me mandou. Nesse tempo, porém, tudo teve preferência tanto a lã como o linho? Encontrei a minha mãe grávida. Nada ela podia fazer. Depois

e Herman, *Vulgar latin*, p.21 (primeiramente publicado em 1967, na coleção "Que sais-je?", sob o título *Le latin vulgaire*. Paris, Presses Universitaires de France).

de poucos dias pariu e não podia me auxiliar (socorrer). Também meu pai, Ptolomeu, teve uma briga a respeito de minhas roupas, e aconteceu de ele vir a Alexandria com os recrutas e me deixou com a minha mãe. Sozinhos nada podíamos fazer, havendo de ter a ausência dele dali. Minha mãe (diz): esperemos até que ele chegue então, e vou contigo para Alexandria e te levo até o navio. Saturnino já estava pronto para sair naquele dia quando aconteceu tão grande briga. Digo a ele: vem, interpõe-te, se podes ajudar Ptolomeu, meu pai. Não mais se preocupou comigo, como algo sem importância, mas com seu negócio e suas coisas. Saindo atônito digo a ele: dê-me um pouco de dinheiro para as despesas, para que eu possa ir a Alexandria com as minhas coisas. Negou que ele até haveria de ter. Vem, disse ele, a Alexandria e te darei. Eu não fui. Minha mãe, não tendo dinheiro, vendeu os tecidos de linho para que eu viesse a Alexandria.

2ª carta: (CPL, 304)

Rustius Barbarus Pompeio fratri suo salutem. Opto deos ut bene valeas que mea vota sunt. Quid mi tan invidiose scribes aut tan levem me iudicas? Si tan cito virdia mi non mittes, statim amicitiam tuam obliscere debio? Non sum talis aut tan levis. Ego te non tanquam amicum habio, set tanqua fratrem gemellum qui de unum ventrem exit. Hun(c ver)bum sepius tibi scribo, sed tu (ali)as me iudicas. Accepi fasco coliclos et unum casium. Misi tibe per Arrianum equitem chiloma; entro ha(b)et collyram I et in lintiolo (...) alligatum, quod rogo te ut ema(s) mi matium, salem et (mi)ttas mi celerius quia pane volo facere. Vale frater K(a)rissime.

Rustius Barbarus saúda o seu irmão Pompeu. Peço aos deuses que estejas com boa saúde. Estes são os meus votos. Por que razão tão invejosamente me escreves, ou me julgas tão leviano? Se não me mandas depressa as verduras, devo esquecer imediatamente a tua amizade? Não sou tal ou tão leviano. Eu não te tenho como um amigo, mas como um irmão gêmeo, que saiu de um único ventre. Esta palavra te escrevo, mas tu me julgas de outra maneira. Recebi couve num maço e um queijo. Enviei para ti, pelo cavaleiro Arriano, um cesto, dentro há um pão e amarrado num pedacinho de linho (...)¹⁵, que te peço para que me compres uma medida de farinha e sal, e me envies sem demora, porque quero fazer pão. Salve, caríssimo irmão.

¹⁵ (...) falta a palavra, talvez seja "moedas", pelo que se tem na seqüência.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

3ª carta: (CPL, 303)

Rustius Barbarus Pompeio fratri salutem. Quid est quod mi non rescripsisti, si panes percepisti? Misi tibi per Popilium et Dutuporim panes XV, item per Draconem amaxitem panes XV et vasu (?), explesti IIII matia. Misi tibe per Thiadicem equitem panes VI, quod dixit se posse tollere. Rogo te, frater, ut facias mi in m[e]los usos pondera quan formosa, et scribe mi, ut pretium aeorum quit vis: panem tibi faciam aut aes tibi mitam? Scito enim me uxorem ducere. Quam mox ducero, continuo tibi scribam, ut venias. Vale, saluta [lium].

Rustius Barbarus saúda seu irmão Pompeu. O que aconteceu que não me reescreveste, se recebeste os pães? Enviei-te por Pompílio e Dutuporis 15 pães; até mesmo pelo carroceiro (charreteiro) Dracon, 15 pães e um vaso (?); completaste 4 medidas¹⁶. Enviei-te pelo cavaleiro Thiadices 6 pães, que ele disse poder levar. Peça-te, irmão, que me faça para meu uso pessoal, pesos tão bonitos quanto possível e escreve-me o que queres em pagamento: que eu te faça pães ou te envie dinheiro. Pois fique sabendo que vou me casar. Tão logo me casar, escrever-te-ei imediatamente, para que venhas. Passe bem, saúda ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. *A unidade da România ocidental*. São Paulo: USP/FFLCH, 1951.

———. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica. São Paulo, Ática, 1959.

———. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

¹⁶ Nesta passagem, ao que parece, Pompeu encomendou pães para Rustius Barbarus, fornecendo-lhe farinha para tanto. Rustius avisa que já consumiu quatro medidas dessa farinha.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARTINS, Maria Cristina. Os locativos na *Peregrinatio Aetheriae*. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP, 1996. Orientação: Rodolfo Ilari.

———. Um confronto entre o latim das cartas de Cícero e das do “soldado tiberiano” e de “Rustius Barbarus”: aspectos lingüísticos, filológicos e gramaticais. *Pesquisa de Pós-Doutorado*, F-FLCH/USP, 2004. Orientação: Bruno Fregni Bassetto.

SILVA NETO, Serafim. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

**FORMAS NOMINAIS PORTUGUESAS
E CONEXÕES COM O LATIM**

Márcio Luiz Moitinha Ribeiro
(Seminário São José de Niterói / UERJ)

As formas nominais, no Português, são três, a lembrar: o infinitivo, o particípio e o gerúndio. Exs.: amar, amado(a), amando. Porém, raciocinando, notamos que estes exemplos são verbos, então, como podemos considerá-los como formas nominais, ou seja, com formas de nome, cujas funções parecem ser, eminentemente, exercidas por um substantivo, adjetivo ou pronome.

Iniciemos a nossa reflexão pelo infinitivo com o seguinte exemplo: “amar é viver”, nele podemos considerar o “amar” e o “viver” como verbos que podem desempenhar função, outrossim, de nomes, dessa maneira, podemos concluir que os verbos supra mencionados podem ser desenvolvidos em “o amor é vida”. Do ponto de vista sintático, o infinitivo “amar” desempenha função de sujeito e o “viver”, predicativo do sujeito, dentro desse contexto frasal; do ponto de vista morfológico, ambas as formas têm funções substantivadas ao lado do seu valor verbal. O mesmo fragmento, vertido para o latim, fica *amare est uiuere*, os verbos *amare* e *uiuere* desempenham a mesma função sintática e morfológica do nosso vernáculo.

Em latim, o infinitivo é um pouco mais complexo porque se subdivide em infinitivo presente, passado (ou perfeito) e infinitivo futuro, cuja maior relevância está vinculada à Oração infinitiva/ sujeito em acusativo.

INFINITIVO PRESENTE

O infinitivo presente ativo *amare*, *tenere*, *uiuere* e *audire*, da 1ª 2ª, 3ª e 4ª conjugações, respectivamente, deu origem ao infinitivo do Português amar, ter, viver e ouvir. Encontram-se os in-

finitivos presentes pela 3ª apresentação do paradigma verbal, no dicionário de latim.

INFINITIVO PASSADO OU PERFEITO

O infinitivo passado ativo constrói-se com o radical do perfectum ativo, tirado da 4ª apresentação do verbo, no dicionário, + a terminação *-isse*; traduz-se em português com o verbo auxiliar *ter* + o particípio: *amauisse* (ter amado); *tenuisse* (ter tido/possuído); *uixisse* (ter vencido); *audiuisse* (ter ouvido).

INFINITIVO FUTURO

Encontra-se o infinitivo futuro ativo, no supino, sem a terminação *-um* + a forma *-urum, uram, urum esse* e traduz-se para o vernáculo por *haver de amar ou amará*. Vejamos a sua formação:

Amat+ urum, -uram, -urum esse = *haver de amar, amara*; *tenturum, -uram, -urum esse* = *haver de ter, terá*; *uicturum, -uram, -urum esse* = *haver de vencer ou vencerá* e *auditurum, -uram, -urum esse* = *haver de ouvir ou ouvirá*.

Note que o infinitivo futuro, numa oração infinitiva, estará concordando com o substantivo ao qual se refere em gênero, número e o caso, irá sempre para o acusativo, visto que o sujeito da oração infinitiva também fica no acusativo.

Passemos para o particípio. Em português, o particípio de amar é *amado, amada* (masculino e feminino). Estes, muitas vezes, têm função de adjetivo por isto há a concordância de gênero. Vejamos o seguinte exemplo: O professor Márcio é muito *amado* pelas suas fofinhas, assim como as fofinhas são muito *amadas* pelo professor Márcio. O particípio como se pode observar, concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere. Podemos concluir que o particípio embora seja verbo, também desempenha função de adjetivo. Não obstante, ele, outrossim, em português, possa ter função essencialmente de verbo, como na formação dos

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

tempos compostos dos quais o particípio na voz ativa não ficará, jamais, no feminino. Ex.: Eu tenho **ensinado** a língua latina para as minhas fofinhas.

Devemos ressaltar em relação ao particípio do português uma questão, deveras, relevante, levantada pelo professor Napoleão Mendes de Almeida, em sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*:

(...) não obstante, empregados na voz passiva, certos particípios têm significação ativa, por outras palavras: a pessoa, a que estes particípios se referem, em vez de receber, pratica a ação expressa por esses particípios. Assim é que homem lido, não indica o autor cujas obras são lidas, com sentido passivo, mas o homem que muito lê, com sentido ativo, isto é, que pratica a ação de ler. Tais particípios se denominam particípios depoentes, à semelhança do que se passa em latim, onde certos verbos têm significação ativa, embora possam vir conjugados na forma passiva.

Outros particípios estão em idênticas condições:

FORMA PASSIVA	SIGNIFICAÇÃO ATIVA
Ele é acreditado	Ele tem crédito
Eu serei agradecido	Agradecerá
Não seja atrevido	Não se atreva
Fiquei calado	Calei-me
Seremos comedidos	Teremos comedimento
Rapaz confiado	Rapaz que confia
Menino crescido	Menino que cresceu
Rapaz despachado	Rapaz que despacha
Homem fingido	Homem que finge
Ele é lido	Ele leu muito
Sejamos moderados	Tenhamos moderação
Ele está ocupado	Ele se ocupa
Lei ousada	Lei que tem ousadia
Ele é pausado	Ele trabalha com pausa
Homem sabido	Homem que sabe muito
Estou sentido	Senti muito
Rapaz viajado	Rapaz que viajou muito

PARTICÍPIO PASSADO

Em latim, o particípio passado deu origem ao nosso particípio. O particípio passado latino é formado do radical do supino da última apresentação do paradigma verbal do dicionário + a terminação –us,-a,-um, funcionando como um adjetivo de 1ª classe e sendo declinado ora pela 2ª declinação no masculino e no neutro ora pela 1ª declinação, se o substantivo for feminino. Vejamos a sua formação:

Amat+us,-a,-um (amado(a)); tent+us,-a,-um (tido(a));
uict+us,-a,-um (vencido(a)); audit+us,-a,-um (ouvido (a)).

Em latim, existem três tipos de particípio: o passado que acabamos de ver, o presente e o futuro. Em português, só existe um tipo de particípio, por outro lado, temos vestígios do particípio presente e futuro que veremos mais adiante.

PARTICÍPIO PRESENTE

O particípio presente era declinado com as terminações da 3ª declinação e concordava com o substantivo ao qual se refere por ser um adjetivo verbal. Traduz-se por uma oração relativa ou pelo gerúndio do português, indicando concomitância de ação. Ex.: *Jesus que ama a virtude = Iesus amans uirtutem*. Notemos no exemplo ao lado que o particípio presente *amans* está, no nominativo singular, por estar concordando com o substantivo *Jesus*, porém o particípio além de estar desempenhando função adjetiva, em latim, como acabamos de ver, também desempenha função verbal, pois o complemento do particípio está, no acusativo singular (*uirtutem*).

O particípio presente legou ao nosso vernáculo as formas amante (que ama), movente (que move), constituinte (que constitui), ouvinte (que ouve), etc. Estas formas perderam em português o seu valor participial, sendo meros adjetivos ou substantivos, se colocarmos o artigo definido na frente desses vocábulos.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

PARTICÍPIO FUTURO

Quanto ao particípio futuro latino, existem duas formas, uma ativa e a outra passiva, mais conhecida por gerúndio.

A forma ativa do particípio futuro tem a terminação –urus,-ura, -urum que se junta ao radical do supino e declina-se como um adjetivo de 1ª classe, concordando em gênero, número e caso com o nome. Traduz-se normalmente por uma oração relativa: *amaturus,-uram,-urum*= que vai amar, que amará, que está disposto a amar, que há de amar, para amar. Estas são algumas das possibilidades de tradução do particípio futuro latino.

Há vestígios, no vernáculo, do particípio futuro latino ativo, como em *bebedouro*, (que vai beber), *vindouro* (= que há de vir), *morredouro* (que vai morrer). Hoje, estes exemplos têm função de meros adjetivos.

GERÚNDIO

O gerúndio latino é formado do radical do *infectum* + a vogal temática + a terminação –nd + as terminações da 2ª declinação, e só é declinado, no singular. O nominativo do gerúndio é o próprio infinitivo. Exemplo da sua formação latina:

(*ad*) *am+a+nd+ um* = (para) amar
am+a+nd+ i = de amar
am+a+nd+ o = para amar, a amar
am+a+nd+ o = por amar, no amar, com o amar, amando

O gerúndio latino é um substantivo verbal e o complemento dele fica no acusativo, se o verbo em questão for transitivo direto. Como podemos perceber, o gerúndio latino não corresponde ao gerúndio do português, na tradução, somente, na estrutura visto que há a terminação –nd. Vale ressaltar que o gerúndio no português em seu sentido lato corresponde ao particípio presente latino, uma vez que este foi transformado em adjetivo, o gerúndio passou a exercer suas funções.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O gerúndio do português pode desempenhar, consoante a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, do Napoleão, quatro funções:

- a) adverbiais: ex.: triunfarás, **querendo** (Idéia de condição);
- b) de predicativo do sujeito: ela está **falando**;
- c) aposto do sujeito: tudo, **vendo-me** chegar, me perguntava por ela.
- d) orações reduzidas de gerúndio correspondentes ao ablativo absoluto latino. Ex.: **Reinando César**, surgiram várias calamidades. (Regnante Caesare, ...)

Concluimos o nosso trabalho sobre as formas nominais latinas e conexões com o português com duas reflexões, na primeira, destacamos um pensamento de um grande gramático brasileiro, mestre, amigo e acadêmico, professor doutor Evanildo Bechara, que resume as formas nominais, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, da seguinte forma:

Assim se chamam o infinitivo, o particípio e o gerúndio, porque, ao lado do seu valor verbal, podem desempenhar função de nomes. O infinitivo pode ter função de substantivo (recordar é viver = a recordação é vida); o particípio pode valer por um adjetivo (homem sabido) e o gerúndio por um advérbio ou adjetivo (amanhecendo, sairemos= logo pela manhã, sairemos; água fervendo= água fervente). Nesta função adjetiva o gerúndio tem sido apontado como galicismo; porém, é antigo na língua este emprego.

As formas nominais do verbo, com exceção do infinitivo, não definem as pessoas do discurso e, por isso, são ainda conhecidas por formas infinitas. Possuem desinências nominais idênticas às que caracterizam a flexão dos nomes ...

Para a nossa segunda reflexão, achamos de suma relevância destacar algumas idéias de uma lingüista em relação ao assunto em questão, de modo que propomos registrar, em seguida, na íntegra, um fragmento do trabalho da professora Flávia Carone, no seu livro *Subordinação e Coodenação*, sobre as formas nominais:

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Para início de conversa: Infinitivo, gerúndio e particípio – as “Formas Nominais” do verbo – são verbos ou são nomes? Está difícil decidir, mas vamos começar com a constatação de que são nomes, com eram em latim (que tinha, além desses, o particípio presente, o particípio futuro, o gerundivo, ou o particípio futuro passivo), pois, não é o radical que decide quem vai ser nome ou verbo: são os morfemas gramaticais que definem o vocábulo como uma coisa ou outra.

O infinitivo é nome substantivo. Tem gênero e número. O particípio é nome adjetivo, com as categorias normais dessa classe. E o gerúndio é nome advérbio, invariável. Como os demais advérbios, lembremo-nos de que o gerúndio é um ablativo latino, em português, assumindo as funções circunstanciais próprias desse caso.

Mas a translação, cujo caráter qualitativo Tesnière estudou insinua-se e opera uma alteração no comportamento desses nomes, permitindo-lhes assumir o comportamento de verbos – sem que deixem de ser nomes: em relação a seus subordinantes, eles são nomes; em relação a seus subordinados, são verbos. Podemos representar sua dupla face desta maneira:

SUBSTANTIVO INFINITIVO VERBO	ADVÉRBIO GERÚNDIO VERBO	ADJETIVO PARTICÍPIO VERBO
------------------------------------	-------------------------------	---------------------------------

Todos os termos de uma estrutura oracional são, imediata ou imediatamente, presos ao verbo, seu centro, em consequência, o valor de substantivo, advérbio ou adjetivo é atributo da oração como um todo.

O diretor não permitia falarmos com os colegas durante o recreio. Como objeto direto de permitia, a oração infinitiva é um valor substantivo; mas o infinitivo falarmos é verbo em relação a nós, com os colegas e durante o recreio.

As operárias conseguiram uma creche na fábrica organizando muito bem seu movimento reivindicatório. A oração gerundial tem valor de advérbio em relação a conseguiram; mas o gerúndio organizando é verbo em relação a elas, bem e movimento.

Quanto ao particípio, a questão é controversa: poderia ele realmente constituir uma oração participial adjetiva, ou não seria mais que um simples adjunto adnominal?

Realmente, seria excessivo ver mais que isso em um particípio que não tenha, ele próprio, expansões que possam ser consideradas marginais de um verbo, como em “revi ontem um velho e querido amigo”. Mas, há construções em que ao particípio com valor adjetivo se ligam termos complementares: “seguia com os olhos as folhas suavemente tangidas pelo vento”. Que o particípio *tangidas* tem valor

de adjetivo, ninguém discute. Mas seria ele um verbo em relação a elas (sujeito oculto), suavemente (adj. adverbial) e pelo vento (complemento agente)? Ou seria apenas um adjunto adnominal de folhas? Quem optar por esta classificação deverá, coerentemente, dizer que suavemente e pelo vento são complementos nominais do adjetivo-particípio – o que nos parece uma solução bastante duvidosa.

Portanto, podemos notar que a professora Carone concorda com a função das formas nominais que foram apresentadas no decorrer de nosso trabalho, contudo, a autora mostra um segundo ponto de vista sobre o assunto que é o da dupla função das formas nominais, isto é, uma forma nominal como o infinitivo, por exemplo, na mesma frase, pode desempenhar função de verbo e de nome, dependendo da ótica de como foi analisado o termo.

Convém ressaltar que as afirmações dela são bastante plausíveis, tendo em vista os exemplos destacados e as convincentes argumentações.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 1965.

———. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1983.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação*. São Paulo: Ática, 1988.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica: 1958.

NEOPEDAGOGIA DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA¹⁷

Francisco Dequi (FATIPUC)
profdequi@ipuc.com.br

Sustenta esta pesquisa que o ensino tradicional da acentuação gráfica da Língua Portuguesa é incompleto e complexo. Não ministra, como pré-requisito, os três roteiros da tonicidade natural das palavras sem acento gráfico e, por isso, não consegue dar as razões da necessidade ou desnecessidade dos sinais diacríticos. Assegura que, dominada a tonicidade nata das palavras sem diacrítico, 99,8% dos acentos gráficos oficiais da Língua Portuguesa podem ser explicados com apenas uma macronorma. Através de levantamento e análise da tonicidade de todas as palavras vernáculas sem acento gráfico, o autor deparou existência de três roteiros de tonificação nata ou regular das palavras sem acento gráfico. De posse desse dado, consegue detectar a macronorma única que explica quase a totalidade dos acentos gráficos oficiais, evitando a aplicação do complexo sistema tradicional de dominar a acentuação gráfica. Essa neodidática considera regular a tonicidade da palavra sem diacrítico e, irregular a que leva o sinal. Assim, genericamente falando, a neopedagogia atribui aos acentos gráficos dois papéis: função deslocadora de tonicidade e função diferenciadora de timbre. Ambas criam ou representam novas palavras.

Na Língua Portuguesa, que se pretende com a utilização da acentuação gráfica? Ela é realmente necessária, ou poderia ser suprimida completamente como se faz na Língua Inglesa? Sabe-se que, na estrutura lexical da língua lusa, não é possível dispensá-la. Haveria, pelo menos, caminhos mais objetivos e mais claros para sua utilização oficial e para seu ensino? Sim.

Está claro que a acentuação gráfica auxilia na leitura correta das nossas palavras, ponderando-se a tonicidade. Toda palavra

¹⁷ O minicurso será ilustrado com inúmeros gráficos animados que mostram toda a dinâmica da tonicidade. Fica impraticável imprimir nestas páginas.

constituída de mais de uma vogal possui uma destas proferida com maior intensidade. Em suma, o acento gráfico ajuda a identificar a vogal tônica das nossas palavras. Daí o título dado a este capítulo pela Neodidática da Língua Portuguesa: “Acentuação Objetiva”. Já na denominação, aparece clara a teleologia do acento gráfico – a sua finalidade. Reitere-se, a estrutura das palavras portuguesas recomenda a utilização desses sinais diacríticos. Eles não podem ser suprimidos. Vejam-se estas situações: “Cristo pediu que nos amassemos uns aos outros”. Ou esta e muitas outras: “Fui àquela baía e enchi o cesto de coco”, “A sabia professora sabia que aquele sabia não cantava, principalmente, quando via o cagado ou um camelo se aproximar”.

Assim, fica difícil admitir-se que os acentos gráficos da nossa língua possam ser, um dia, suprimidos oficialmente. Entretanto, ensiná-los através de estratégias complexas, autoritárias, que exijam domínio de incontáveis pré-requisitos, isto sim, é inadmissível. Há caminhos mais objetivos, mais racionais e mais fáceis de se levar a seu domínio. É a estratégia da neopedagogia da acentuação gráfica que passamos a colocar à disposição dos docentes para que percebam a racionalidade e a utilidade desta acentuação objetiva. Ela é, além de simplicíssima, etiológica e teleológica. E, acima de tudo, dispensa o domínio de inúmeros pré-requisitos para a sua aplicação.

O processo parte do princípio de que a sede da tonicidade está numa vogal. Mostra que qualquer palavra constituída de mais de uma vogal possui tonicidade numa delas. Qual delas? A marcada com sinal diacrítico se o tiver. E, se não o tiver? Se não tiver acento gráfico, três roteiros nos ajudarão a identificar a sua vogal tônica. Efetivamente, há três regras natas que servem para localizar a vogal tônica de qualquer palavra com mais de uma vogal que não exiba acento gráfico.

O processo identifica as vogais numerando-as da direita para a esquerda. Se a terminação da palavra sem diacrítico for uma das consideradas FRACAS (a, e, o, am, em, ens), a tonicidade estará na vogal 2. Caso a terminação for das FORTES (as demais

terminações), a tonicidade estará na vogal 1. Se, eventualmente, por força dos dois itens anteriores, a tonicidade incidir no “i”, ou no “u” com vogal precedente encostada, a tonificação flui para essa vogal anterior encostada. Aí estão os três roteiros para localização da vogal tônica das palavras sem acento gráfico. É a chamada tonicidade natural das palavras lusas que se apresentam sem sinal diacrítico. Dominada esta base, a aplicação da acentuação gráfica oficial, em 99,8 % das nossas palavras, pode ser explicada com uma única regra: “O acento gráfico anula a tonicidade natural das palavras e tonifica outra vogal”. O manual e o CD-ROM da matéria propiciam lúcida e abundante exemplificação sobre esta tonificação natural e desvio da tonicidade regular pelo sinal diacrítico. Aqui faremos desfilar apenas um exemplo para cada caso – cama-da, parede, menino, controlam, fuligem, viagens; urubu, abacaxi, barril, lençol, nobel, camarim, radar, audaz, feliz, atum, semitom, irmã; fluido, gratuito, flauta, afoito, encaixe, ameixa, possui...

Portanto, dominados os três roteiros para localização da tonicidade natural das palavras sem sinal diacrítico, basta aplicar uma regra simples para utilizar o acento gráfico em 99,8 % das palavras que oficialmente o têm. Portanto, repita-se esta regra única pode ser expressa assim: “O acento gráfico anula a tonicidade natural e tonifica outra vogal”. Veja-se o efeito do acento gráfico que pode também criar outra palavra: sabia – sábia – sabiá; domino – dominó; dai – daí; pia – piá; maio – maiô; inicio – início; magoa – mágoa; ai – aí; exercito – exército; datilografo – datilógrafo; bebe – bebê; seria – séria; publico – público... Esses são diacríticos deslocadores de tonicidade (99,8 %). Há também os sinais diferenciadores (0,2 %), muito bem explicados pelo manual e pelo respectivo CD-ROM.

Percebe-se facilmente que o processo é acessível e objetivo. Basta dominar os três roteiros da tonicidade nata das palavras sem acento gráfico e, depois, utilizar a regra única para marcar as que necessitam de diacrítico tonificador. Ressalte-se que este processo introduz focalização muito importante: propicia a estratégia de proferir, com tonicidade correta, qualquer palavra sem acento gráfico, ainda que nunca lhe tenhamos ouvido a pronúncia. Tal ensino

é fundamental e lógico. Nenhuma gramática o focaliza assim. E mais, para ensinar a tonicidade em cursos de “Português para estrangeiros”, tal processo é útil, claro e simples.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEQUI, Francisco. *Carta Magna da Língua Portuguesa*. Canoas: CES, 2006.

———. *Interpretação Objetiva*. Canoas: CES, 2006.

———. *Sintagmática – Identificação de determinantes e determinados*. 5ª ed. Canoas: EDIPUC, 2001.

———. *Neopedagogia da Gramática – 18 teses surpreendentes*. Canoas: CES, 2006.

———. *Bases Gramaticais Multilíngües–Português*. Canoas: CES, 2004.

———. *Projeto Pequeno Pesquisador*. Canoas: CES, 2006.

———. *Sintagmática*. 6ª ed. Canoas: CES, 2002.

———. *Redação por Recomposição*. 12ª ed. Canoas: CES, 2002.

———. *Português – Fono-Orto-Morfo*. 5ª ed. Canoas: CES, 2002.

———. *Verbo Diagramado*. 7ª ed. Canoas: CES, 2002.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

NOÇÕES DE *TEMPO* E *ASPECTO* NO DISCURSO PERSPECTIVAS PARA UMA PRÁTICA DE LEITURA NA ESCOLA

Eliuse Sousa Silva (UESC)

INTRODUÇÃO

É comum hoje nos estudos sobre linguagem, de base lingüística, se apontar três caminhos intercomplementares para o ensino, sendo que, em todos, o foco está no texto. São as atividades de escritura, de leitura e de análise lingüística. Essa última – a reflexão lingüística – deve ser concomitante às outras duas, desde que deixem de ser práticas mecânicas no contexto educacional para permitirem ao aluno, a vivência participante de diferentes situações interlocutivas.

Isso porque a formação leitora e escritora do aluno está vinculada às diferentes relações interlocutivas que se instauram nas diversas práticas de leitura e escritura. Para promover essas variadas relações, o educador de linguagem precisa ter domínio da gramática da língua em suas diferentes instâncias, incluindo aí, sobretudo, a discursiva. Assim, esse educador pode possibilitar a seus discentes a construção de conhecimentos que permitam o exercício de ser sujeito no uso da própria língua.

Esse estudo, então, visa apresentar elementos de uma teoria discursiva da temporalização que orientem um trabalho de leitura em sala de aula. Isso porque “[...] cada *discurso constitui um universo semântico específico*” (Cardoso, 1999: 32; grifo da autora). A escola deve, pois, prover o aluno de conhecimentos que lhe permitam descortinar os mais variados universos semânticos que se inter cruzam na sociedade.

Para tanto, toma-se por objeto duas categorias lingüísticas, o Tempo e o Aspecto, perseguindo o entendimento de como as formas marcadoras dessas categorias participam da constituição de

sentido de um discurso, ainda que o recorte para análise seja o enunciado.

TEMPO

ENQUANTO CATEGORIA DISCURSIVO-ENUNCIATIVA

Para o tratamento da noção de temporalidade que se pretende aqui, é necessário esclarecer, inicialmente, que se faz uma diferenciação entre o Tempo da Enunciação e a representação da temporalidade pelo locutor (Tempo do Locutor). É essa representação que interessa a esse estudo.

A enunciação está aqui sendo compreendida como acontecimento de linguagem que se instaura a partir do funcionamento da língua pelo locutor. Esse acontecimento é formatado por uma materialidade histórica que comporta as condições sociais para sua realização (Guimarães, 2005a); e por uma temporalidade idiossincrática.

Essa temporalidade da enunciação se molda por um presente que resgata memórias de enunciações, que não são, contudo, particulares a um indivíduo; o presente seleciona, pois, uma anterioridade memorável. Por causa do recorte que faz, o presente engendra subjacentemente um futuro de significações interpretáveis, projeta, assim, sentidos possíveis (Guimarães, 2005b).

Desse modo, o acontecimento carrega o registro da diferença porque temporaliza. Entretanto, não se trata de um tempo de sucessividades, como se verifica naquilo que se está nominando Tempo do Locutor. Esse se manifesta quando o *eu*, ao enunciar em um tempo tomado como presente, possibilita representar um passado e um futuro; trata-se de um fato no tempo que se instaura entorno de um antes e um depois demarcados. O sujeito-locutor, por se colocar como a origem da fala, *representa o tempo* como sendo-lhe contemporâneo, por conseguinte, o presente é instaurado no discurso por esse *eu*.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Esse locutor, todavia, não é uma pessoa-física específica, mas um sujeito que fala de um lugar enunciativo específico; em outros termos, são sujeitos da língua determinados por essa língua. Uma professora universitária, por exemplo, numa aula expositiva em sala de aula, fala não enquanto pessoa *x*, mas enquanto sujeito que enuncia de um lugar agenciado pelo acontecimento de linguagem, fala de um lugar socialmente definido (Guimarães, 2005b). É esse locutor, categoria lingüístico-enunciativa, que demarca o tempo no discurso.

Para representar discursivamente o tempo, a estrutura lingüística oferece diferentes estratégias. Isso significa que não se restringe ao verbo, embora a codificação seja fortemente circunscrita a essa classe, pois locuções adverbiais e mesmo o contexto discursivo podem expressar a temporalidade.

Assim, considerando aquilo que se está chamando de Tempo do Locutor, pode-se distinguir três tempos básicos em língua portuguesa – presente, passado e futuro –, conforme as relações de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Entretanto, a configuração do tempo no discurso pode ser mais complexa, a depender da própria referência temporal que o locutor assumia para representar uma determinada situação (ou estado de coisas).

Falando em outros termos, para além de uma representação simplificada em presente, passado e futuro, há outras relações temporais mais complexas que dependem do momento que o locutor ostenta como referência. Isso significa que as situações descritas podem ser organizadas a partir de outra, desse modo, o sistema temporal compõe-se fundamentalmente de três instantes, quais sejam: Tempo do Locutor (TL), que constitui seu presente (tempo zero); Tempo da Referência (TR), aquele tomado como parâmetro para abordar um fato; e, finalmente, o Tempo da Situação (TS), que é sistematizado com base em TR para localizar o fato abordado. Em síntese, as determinações temporais seguem na seguinte direção: TL→TR→TS (TL orienta TR que, por sua vez, orienta TS).

Como se observa, o tempo do locutor configura-se no eixo que organiza o sistema temporal, vinculando-se subjacentemente a todos os tempos representados no dizer. Sendo assim, é também ordenador da teia de sentidos que é circunscrita a partir desse sistema. Esse jogo permite que o agora do locutor gerado na atividade verbal se perpetue na teia discursiva e, assim, o leitor (enunciário) aceite a temporalidade determinada pelo enunciador mesmo que não se insira nessa mesma temporalidade.

Nesse ponto da discussão, convém ressaltar a importância de se ter clareza quanto à distinção entre o plano formal e plano semântico-discursivo das expressões linguísticas. Dito de outro modo e mais especificamente, a categoria morfológica Tempo não é coincidente com a categoria semântica Tempo. Tomando o verbo *dormir*, o chamado ‘presente do indicativo’ pode retratar todos os três tempos básicos – presente, futuro, passado – e ainda um “não-tempo” – denominado pelas gramáticas de tempo gnóstico. Os enunciados abaixo ilustram essas respectivas ocorrências:

- a) *Ele dorme agora.* (interpretação 1: já está dormindo neste momento / interpretação 2: dormirá logo em seguida)
- b) *Ele vinha controlando muito bem o horário de dormir. Quando é segunda passada, dá três horas, ele dorme.*
- c) *As galinhas dormem com o pôr do sol.*

Tal como uma mesma forma pode expressar diferentes valores semânticos, um mesmo valor temporal pode ser representado por distintas maneiras, já que não há formas exclusivas para verbalizar os tempos específicos. O valor semântico de presente, por exemplo, pode ser representado pela forma do presente do indicativo e pela locução ‘estar (no pres. do indic.) + gerúndio.

A categoria Tempo no discurso

A partir de tais considerações, para exercício analítico, toma-se um texto (em anexo) que é fragmento de um ensaio de Roberto Toledo publicado na Revista *Veja* de 18/07/2007. Nele, co-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

mo um todo, há um jogo de relações temporais que, assumindo latentemente ou não o agora do locutor como referência (ou seja, TL=TR), estabelece vínculos temporais de simultaneidade, posterioridade e anterioridade.

Visando-se aqui uma postura didática, serão expostos alguns enunciados destacados do texto, tecendo, após cada um, comentários analíticos acerca de tais recortes.

I) O evento da **semana... foram** as rixas que **irromperam... durante** a cerimônia que...

Convém começar destacando a referência temporal inicial (*d*)a *semana*, expressão que é interpretada como semana transcorrida em virtude do verbo *foram* que representa um tempo passado. Se o verbo estivesse em sua forma futura ('serão'), a expressão seria interpretada como 'semana seguinte'. Para se compreender que semana é essa, é necessário resgatar a data de publicação da revista (18/04/07), que, por conseguinte, constitui o TR; interessante observar que tal data não está materializada no texto.

II) as rixas que **irromperam... durante** a cerimônia...

III) **receber** os visitantes... **durante** os Jogos

O relato do surgimento das rixas, em II, toma dois momentos de referência: um subjacente, TL, que agencia sua representação como pretérita; e outro explícito, a cerimônia, que lhe é contemporâneo. Importante ressaltar que quem marca a concomitância entre o 'irrompimento' e a 'cerimônia' não é o verbo e sim o *durante*, como ocorre também em III.

IV) **Enquanto** isso

O enunciado acima registra outro exemplo de marcação temporal fora do verbo com o termo *enquanto*, que no texto permite uma leitura irônica por estabelecer simultaneidade entre o discurso de Lula (criticando a imprensa pelas notícias desfavoráveis aos jovens) e os desencontros entre esses mesmos jovens.

V) jovens escolhidos **para servir** como "guias cívicos" **durante** os Jogos Pan-Americanos...

Para interpretar esse enunciado é preciso tomar como pressuposto que a escolha dos jovens é ainda anterior à cerimônia de formatura. Tal escolha, conforme o enunciado, faz uma projeção (futura) das ações desses jovens (*servir como guias...*), codificando, assim, uma relação temporal entre passado e futuro.

VI) A cerimônia **foi mostrada** na TV

Essa construção é ambígua por permitir interpretar o ato de mostrar como concomitante ou posterior à cerimônia.

VII) O programa... **tem** o objetivo de **treinar** jovens **para** bem **receber** os visitantes... **Ao mesmo tempo, pretende incentivar** a boa convivência...

A quebra na narrativa para dar explicações sobre o programa dos guias cívicos promove um rompimento na estrutura temporal passada (*foram, irromperam, marcou*) e insere situações contemporâneas ao TL (*tem o objetivo; pretende incentivar*). Por sua vez, a expressão *ao mesmo tempo* traz a noção de simultaneidade entre ‘ter o objetivo’ e ‘pretender incentivar’ de uma forma autônoma em relação ao tempo zero.

VIII) modo idílico como em geral **são tratadas** semelhantes iniciativas

IX) CV e ADA... **são** facções do tráfico de drogas

X) Para muitos que **sabem** o nome do papa e dos ex-presidentes... **é** irrelevante **saber** o que **é** CV, o que **é** ADA, e quem se **filia** a um ou a outro. Para muitos outros, o papa e ex-presidentes **são** irrelevantes, mas **é** vital **saber** o que **é** CV, o que **é** ADA, quem **é** do CV e quem **é** do ADA.

As passagens VIII, IX e X também promovem uma quebra na narrativa, trazendo o discurso para a contemporaneidade do locutor. Arrisca-se afirmar que a forma verbal de presente nesses recortes permite perceber de forma mais veemente a atitude de crítica do locutor. Especificamente à X, é possível interpretar o discurso como representando um tempo gnóstico, visto que apresenta a situação como se fosse invariável, constante, uma verdade aceita por todos.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

XI) **Conforme** o morador **seja** da Rocinha, do Vidigal, do Alemão ou da Maré... **estará** sob o domínio do CV ou do ADA

Pode-se verificar acima que a projeção de um mundo hipotético, possível, com a expressão *conforme seja* na primeira oração do enunciado, faz com que a forma verbal de futuro (*estará*) tenha um valor temporal não-definido, funcionando como passado, presente e futuro, já que o morador estará sob o comando de um dos grupos em qualquer época. Esse exemplo permite inferir, concordando com Coan e outros (2006), que a função (semântica) tem primazia no que tange à forma (morfológica) de codificação.

ASPECTO ENQUANTO CATEGORIA DISCURSIVO-ENUNCIATIVA

As discussões acerca das questões temporais conduzem à noção de Aspecto, visto que Tempo e Aspecto são categorias linguísticas imbrincadas. Esse imbrincamento se dá porque a temporalização comporta as noções de ordem (sucessividade e simultaneidade), direção (retrospectiva e prospectiva) e duração (Fiorin, 2005). Quanto à essa última, relaciona-se à aspectualidade, visto ser esse o seu traço definidor (Costa, 1990). Isso configura a aspectualização como uma especialização da temporalização, sendo um sistema que permite aos interlocutores relacionar situação e tempo sem fixar um instante relativo ao agora do locutor.

Assim, ao contrário da categoria Tempo, que permite localizar a ocorrência da situação numa linha cronológica, o Aspecto possibilita ao leitor (ou ouvinte) vislumbrar uma situação em seu desdobramento, sem, contudo, situar num período específico o estado de coisas expresso. Ou seja, não concerne a sucessividades e sim à representação da durabilidade da situação verbalizada, manifestando um tempo demarcado entre um ponto inicial e final, definindo-se, então, como uma espécie de tempo interno.

O Aspecto, desse modo, codifica os diferentes modos de representar o tempo interno de uma situação, sendo caracterizado

pela *duração* (convém esclarecer que os autores divergem muito quanto à caracterização dessa noção). A partir daí, tem-se dois grupos que se opõem: o imperfeito, que se caracteriza por marcar positivamente a duração e o perfeito, que expressa apenas a categoria Tempo, logo, não manifesta a durabilidade da situação.

Para ilustração, considere-se o excerto abaixo:

I) **Há mais de uma década escrevendo** na imprensa, **sempre me disseram** [...] que me **admiravam** [...] (Millôr. *Veja*, 18/04/07: 24)

A expressão *há mais de uma década* e os verbos *escrevendo* e *admiravam* permitem que o leitor compreenda as situações de ‘escrever’ e ‘admirar’ em seu transcurso em certo intervalo de tempo, apresentando-se, assim, como imperfeitas; cabe observar que o morfema flexional de pretérito imperfeito (*admiravam*) só marca aspectualmente um verbo se o valor semântico desse verbo comportar a durabilidade. Quanto à expressão *sempre... disseram*, é perfeita porque traduz uma recorrência no ‘dizer’, não sua constância, ou seja, ‘disseram por várias vezes’.

Esse exemplo de perfectividade pontua uma restrição à marcação do Aspecto, qual seja a de que a situação enunciada esteja no *número singular*, isto é, seja única (e não repetida na linha temporal). Essa limitação exclui o chamado iterativo (presente em algumas literaturas) como uma ocorrência aspectual, pois não se trata de durabilidade, mas de repetição sucessiva do mesmo fato.

As formas verbais mais usadas em língua portuguesa para codificar o Aspecto são a do gerúndio e a do participípio. A razão está em essas formas não expressarem as categorias do verbo Tempo, Modo e Pessoa, e sim as categorias Voz e Aspecto. “O Gerúndio expressa imperfectividade em curso e Voz ativa, e o Participípio expressa imperfectividade resultativa e Voz passiva” (Costa, 1990:44).

Essa discussão acerca do Aspecto se mostra oportuna – apesar de não se fazer um estudo verticalizado aqui – porque é um conteúdo pouco ou nada tratado na escola e mesmo nas gradua-

ções (de Letras). As gramáticas normativas, por exemplo, quando abordam essa categoria, restringem-na como sendo marcada tão somente pelo verbo, tratando-a de forma bastante capilar e equivocada. Todavia, outros elementos estruturais, conforme o discurso, podem atualizá-la; termos como *crescimento*, *desenvolvimento*, *continuidade*, *progressão* são lexemas que permitem imprimir no enunciado a perspectiva de durabilidade.

A categoria Aspecto no discurso

O percurso para o trabalho de análise em torno do Aspecto será similar ao do Tempo, isto é, serão expostos os recortes discursivos para posteriormente se proceder ao comentário. Tais recortes foram retirados da mesma revista, *Veja*, porém, do texto de Diogo Mainardi. Neles, o destaque será dado à imperfectividade.

I) Outro dia a mulher de Franklin Martins me telefonou. Eram 10 da noite. Falamos **por mais de uma hora**.

Apesar de o ‘ato de telefonar’ estar marcado perfectivamente, a leitura discursiva que se faz da passagem acima é a de que esse telefonema perdurou ao longo de uma fração de tempo, em vista da expressão *por mais de uma hora*.

II) Repliquei que ela teria de se contentar em limpar as botas dos apadrinhados dos políticos **enquanto** seu marido fosse ministro.

Destaca-se aí o *enquanto*, que confere valor aspectual ao ‘ser ministro’, retratando-o em um fragmento de tempo delimitado.

III) A popularidade de Lula **impediu até hoje** que ele fosse derrubado.

A leitura imperfectiva da situação descrita em III decorre da expressão *até hoje*, que permite estabelecer um vínculo entre passado e presente, visto se tratar de um tempo anterior que se estende até o agora do locutor.

IV) Eu **refletia a respeito do assunto enquanto lia** *Os Homens que Mataram o Facínora* [...]

Os morfemas flexionais dos verbos (*refletia, lia*), combinados à semântica dos radicais desses verbos permitiram representar a durabilidade dos fatos, que se apresentam contemporâneos em virtude do termo *enquanto*.

V) O fato de refletir a respeito de Lula **durante** a leitura de um ensaio [...]

O sentido proposicional desse enunciado é próximo do anterior – pode-se afirmar ser uma paráfrase daquele – todavia, desta vez quem confere uma leitura aspectual é o termo *durante*, que agrega ainda a função de demonstrar simultaneidade entre ‘a reflexão’ e ‘a leitura’, tal como o *enquanto* no exemplo IV.

VI) A gente **ainda está estacionado** nessa fase. [...]

Como em III, observa-se no enunciado acima um liame entre passado e presente, só que nesse recorte o vínculo é promovido por *ainda*, que funda o pressuposto de que o ‘estacionamento nessa fase’ antecede o agora do locutor e se mantém até esse marco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo desenvolvido a partir de uma perspectiva enunciativa de linguagem, verificou-se como uma unidade menor – uma expressão temporal e aspectual – atua no funcionamento do sentido de uma unidade maior – o texto, não entendendo esse como mero somatório de expressões, mas como uma rede de relações significativas que materializa o discurso.

A teia de significações de um discurso envolve elementos de distintos níveis lingüísticos que se torna difícil descrever-lhe concentrando-se tão somente no sistema temporal, contemplando aí a aspectualização. Apesar dessa limitação, não se pode negar a amplitude de sentidos que esse sistema confere ao discurso, sendo importante ser estudado no ambiente escolar e mesmo acadêmico.

REFERÊNCIAS

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

COAN, Márluce et al. As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. *Estudos lingüísticos XXXV*, p. 1463-1472, 2006. Disponível em <http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/523.pdf>. Acesso em 20 abr. 2007.

COSTA, Sônia B. B. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2005a.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2005b.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica* – brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

MAINARDI, Diogo. Disque “Diogo” para fazer lobby. **In:** *Veja*, ano 40, nº 15, 18 abr. 2007, p. 121.

MILLÔR. Indefinível incerto inexato vago emaranhado. **In:** *Veja*, ano 40, nº 15, 18 abr. 2007, p. 24.

PERINI, Mário. A. *Gramática descritiva do português*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. A moça da livraria e a malta do Maracanã. **In:** *Veja*, ano 40, nº 15, 18 abr. 2007, p. 126.

ANEXO

A moça da livraria e a malta do Maracanã

[...]

O evento da **semana**, para o colunista, **foram** as rixas que **irromperam** nas arquibancadas e nos corredores do Maracanã **durante** a cerimônia que, com a presença do presidente Lula, **marcou** a formatura dos primeiros 5000 jovens pobres escolhidos **para servir** como "guias cívicos" **durante** os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. O programa dos "guias cívicos", patrocinado pelo governo federal, **tem** o objetivo de **treinar** jovens de 14 a 24 anos **para bem receber** os visitantes estrangeiros **durante** os Jogos. **Ao mesmo tempo, pretende incentivar** a boa convivência entre rapazes e moças oriundos das diferentes comunidades (o novo nome das favelas) do Rio. A cerimônia **foi mostrada** na TV do modo idílico como em geral **são tratadas** semelhantes iniciativas. "Bienvenidos al Rio", **disse** um menino, **exibindo** o que **aprendeu para bem impressionar** os estrangeiros. Em seu discurso, Lula **criticou** a imprensa **por** só **dar** notícia desfavorável sobre os jovens, **esquecendo-se** das favoráveis, como a boa disposição das turmas ali reunidas. **Enquanto isso**, lá no alto das arquibancadas, fora da vista do presidente, dos ministros, do governador Sérgio Cabral e outras autoridades ...

Jovens do CV **xingavam** os do ADA, os do ADA **cercavam** os do CV, os do CV **empurravam** os do ADA, os do ADA **perseguiam** os do CV. CV e ADA - ó leitores irmanados pela ignorância! - **são** facções do tráfico de drogas. **Conforme** o morador **seja** da Rocinha, do Vidigal, do Alemão ou da Maré - e esses lugares todos **encontravam-se ali representados - estará** sob o domínio do CV ou do ADA. Para muitos que **sabem** o nome do papa e dos ex-presidentes, neste país, é irrelevante **saber** o que **é** CV, o que **é** ADA, e quem se **filia** a um ou a outro. Para muitos outros, o papa e ex-presidentes **são** irrelevantes, mas é vital **saber** o que **é** CV, o que **é** ADA, quem **é** do CV e quem **é** do ADA.

(Toledo, 2007:.126)

NOMENCLATURA AUTO-EXPLICATIVA

Francisco Dequi (FATIPUC)

INTRODUÇÃO

A nomenclatura tradicional recomendada pela Academia Brasileira de Letras está infestada de incoerências e de equívocos que prejudicam muito a apreensão dos fatos gramaticais. Ela foi estruturada por notáveis, é verdade, mas que estavam afastados das atividades docentes, o que não a fez ser pedagógica e objetiva. Veja-se, por exemplo, a dualidade e a redundância nomenclaturais adotadas oficialmente: uma para a morfologia e outra para a sintaxe. Advérbio / adjunto adverbial, adjetivo / adjunto adnominal.

O Centro de Estudos Sintagmáticos, há muito, vem propondo um esquema nomenclatural natural, lógico e auto-explicativo que deixe transparente a taxionomia das palavras e a sua dinâmica no estruturar textos. Para que a nomenclatura tenha essa característica e essa função, terá que se alicerçar nos binômios NOME/VERBO e DETERMINANTE /DETERMINADO, isto é, seguirá as orientações básicas da Sintagmática e da Carta Magna da Língua Portuguesa.

Alguém, um dia, inexplicavelmente, chamou de "substantivo" a palavra que nomeia seres reais ou imaginários. Veja-se, palavra que "nomeia" os seres ... por que não chamá-la de "nome"? O caminho não seria mais direto e mais curto? E mais: chamam de "pronome" a palavra que, na fórmula da oração, substitui o "substantivo". Por que, então, não chamá-lo de "pró-substantivo"? E creiam: a palavra que acompanha o nome classificam como "pronome" ao invés de "adnome". Tudo isso sugere que a nomenclatura lógica e precisa para o dito "substantivo" seria indubitavelmente "nome".

O determinante máximo do nome 1 da fórmula da oração batizou-se como "verbo", nomenclatura justa, pois "verbum", no Latim, significa palavra, o vocábulo que DIZ algo do nome 1,

sendo-lhe determinante máximo. Realmente, verbo é a palavra que diz.

Aí estão os dois pilares da linguagem humana: **nome** e **verbo**. Em torno desses dois núcleos tecem-se as periferias dos determinantes: adnomes e advérbios, complementos nominais e complementos verbais. Tudo numa lógica natural, tudo postado dentro da fórmula da oração normal. Mas nossa gramática parece que não quis ser natural e simples. Estruturou-se dentro de um projeto complexo e ditatorial, imposto - feito para ser decorado e não compreendido. Urge ajustar!

Sintagramática

Sintagramática é a gramática pedagógica moderna que conduz o estudioso à identificação dos pólos determinante e determinado. Classifica todas as palavras através do critério sintático. Para dinamizar, visualizar e informatizar suas demonstrações, a sua didática utiliza símbolos visuais, códigos gráficos, chamados "sintagramas". Sua linguagem visual mostra a referência e a coesão das palavras na formação dos textos. Tem como objetivo levar a compreender a gramática viva que comanda a arquitetura dos nossos textos.

Fórmula da oração

Fórmula da oração é a representação básica da estrutura de uma frase normal da linguagem humana. Considera-se oração normal a frase estruturada com nome 1 + verbo 2 + nome 3 + nome 4.

Pela fórmula da oração, é possível perceber também que qualquer NOME pode ser determinado por um termo 5 (adnome ou complemento nominal), formando o grupo nominal que pode ocupar qualquer das posições reservadas ao nome.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Sintagramas são convenções visuais e gráficas que auxiliam a interpretar as funções sintáticas dos termos da oração. Basicamente são três setas com corpos diferentes.

Sintagrama essencial

O sintagrama essencial (seta dupla) aplicado no texto INTERPRETA e nos diz quem é o nome 1 e quem é verbo 2; quem é o determinado e quem é o determinante; quem é o sujeito e quem é o predicado. Deixa claro ainda que os pólos ligados pela seta dupla são termos essenciais e se sua colocação está na ordem direta (determinado + determinante) ou, na ordem indireta (determinante + determinado).

A seta essencial aplicada no texto nos INFORMA os fatos gramaticais acima mencionados. O analista, ao interpretar o texto através dos sintagramas, pode também INFORMAR a sua visão gramatical a outrem. Ou seja, os sintagramas servem para INFORMAR nossa interpretação, ou para SERMOS INFORMADOS da interpretação de outrem sobre o texto.

Enfim, a seta essencial sempre nasce do verbo e incide sobre o nome 1 (sujeito) ou sobre seu representante.

Sintagrama integrante

O sintagrama integrante (seta simples, mas compacta) serve para INFORMAR que o determinante é complemento da palavra apontada; que é termo regido e necessário para expressar a mensagem que se tem em mente. Daí o traço simples, mas compacto, forte.

Sintagrama acessório

O sintagrama acessório (Seta simples, mas pontilhada, fraca) INFORMA que o determinante é adnome ou advérbio. Ambos

são secundários, não regidos. Daí a seta acessória ser pontilhada e fraca.

Sintagma do predicativo

O predicativo é um termo pós-verbo-de-ligação. Injeta determinância importante no nome apontado. Daí o corpo integrante de sua seta. Por ser mediado por verbo de ligação, faz, nessa palavra, um ponto de pouso, e, só depois, rumo para o seu determinado.

Sintagma da coordenação

O sintagma da COORDENAÇÃO liga termos que não formam pólos determinante / determinado. Anexa peças equivalentes entre si. Mostra que um pólo não é subordinado a outro.

Sintagramas de abrangência

O Centro de Estudos Sintagmáticos utiliza, além dos sintagramas básicos, alguns sintagramas auxiliares, como os da regência, da elipse e dos conectivos.

Servem para delimitar um termo, ou seja, mostram, qual o conjunto de palavras que constituem o determinante global, e que devem ser consideradas como um todo.

Interpretação por código numérico

Para analisar e interpretar a estrutura oracional, a Neodidática utiliza também convenção numérica fixa. Esta técnica, além de ser sintética, possibilita exercícios sintáticos e interpretativos no próprio texto. Daí sua importância pedagógica.

- O **código 1** sempre lembra o nome-sujeito ou seu representante;

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

- O **código 2** sempre identifica o verbo (simples ou composto);
- O **código 3** sempre marca o termo pós-verbal (regido ou importante);
- O **código 4** sempre revela circunstância adverbial;
- O **código 5** sempre mostra que este determinante é periféria do nome (adnome, ou complemento nominal, ou nome-adnome = aposto);

Grande utilidade pedagógica

O domínio da linguagem sucinta dos sintagramas e dos códigos numéricos possibilita a realização de variados e modernos exercícios lúdicos e informatizados. Por isso, vale a pena reter esses símbolos e essa linguagem visual. Além disso, suas convenções ensinam analisar, interpretar qualquer texto pela simples superposição de sintagramas ou de números nas palavras ou nos conjuntos de palavras, sem esfacelar os textos.

Por exemplo, um professor pode entregar um simples panfleto publicitário a seus alunos e solicitar-lhes que apliquem os códigos numéricos em todas as palavras ou em determinados conjuntos de palavras por ele definidos. Ao realizar a tarefa, o aluno é levado a fazer uma verdadeira análise sintática, o que, na verdade, é uma interpretação objetiva. Ao escrever uma oração no quadro negro e aplicar nela sintagramas e solicitar que os alunos descubram um desses gráficos que intencionalmente o mestre aplicou de forma inadequada, verá a turma concentrada procurando o erro da análise. O aluno, para chegar a uma conclusão, é levado ao raciocínio, à releitura e à interpretação. Tudo pode ser feito de maneira rápida e em linguagem sucinta dos sintagramas ou dos códigos numéricos.

Forma do determinante e do determinado

A fórmula da oração serve para introduzir qualquer lição gramatical ligada à sintaxe ou à taxionomia das palavras. A posição 1 dessa fórmula pode ser ocupada por um nome, por um grupo nominal, por uma oração reduzida ou por uma oração desenvolvida.

A gramática tradicional classifica o nome 1 da oração com a nomenclatura "sujeito". Não há no CES a preocupação em substituir essa classificação, mas apenas em sugerir a nomenclatura mais coerente e fácil que leve realmente a compreender o fato gramatical. Portanto, deve-se aceitar as duas: sujeito, ou nome 1. Por incrível que pareça, a taxionomia de "nome 1" transmite a importância que tem esse nome - sujeito, pois é aí que cai toda a determinância do verbo e seus determinantes.

Forma do determinante máximo - verbo 2

O verbo, o determinante máximo dentro da oração, pode apresentar-se na forma simples (cantei), ou na composta (tenho cantado), ocupando a posição 2 da fórmula da oração. O verbo, para revelar sua subordinação e determinância dirigida ao nome 1, efetua concordância verbal com esse sujeito. Os instrumentos de concordância são as terminações chamadas de "desinências". Os sintagramas são hábeis demonstradores desses fatos sintáticos.

Nome 3

O nome 3, o complemento verbal, posicionado ou não, igualmente pode apresentar-se numa das quatro formas: palavra, grupo nominal, oração reduzida, ou oração desenvolvida.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Predicativo 3 = nome ou adnome natos

O determinante predicativo, sendo pós-verbo de ligação, ocupa igualmente a posição 3 da fórmula da oração. O titular determinante desta posição 3, pós-verbo de ligação, pode ter forma de palavra, grupo nominal, oração reduzida, ou oração desenvolvida. Além disso, se for palavra, esta pode ser um nome nato (substantivo do dicionário), ou adnome nato (adjetivo dicionarizado).

Nome 3 – agente da passiva

O nome agente da voz passiva também é ocupante da posição 3 da fórmula da oração. Entretanto, é inviável apresentar-se nas formas de oração, pois frases não praticam ação.

Nome 4 – advérbio

O nome 4 é advérbio, o determinante que expressa uma circunstância de lugar, tempo, modo ... sempre dirigida ao verbo, o que justifica a nomenclatura de "advérbio", junto do verbo. Este termo 4 - de fundo nominal - pode apresentar-se numa das quatro formas: palavra, grupo nominal, oração reduzida, ou oração desenvolvida. Quando tiver forma de palavra (nome ou pronome real ou fossilizado), introduz-se por preposição pura ou por introdutor zero; quando se apresentar em forma de grupo nominal, inicia-se por preposição; quando tiver forma de oração reduzida, terá introdutor zero ou uma preposição; quando possuir formato de oração desenvolvida, começa com conjunção adverbial e seu verbo apresentar-se-á numa forma finita (conjugada).

Determinantes - nome 5 ou adnome 5

Finalmente, o determinante 5, que pode ser acessório ou integrante: adnome, complemento nominal, ou nome-adnome - os três possuidores de quadrimorfia.

Nomenclatura pedagógica

A nomenclatura será pedagógica e auto-explicativa se realmente expressar com precisão o fato gramatical e se derivar dos dois pólos da língua: nome e verbo. Os sintagramas sempre apontarão para um desses dois pilares e daí nasce a classificação lógica baseada em critério sintático.

A nomenclatura completa é, pelo mínimo, bifacial: traduz o aspecto sintático e o aspecto semântico. Quando se diz "pronomes", está-se dizendo "no lugar do nome". É o aspecto sintático que se está mencionando. Quando se diz "possessivos", está-se destacando o aspecto semântico da palavra focalizada, pois se salienta o significado adicionado à palavra determinada.

NOMENCLATURA AUTO-EXPLICATIVA NOMENCLATURA SINTÁTICA GENÉRICA – DETERMINANTE / DETERMINADO

Qualquer termo que explica, completa, circunstancia ou predica uma palavra subordina-se a essa palavra e a determina. Daí o surgimento da nomenclatura bipolar e genérica "determinante / determinado". Essa antítese é também bifacial, pois possui simultaneamente papel sintático e semântico. Ao mesmo tempo em que aponta com quem se relaciona (sintaxe), injeta, nesse determinado, carga significativa (semântica). Portanto, sempre que, na linguagem dos sintagramas, virmos uma seta, tenha-se a certeza de que, na ponta da seta, estará o determinado (nome ou verbo), e, na extremidade cega, estará o determinante.

Nomenclatura específica

Obviamente, uma nomenclatura gramatical coerente, objetiva e lógica funciona como pré-requisito para a exposição e explanação claras do projeto ora debatido. A Carta Magna da Língua Portuguesa traz o roteiro básico para uma gramática objetiva, lógica, clara e pedagógica voltada à docência do nosso idioma. O livro

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Bases Gramaticais Multilíngües, da página 35 à 41, apresenta acessível síntese sobre um projeto ideal para nomenclatura gramatical.

A taxionomia será coerente e pedagógica se traduzir, com justeza, a estrutura e o funcionamento da língua e se levar à compreensão dos fatos gramaticais.

Vimos assim que a Neodidática utiliza dois binômios nomenclaturais básicos: nome / verbo e determinante / determinado. Nome e verbo são os dois pólos onde incidem quase todos os determinantes dos textos. Quase todas as setas rumam para um desses núcleos. Tal binômio constitui a base para estabelecer uma nomenclatura mais específica, mais particularizada.

Assim, revisando, podemos dizer que determinante e determinado é nomenclatura genérica e sintático-semântica, que lembra simultaneamente o referente e o referido. Na ponta de qualquer seta, sempre estará o determinado e, na outra extremidade, o determinante. Desta forma, o binômio nome/verbo cria o fundamento para a nomenclatura mais específica.

Nome

Definição sintática: NOME é a palavra que ocupa ou pode ocupar a posição 1 da fórmula da oração e tem ou pode ter determinantes concordantes.

Do núcleo NOME podem derivar as nomenclaturas coerentes como estas:

Pronome:

Mara veio? – Sim, ELA veio.

Adnome:

O MEU carro ESPORTIVO é potente.

Complemento **nominal:**

Fizeste alusão A UM ERRO.

Regência **nominal**:

A confiança EM Deus continua em mim.

Concordância **nominal** ou **adnominal**:

AS atentAS alunAS contratadAS chegaram satisfeitAS.

Grupo **nominal**:

TODAS AS PESSOAS PRESENTES o viram.

Oração **adnominal**:

O monstro QUE VIMOS não era assim.

Oração **nominal**:

Pressentimos QUE ELES SE RECUSARIAM.

Portanto, **nome** é uma das duas nomenclaturas básicas utilizadas pela Sintagramática. Dele derivam as nomenclaturas periféricas.

Verbo

Definição sintática: Verbo é o ocupante da posição 2 da fórmula da oração. É o determinante essencial do nome 1. É o núcleo sintático da predicação dirigida ao nome-sujeito. Semanticamente expressa ação, ou fato. Se for apenas copulativo, será vazio de significação e funciona como simples verbo de ligação. Mesmo nestas condições de mero verbo de ligação, funciona como líder sintático do predicado, pois lhe cabe apresentar internamente as marcas modo-temporais e os instrumentos da concordância verbal; incumbe-lhe também receber os determinantes complementos verbais e os advérbios em qualquer de suas quatro formas.

Do núcleo VERBO podem derivar as nomenclaturas coerentes como estas:

Advérbio:

Completaste o trabalho NA SEMANA PASSADA.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Complemento **verbal**:

Fizemos UM BOM NEGÓCIO.

Regência **verbal**:

Todos dependemos DE você.

Concordância **verbal**:

Os dois atletas FORAM felizes.

Portanto, o verbo é a segunda nomenclatura básica utilizada pela Sintagramática. Dele derivam as nomenclaturas periféricas.

Eis aí os pólos da nomenclatura fundamental da gramática objetiva, coerente e nitidamente pedagógica. Veja-se também a nomenclatura de outras palavras que podem entrar na estruturação de textos:

Preposição

Preposição é palavra essencialmente INTRODUTORA de determinantes em qualquer das quatro formas. Onde há uma preposição, há o começo de um determinante. Pode posicionar-se também antes de conjunção integrante ou de pronome relativo que igualmente são introdutores de determinantes. Entretanto, estes têm forma de oração desenvolvida.

Conjunção

Conjunção é palavra introdutora de determinante em forma de oração desenvolvida adverbial ou nominal. Conjunção adverbial é a que introduz oração adverbial; conjunção nominativa (integrante) é a que introduz oração nominal (substantiva). O determinante encabeçado por conjunção terá inevitavelmente forma de oração desenvolvida. A conjunção, além de ser introdutora do determinante constitui indício claro que esse determinante tem forma desenvolvida.

Conectivo coordenativo

Conectivo coordenativo, ou simplesmente conectivo, liga termos equivalentes em qualquer das quatro formas, sem fazê-los determinante / determinado um do outro. Liga, portanto, palavras, grupos nominais, orações reduzidas ou orações desenvolvidas.

A rigor, somente existem dois tipos de conectivos coordenativos: os aditivos e os alternativos.

Assintagmas

Assintagmas são palavras, expressões, ou conectivos sem número posicional dentro da fórmula da oração. Funcionam como simples introdutor ou como expressão emotiva. Seu sintagma (seta com a ponta cortada) e seu número posicional zero (0) traduzem essa sua característica.

Rui, Marina e Aurélio confiam em você.

OBS.: A preposição pura considera-se assintagma, com número posicional zero e sete cortada. Entretanto, se estiver combinada, normalmente adota o código posicional 5.

Nomenclatura semântica

Até aqui vimos estrutura nomenclatural estribada na sintaxe. Saiba-se, entretanto, que os determinantes adicionam algo semântico ao determinado, ampliando ou alterando o seu significado. Por isso, quase toda nomenclatura sintática se faz acompanhada também de nomenclatura que salienta o aspecto SEMÂNTICO. Daí...

Adnome

ADNOME: nomenclatura sintática. + ?????? nomenclatura semântica). Observe-se:

Adnome definidor:

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

O garoto cumprimentou AS meninas.

Adnome indefinidor:

UM garoto cumprimentou UMAS meninas.

Adnome possessivo:

TEU anel é mais caro que AQUELE relógio.

Adnome demonstrativo:

ESTE anel é mais caro que AQUELE relógio.

Adnome interrogativo:

QUAIS casas e QUANTAS assinaturas...?

Adnome numeral cardinal:

DOIS homens contribuíram.

Adnome numeral ordinal:

O QUINTO lugar ficou com você.

Adnome qualificativo:

A casa BRANCA tem chaminé REDONDA.

Adnome relativo:

O carro de CUJA cor falaste é novo.

Observe-se como realmente a primeira nomenclatura diz respeito à sintaxe e a segunda liga-se à semântica.

Pronome

PRONOME: No aspecto sintático, pronome é a palavra que substitui o nome na fórmula da oração (pro = no lugar de). O pronome igualmente pode trazer matizes semânticas (possessivo, demonstrativo etc.).

Pronome indefinidor:

Vimos TUDO. Não cremos em NINGUÉM.

Pronome possessivo:

A minha caneta é azul. A TUA é vermelha.

Pronome demonstrativo:

Esta caneta é azul. AQUELA é vermelha.

Pronome interrogativo:

QUEM te contou isso? QUAL é teu irmão?

Pronome numeral cardinal:

CINCO vieram. DOIS desistiram.

Pronome numeral ordinal:

O TERCEIRO é melhor.

Pronome qualificativo:

Os dois são bons. O BRANCO parece melhor.

Pronome relativo:

O material QUE comprei tem defeito.

Pronome Relativo: introdutor bivalente que encabeça oração adnominal e representa o nome antecedente na nova oração.

Assim, substituir um nome é exercer papel sintático, e tipificar o significado é dar seu matiz semântico.

Como classificar o tradicional artigo que antecede os pronomes como:

A minha é nova.

Os três foram premiados.

O novo é caro.

A simplificação aconselha que se continue classificando esse determinante como adnome - seria um adnome do nome substituído. O conjunto continua sendo considerado grupo nominal.

Advérbio

ADVÉRPIO: Palavra que se junta ao verbo adicionando circunstâncias. Portanto, o advérbio também pode ser classificado com adendo semântico e apresentar-se sob uma das quatro formas: forma de palavra, forma de grupo nominal, forma de oração reduzida ou forma de oração desenvolvida. Observe-se:

Advérbio de lugar:

AQUI pintam-se carros.

Advérbio de tempo:

ONTEM percebi o equívoco.

Advérbio de modo:

O proprietário quis ASSIM.

Advérbio de dúvida:

TALVEZ, eles não exijam tanto.

Advérbio de quantidade:

Todos falaram POUCO.

Advérbio de afirmação:

SIM, nós também o compramos.

Advérbio de negação:

Os sócios NÃO o quiseram fora do clube.

Advérbio de aprovação:

O chefe postou-se FAVORAVELMENTE.

Advérbio de oposição:

O chefe postou-se CONTRARIAMENTE.

Advérbio de causa:

Reforçou a segurança POR CAUSA DE TI.

Advérbio de finalidade:

Falou assim A FIM DE ATINGIR-ME.

Advérbio de condição:

SEM ESTA CARTELA, não ingressarás.

Advérbio de concessão:

APESAR DAS FALHAS, foi aceito.

Advérbio de modo:

Contratou-o CONFORME A LEI.

Advérbio de comparação:

Estudou menos DO QUE SUA IRMÃ.

Advérbio de meio:

Conquistou-os POR MEIO DE NOTAS BOAS.

Advérbio de consequência:

Lutou tanto QUE VENCEU.

Advérbio de preço:

Comprou-a POR TRÊS REAIS.

Advérbio de assunto:

Escreveu SOBRE A BOMBA ATÔMICA.

Advérbio de proporção:

À PROPORÇÃO QUE OS DIAS PASSAVAM,
a firma solidificava-se.

Sem dúvida, nos advérbios também a boa nomenclatura é bifacial. Menciona o aspecto sintático (advérbio) e o aspecto semântico (o do significado injetado).

CONCLUSÃO

A nomenclatura objetiva, coerente e clara funciona como grande auxiliar de compreensão do fato gramatical. Ela somente será pedagógica se for auto-explicativa. Se alguém nomenclaturar um termo como “complemento nominal”, dispensará qualquer explicação. A nomenclatura é clara e diz tudo.

Caso alguém classifique “**aos jogos**” da oração

“Os meninos favoráveis aos jogos ficam à esquerda.”

como sendo um **complemento adnominal**, teria que dar mais explicações? Ou a nomenclatura é suficientemente clara?

Se um analista nomenclaturar “**da escola**” da oração

“Esses anjinhos moram longe da escola.”

como sendo um **complemento adverbial**, teria deixado dúvidas? Ou a nomenclatura informa tudo com nitidez e objetividade?

O absurdo é classificar como advérbio, por exemplo, o que se vê que advérbio não é; chamar de pronome o que acompanha o nome. Onde ficaria a lógica da gramática?

A divisão do ensino sintático em “análise sintática interna e análise externa” duplicou o trabalho do docente e complicou o aprendizado do aluno. Evidentemente, melhor seria trabalhar com a quadrimorfia dos determinantes que adota um único processo fazendo desaparecer a mencionada divisão interna e externa.

Que se quer com essa sugestão de nomenclatura auto-explicativa? Que um dia seja aprovada e adotada?

Não alimentamos esta esperança. Queremos apenas contribuir para a melhoria do nosso ensino. Assim, mesmo que essa nomenclatura objetiva e altamente pedagógica não seja adotada, ela sempre abrirá os olhos dos pesquisadores, sempre despertará o espírito crítico, sempre levará a refletir sobre os fatos gramaticais nomenclaturados com nova visão fazendo emergir as atuais incoe-

rências da nomenclatura oficial. Por isso, sempre nos sentiremos recompensados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEQUI, Francisco. *Bases gramaticais multilíngües – Português*. Canoas: CES, 2004.

———. *Carta magna da língua portuguesa*. Canoas: CES, 2006.

———. *Interpretação objetiva*. Canoas: CES, 2006.

———. *Neopedagogia da gramática – 18 teses surpreendentes*. Canoas: CES, 2006.

———. *Português – Fono-orto-morfo*. 5ª ed. Canoas: CES, 2002.

———. *Projeto pequeno pesquisador*. Canoas: CES, 2006.

———. *Redação por recomposição*. 12ª ed. Canoas: CES, 2002.

———. *Sintagramática – Identificação de determinantes e determinados*. 5ª ed. Canoas: EDIPUC, 2001.

———. *Sintagramática*. 6ª ed. Canoas: CES, 2002.

———. *Verbo diagramado*. 7ª ed. Canoas: CES, 2002.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE TOPONÍMIA E ANTROPONÍMIA: A QUESTÃO DO NOME PRÓPRIO

Patricia de Jesus Carvalhinhos (FFLCH-USP)

Alessandra Martins Antunes (PG-USP)

**Irmã, Sórora Saudade me chamaste...
E na minh'alma o nome iluminou-se
Como um vitral ao sol, como se fosse
A luz do próprio sonho que sonhaste.**

**Numa tarde de Outono o murmuraste,
Toda a mágoa do Outono ele me trouxe,
Jamais me hão de chamar outro mais doce.
Com ele bem mais triste me tornaste...**

**E baixinho, na alma da minh'alma,
Como bênção de sol que afaga e acalma,
Nas horas más de febre e de ansiedade,**

**Como se fossem pétalas caindo
Digo as palavras desse nome lindo
Que tu me deste: "Irmã, Sórora Saudade..."**

(‘O meu nome’. In Florbela Espanca.
Livro de Sórora Saudade, 1919)

INTRODUÇÃO

Talvez não pensemos muito em nosso próprio nome porque, como tão bem coloca Florbela Espanca, ele não seja fruto de uma escolha consciente, mas nos é dado por outrem. Seja nosso nome iluminado *como um vitral ao sol*, ou ainda *Benção de sol que afaga e acalma*; seja o nome algo interpretado como “negativo” (*Toda a mágoa do Outono ele me trouxe; Com ele bem mais triste me tornaste...*), a verdade é que Florbela Espanca capta, neste soneto, a questão da identificação, emanada pelo nome, entre o ser/objeto designado e sua designação.

Desde que nascemos, somos engolfados e submergidos em uma cultura e, também o nome, como fruto dessa cultura, pelo menos na nossa sociedade nos acompanha desde o nascimento (ainda que o ato de pensar o nome de um filho venha muito antes, desde o período da gestação). De tão presente que é nas nossas vidas, não pensamos muito sobre os nomes em geral.

Quem pensa usualmente sobre o próprio nome? Quando somos convidados a refletir sobre o assunto, a primeira pergunta que nos advém do questionamento é: o que é o nome, e para que serve? Saindo de nós mesmos para a realidade circundante, a mesma pergunta pode suceder: por que os objetos e os lugares têm nome, e para quê? Qual o seu motivo?

Parecem questões muito simples, mas para respondê-las, ao contrário do que parece a primeira vista, faz-se necessário refletir sobre vários aspectos da linguagem; aliás, algumas destas questões já eram formuladas pelos gregos, assim como as reflexões sobre o tema. O que nos propomos, no âmbito desta comunicação (que corresponde ao minicurso homônimo) é procurar pensar na questão do nome próprio hoje¹⁸, em sua aplicação aos lugares ou às pessoas, assim como nas relações implícitas no nome, sua posição dentro da teoria dos signos. No que concerne ao lugar, abordamos, ainda, a peculiaridade de um signo linguístico quando está em função toponímica – e, no que diz respeito ao topônimo propriamente dito, discorreremos sobre alguns fenômenos linguísticos mais comuns com os quais se deparam os estudiosos de Onomástica, ou Onomatologia¹⁹.

¹⁸ Tendo em vista os limites deste trabalho, nos ateremos ao sistema onomástico brasileiro, apenas referindo-nos exemplificativa e pontualmente a outras culturas.

¹⁹ No Brasil, usamos o termo Onomástica para referir-nos à parte de Linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios. Leite de Vasconcelos (1928: 2) propõe a seguinte terminologia, baseada em sua própria definição das subáreas (toponímia e antroponímia), proposta em 1887: “Temos (...) muitas espécies de *nomes próprios*. A secção de Glotologia que trata deles (origem, razão de emprego, forma, evolução, etc.), convieram os filólogos a designar por *Onomatologia*, que, de acordo com aquelas espécies, deverá decompor-se em três disciplinas secundárias:

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Aqui refletimos, pois, o nome em seu conceito básico - para os gregos, o *onoma* -, além de pensar a relação semântica de um objeto com seu nome e, por extensão, a relação de um nome próprio ao lugar ou à pessoa a qual se vincula.

ONOMÁSTICA; NOME PRÓPRIO: O CONCEITO DE ONOMA NATURALISMO E CONVENCIONALISMO

A questão do nome sempre foi palpitante por problematizar alguns temas como a relação semântica entre um objeto e sua denominação, e a referência entre o objeto, o conceito e a forma da palavra. Estas questões já eram formuladas na Grécia, e o gramático Dionísio, o Trácio, no século II a.C., quando da sistematização da primeira gramática do mundo ocidental, já descreveu o *onoma*, pois naquele tempo não existia o conceito de nome próprio como conhecemos atualmente, em oposição ao nome comum: a definição de *onoma* abarcava ambos por se referir a denominações de seres individuais, atividades humanas e objetos. Para refletir sobre o *onoma*, é necessário rever o que se pensava sobre a relação semântica existente entre um objeto e seu nome. Citemos Lyons (1979: 429):

Os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de "denominar"; e a questão que daí decorre é a de saber se os "nomes" dados às "coisas" eram de origem "natural" ou "convencional" (...). No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a "coisa" ou as "coisas" por ela "denominadas". Retomando a distinção formulada

-
1. Estudo dos nomes locais, ou *Toponímia*, na qual se inclui igualmente o elemento líquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, como árvores, penedos, que dão frequentemente nomes a sítios (a *Toponímia* é pois Onomatologia geográfica).
 2. Estudo dos nomes de pessoas, ou *Antroponímia* (...).
 3. Estudo de vários outros nomes próprios, isto é, d astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios, coisas: *Panteonímia* (...)." (grifos do autor)

pelos gramáticos medievais: a forma de uma palavra (*vox* — parte duma *dictio*) significava "coisas" em virtude do conceito associado a essa forma no espírito dos falantes; e o "conceito", olhado desse ponto de vista, era o significado da palavra (a sua *significatio*). Consideremos essa a visão tradicional da relação entre palavras e "coisas".

Na verdade, os elementos contidos na citação de Lyons poderiam ser objeto de uma ampla discussão que não cabe no âmbito deste trabalho; serão aqui retratados apenas para ilustrar a nossa questão central, que é o nome próprio nas atuais vertentes da Onomástica, toponímia e antroponímia. Deste pequeno trecho de Lyons, depreendemos elementos e conceitos que ainda hoje são pontos de discussão entre lingüistas, estando diretamente relacionados às relações existentes entre toponímia e antroponímia: o naturalismo e o convencionalismo²⁰.

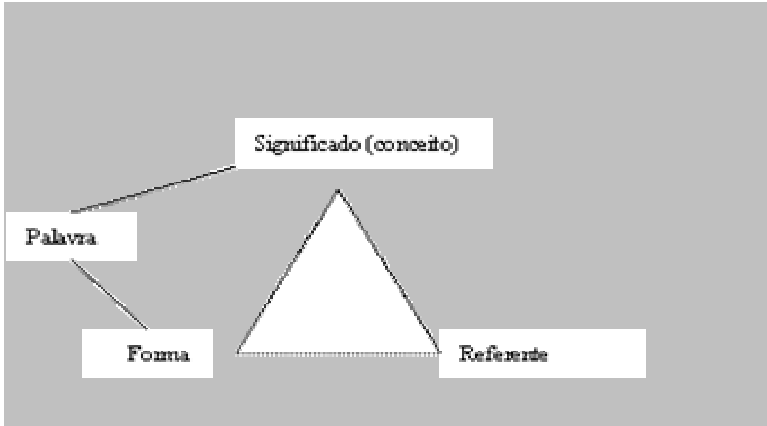
Estes dois conceitos (naturalismo e convencionalismo), por estarem ligados aos atuais conceitos de arbitrariedade e motivação, nos remetem a dois pontos cruciais da definição do signo toponímico, que é a motivação — o signo, em função de topônimo, não pode ser considerado arbitrário como um signo comum — e, mais um ponto, tanto ligado aos nomes de lugar quanto aos nomes de pessoas (ainda que se lhes apresente de modo diferenciado), que é o esvaziamento semântico. Mas, antes de tratar estes dois pontos — motivação e esvaziamento — precisamos traçar quais as relações existentes entre a toponímia e antroponímia.

²⁰ Lyons (1979: 4), ao recuperar a gramática tradicional quando reconta a história da Linguística, retrata os conceitos mencionados por nós, naturalismo e convencionalismo. Segundo o autor, havia uma discussão entre os filósofos gregos se era a natureza ou a convenção que regia a língua, ou seja, dentro da especulação filosófica dizer que algo era natural significava dizer que se originava em "princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável; dizer que era *convencional* equivalia a dizer que ela era o mero resultado do costume e da tradição, isto é, de algum acordo tácito, ou "contrato social", entre os membros da comunidade — "contrato" que, por ter sido feito pelos homens, podia ser pelos homens violado."

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Das relações entre toponímia e antroponímia

Grosso modo, como já ficou exposto anteriormente, o nome nasce da relação semântica que se estabelece entre o objeto e sua designação. Assim esquematizaram OGDEN & RICHARDS (*apud* Lyons):



O clássico triângulo semiótico, publicado pelos autores em 1923 em *The Meaning of the Meaning*, esquematiza modernamente a referência que é, para Lyons, “(...) o termo moderno para as ‘coisas’ como ‘denominadas’ ou ‘significadas’ pelas palavras.” (1979: 429). E assim explica o esquema:

(...) as palavras não “significam” nem “denominam” as coisas, mas se referem às coisas. Feita a distinção entre forma, significado e referente, podemos dar a conhecida representação diagramática da concepção tradicional entre esses três elementos sob a forma de um triângulo (...). A linha pontilhada entre forma e referente significa que sua relação é indireta: a forma liga-se a seu referente por meio do significado (conceptual) associado àquela e a este, mas de maneira independente. Esse diagrama ressalta um fato importante: que, segundo a gramática tradicional, a palavra resulta da combinação de uma forma específica com um significado específico.

Este esquema demonstra porque em Onomástica é necessário trabalhar com o contexto (o referente) para, muitas vezes, po-

der-se recuperar o significado do nome, estabelecendo o seu percurso gerativo.

Sobre a relação entre toponímia e antroponímia, podemos perceber que se atualmente em nossa sociedade existem nomes adequados às pessoas e aos lugares, antigamente não havia, necessariamente, essa “separação”. Na Antiguidade, muitas vezes o nome que o indivíduo recebia era, de acordo com a cultura, a mesma designação para um animal, um herói, um objeto: funcionando como um “amuleto”, o nome poderia atrair bons fluidos e repelir espíritos malignos. Neste caso, a relação semântica que se estabelecia já era de segunda mão, o que vale dizer que a relação direta não era entre o significante e o indivíduo denominado, mas sim entre o significante e o conceito, ficando o indivíduo atrelado a esta relação, apenas, mas não fazendo parte dela diretamente.

Atualmente, consideramos o fato de um nome ser “adequado” para “etiquetar” uma pessoa ou um lugar, mas não servindo a mesma designação para ambos, é meramente uma convenção social.

Se não houvesse, portanto, o que podemos chamar de *estereótipos sociais*, um nome seria da mesma forma adequado para referir-se tanto a uma pessoa quanto a um lugar. Alguns autores consideram o nome (sobretudo o antropônimo) uma mera etiqueta, sendo, deste modo, absolutamente vazio de sentido. Não obstante, soa estranho quando conhecemos alguém cujo nome é considerado incomum – sobretudo no caso de nomes cujo significado seja transparente: Mel, Amora, Sol, Lua... estes são nomes aceitáveis, mas, mesmo estando vetados por lei os nomes que causem constrangimento aos portadores, ainda atualmente há casos de nomes que se enquadram nesse quesito.

Portanto, alguns dos nomes citados como “excêntricos” por Guérios (1994) assim o são apenas por serem transparentes. O que queremos dizer é que, se fosse opaco o significado de nomes como *Alarme José*, *Crepúsculo das Dores*, *Frígida*, *Gilete de Castro*, *Inocência Coitadinho Sossegado de Oliveira* (escolhidos aleatoriamente entre muitos outros listados pelo autor), provavelmente se-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

riam nomes aceitos pela sociedade em sua função de etiqueta, e não causariam aos seus portadores nenhum tipo de constrangimento ou humilhação: estamos habituados a ver, nos nomes de pessoas, denotação, e não conotação.

Esta questão remete a um dos fenômenos que abordaremos mais adiante, o esvaziamento semântico. Mas, para chegar a este ponto, prossigamos um pouco mais sobre o que vários teóricos da Semântica propuseram, mais modernamente, sobre o nome e o nome próprio. Pulgram (1954) analisa a implicação da significação do conceito **nome próprio**: o *onoma* grego, traduzido para o latim como *nomen proprium*, não teria aqui apenas o significado de “próprio” no sentido de *propriedade*, mas também possuiria o sentido de *peculiar, característico*, em oposição a *comum, ordinário* (*apud* Dick, 1990).

Para Ullmann (1967), os nomes possuem funções distintiva e significativa – o nome próprio não significa, portanto, não conota; sua função é meramente distintiva. Sua posição é calcada no estudo de Stuart Mill, que afirma:

Proper names are not connotative; they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Mary, or a dog by the name Caesar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subject of discourse. It may be said, indeed, that we must have had some reason for giving them those names rather than any others: and this is true; but the name, once given, becomes independent of the reason. A man may have been named John because that was the name of his father; a town may have been named Dartmouth, because it is situated at the mouth of the Dart.

(...) Proper names are attached to the objects themselves, and are not dependent upon the continuance of any attribute of the object. (21-22)

(...) The only names of objects which connote nothing are proper names; and these have, strictly speaking, no signification.²¹ (23)

²¹ “Nomes próprios não são conotativos; eles denotam os indivíduos por eles designados, mas não indicam ou implicam quaisquer atributos como pertencentes aos mesmos indivíduos. Quando se

Fica, aqui, evidente a posição de se considerar o nome próprio uma etiqueta, no sentido que, atualmente (em nossa sociedade), não existe uma relação entre o significado do nome e o ser designado²².

Pode-se considerar, teoricamente, que um nome seria adequado a designar tanto um lugar quanto uma pessoa ou um objeto, *se não fossem os estereótipos sociais*. Contudo, hoje em dia o nome de pessoa, pelo menos na maioria das sociedades ocidentais, está esvaziado de seu significado.

O esvaziamento semântico é um fenômeno inerente à maioria das palavras, dada a própria dicotomia que assegura a evolução da linguagem, *conservadorismo/mudança*, binômio que expressa os fatores estáticos e dinâmicos da linguagem, assegurando a comunicação entre os seres humanos. Em Toponímia, esse fenômeno foi denominado *fossilização* ou *crystalização* do topônimo: a partir do momento em que a língua oral muda e também o meio ambiente se transforma, provavelmente o referencial físico que elucidaria o significado não mais existe, o que inviabiliza ou pelo menos di-

nomeia uma criança Mary ou um cão César, estes nomes são simples marcas usadas para habilitar os indivíduos a serem sujeitos do discurso. Pode-se dizer, certamente, que precisamos ter alguma razão para dar lhes estes nomes ao invés de outros: e isto é verdade, mas o nome, uma vez atribuído, torna-se independente do motivo. Um homem pode ter sido denominado John por este ser o nome de seu pai; uma cidade pode ter sido denominada Darthmouth (boca; foz do Darth) porque se situa na foz do rio Darth.

(...) Nomes próprios se unem aos objetos, sendo independentes da continuidade de algum atributo dos objetos.

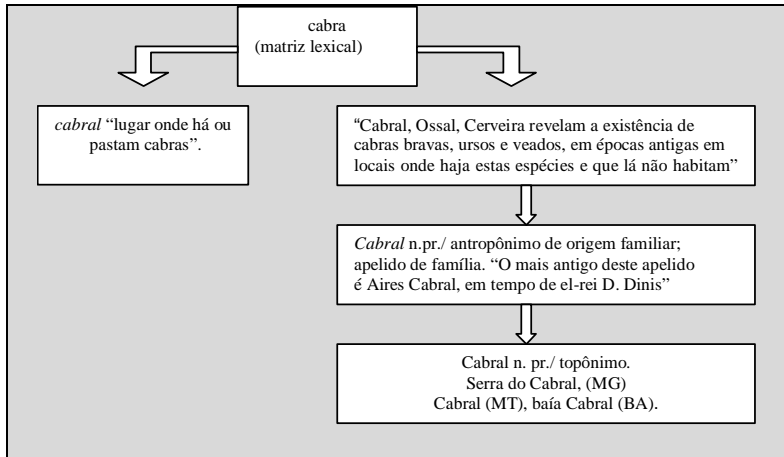
(...) Os únicos nomes de objetos que nada conotam são os nomes próprios: estes possuem, estritamente falando, nenhuma significação." Tradução das autoras.

²² Poder-se-ia alegar que grande parte dos pais consulta dicionários etimológicos ao escolher nomes para os filhos. Isto é correto, mas não invalida a concepção de nome como etiqueta, pois a junção do significado ao significante não ocorre. Por exemplo, entre os povos germânicos era normal dar aos filhos nomes que remetessem a animais, sobretudo o lobo – por metáfora, os atributos de lobo (audácia, força, impetuosidade), a fim de que os atributos do animal fossem conferidos, através do nome, à criança. Guérios cita, nessa linha de pensamento, os nomes de origem teutônica terminados em -olfo (de *ulf*, lobo): Astolfo ("*impetuoso, violento como o lobo*"), Adolfo (como Ataulfo, do visigótico Athaulf: "*lobo (ulf) nobre (atha)*"); e, não metaforicamente, os nomes diretamente relacionados à guerra, como Aguinaldo (germ. Aginald: "*que governa (wald) com a espada (agin)*"), entre tantos outros. Neste caso, os nomes eram transparentes, e não opacos.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

ficulta a reconstrução etimológica. O topônimo guarda, então, sob um invólucro aparentemente sem sentido (uma cadência de sons reconhecidos como sendo da língua mas eventualmente desconhecidos no momento da decodificação), os semas ou unidades mínimas de significação que permitem a reconstrução etimológica.

Portanto, embora surjam do mesmo modo e teoricamente tanto possam designar uma pessoa ou um objeto ou um lugar, atualmente (em nossa sociedade) as relações mais evidentes entre os nomes de lugar e os nomes de pessoas são as facultadas pela liberdade de, a partir de uma mesma matriz lexical da língua (de uma única lexia), formar-se topônimos e antropônimos, assim como se formar um topônimo a partir de um antropônimo, e o contrário. Tal fato é exemplificado por Dick (199:125) a partir da lexia *cabra* e do derivado *cabral*, este último tornado antropônimo, que por sua vez formou topônimos, conforme o diagrama baseado no texto citado:



Mencionadas as relações existentes entre toponímia e antroponímia, já estamos habilitados a expor, ainda que de modo sucinto, o que ocorre com o signo linguístico quando está em função de topônimo.

O SIGNO TOPONÍMICO

Na verdade, o topônimo não contempla apenas uma classe gramatical, muito embora exista uma tendência e grande parte de topônimos constitua-se de substantivos ou substantivos + adjetivos. O signo toponímico abarca não somente o nome de um lugar, mas o lugar em si. A literatura especializada especifica o lugar denominado, de modo geral, como **genérico**; Dick (1990) preferiu, a fim de dar paridade aos elementos constituintes do que denomina “sintagma toponímico”, usar **termo** ou **elemento genérico**, complementado pelo **termo** ou **elemento específico**, ou nome propriamente dito.

O posicionamento dos termos no sintagma toponímico depende, obviamente, da natureza da língua em questão. A língua portuguesa, de estrutura em justaposição, em geral apresenta o genérico anteposto ao nome propriamente dito, acompanhado ou não de conectivo: rio (de) São Francisco, rio (das) Amazonas.

Às vezes o elemento genérico está elíptico ou apenas pressuposto, sobretudo no que diz respeito aos aglomerados humanos: por isso, não é necessário dizer mais que o nome do município; em caso de homonímia, o genérico entra como elemento para evitar ambigüidades: assim, temos o *estado do Rio de Janeiro* em oposição à *cidade*.

Outras línguas, contudo, poderão apresentar estrutura aglutinante, como é o caso das línguas indígenas brasileiras. O mesmo fenômeno é relatado em algumas composições de nomes norte-americanos.

Apresentados alguns elementos referentes à estrutura do topônimo, podemos agora referir-nos aos já anteriormente mencionados fenômenos em sua substância semântica. Em função de topônimo, o signo pode apresentar alguns fenômenos, entre eles o esvaziamento que conduz à opacidade (fenômeno comum aos antropônimos) e, mais especificamente, a fossilização ou cristalização do nome.

*Principais fenômenos do signo toponímico:
fossilização; esvaziamento semântico, nomes opacos*

Cada língua, pois, apresenta particularidades com o que diz respeito aos fenômenos aqui mencionados. Em países jovens como o Brasil, existem muito mais nomes de lugar transparentes, isto é, cujo significado ainda está ativo no léxico comum, que nomes opacos. A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva à não decodificação ou não complementação do percurso de decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas lingüísticas concorrem para a opacidade do nome: no caso da Europa, por exemplo, existem registros de topônimos pré-romanos, ou classificados pelos especialistas como pré-romanos. Características morfemáticas, muitas vezes, são elementos preciosos de recuperação lingüística, como explicamos adiante com exemplos de toponímia portuguesa. Poder-se-ia dizer, portanto, que sob a casca oca do significante restam vestígios (semas) que, devidamente tratados, podem completar o percurso de decodificação.

O termo fossilização, aplicado à lingüística, foi proposto por Jean Brunhes, no seguinte contexto: “*nom de lieu est tout à fait comparable, comme document, à un fossile, à une médaille, à une monnaie*”.²³ Ele se referia ao fato de o signo em função de topônimo estabilizar-se e não mais mudar – não nos referimos à substituição, mas sim à manutenção do mesmo topônimo. Neste caso, há uma cristalização, e o nome de lugar vai conservar exatamente os mesmos elementos lingüísticos do tempo de sua estabilização: não haverá, por exemplo, mudanças morfológicas. Semanticamente, poderá haver esvaziamento, e mesmo que haja adaptações fonológicas de acordo com a passagem do tempo, traços fonéticos podem permanecer intactos no topônimo.

Podemos mencionar, exemplificativamente, o que ocorre com alguns topônimos portugueses que sofreram esvaziamento semântico e ficaram parcial ou completamente opacos, seja porque sufixos latinos que lhes foram agregados não mais se usam em

²³ BRUNHES, J. *La Géographie Humaine*, Paris, 1925.

português, seja porque sua acomodação na toponímia criou uma similaridade a outros sufixos, conduzindo a falsas interpretações.

Em ambos os casos mencionados podemos elencar topônimos referentes a antigos genitivos de posse, tanto na forma sufixal *-ini* (variante *-ina*), presente em topônimos como Afonsim e Abolim (concelho²⁴ de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real) - como nos topônimos em *-anis* (Ansiães, *villa Ansilanis*, freguesia do concelho de Amarante) e *-onis* (*Tellionis*, atualmente Telões, também freguesia do concelho de Amarante, e Midões, antes *villa Midonis*, do freguesia concelho de Tábua, distrito de Coimbra). Todos os casos, apresentados por Vasconcelos, remetem a antigas quintas ou vilas que, na idade média²⁵, tinham sua especificação “com a adunção do nome do possuidor em genitivo, por exemplo: villa Eirici, Vila Ninanis, Villa Regaulfi, donde hoje Eiriz, Ninães, Regoufe.” (1931:359).

Observe-se que um nome pode ser opaco, hoje, pela sobreposição de camadas lingüísticas, no sentido de várias etapas evolutivas de uma mesma língua – como é o caso de topônimos europeus, aqui exemplificados – ou, a opacidade se pode dar justamente pelo desconhecimento da língua, como é o caso das línguas indígenas americanas. Este fator conduz, como já foi estudado tanto por Dick, no Brasil, quanto por vários outros autores canadenses e americanos, à sobreposição de um novo elemento genérico.

Vale dizer, portanto, que uma língua indígena por ser aglutinante possui (no que identificamos como uma única lexia) várias lexias na língua original, entre elas, a que corresponde ao elemento genérico. O desconhecimento da língua leva à adoção de um novo elemento genérico já na estrutura da língua dominante: no Brasil, por exemplo, os nomes indígenas que incorporam o ele-

²⁴ Concelhos, freguesias e distritos são divisões administrativas portuguesas. Os distritos se dividem em concelhos, que por sua vez se dividem em freguesias.

²⁵ O autor apresenta, ao longo do texto, referências a documentos dos séculos IX a XI.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

mento água, como Ipiranga (SP; y-piranga, 'água vermelha'), recebem um novo genérico: *riacho do Ipiranga*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar o assunto, que já tem sido abordado sob vários pontos de vista, consideramos que este breve estudo contribuirá para que se reflita o nome com a devida atenção, seja ele aplicado ao lugar ou à pessoa, com a devida atenção e como objeto de pesquisas sérias. Para fins didáticos, buscou-se evidenciar as relações existentes entre toponímia e antroponímia, dado o conceito inicial de onoma; explorar brevemente a estrutura do signo em função toponímica; e, por fim, enumerar alguns dos fenômenos que podem dificultar a decodificação do topônimo na sincronia, conduzindo o pesquisador à diacronia, a fim de resgatar o percurso gerativo do nome: seu denominador, seu motivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. Trad. Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC-Pontes, 1992.

BRUNHES, J. *La Geographie Humaine*. Paris, 1925.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª ed. São Paulo: 1990.

———. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações. Lingüística e teoria literária*, vol. 9. Recife: Programa de pós-graduação em letras e lingüística da UFPE, março de 1999, p. 120-143.

GUÉRIOS, R.F.M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 4ª ed. rev.. São Paulo: Ave-Maria Edições, 1994.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PULGRAM, E. *Theory of names*. Berkeley: American name society, 1954.

STUART MILL, J. *A system of logic, ratiocinative and inductive*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1846.

ULLMANN, S. *Semântica. Uma introdução à ciência do significado*. Trad. Mateus, J. A. Osorio. 2^a ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

PROBLEMAS DA DIDÁTICA DO LATIM

Nestor Dockhorn (UNIG)

INTRODUÇÃO

No presente minicurso, serão tratados os itens que vêm abaixo discriminados, relativos a problemas da didática do latim.

Os vários métodos de ensino do latim e as experiências pessoais do autor. As várias linhas de tratamento das estruturas morfossintáticas do latim. Os problemas fonético-fonológicos. A variedade popular do latim.

**OS VÁRIOS MÉTODOS DA DIDÁTICA DO LATIM
E AS EXPERIÊNCIAS PESSOAIS DO AUTOR.**

No presente item, tentamos mostrar sucintamente várias linhas didáticas que as escolas utilizaram no ensino da língua latina. Aproveitamos para inserir dados da própria experiência.

A língua latina, depois que teve sua utilização prática confinada à escola, às chancelarias, aos ambientes eruditos, à vida litúrgica, continuou a ser ensinada, provavelmente, mais pelo estudo dos textos usados na escola, na Igreja, nas bibliotecas do que por teorias muito aprofundadas de gramática.

Nas diretrizes apontadas pelos jesuítas, em sua *Ratio Studiorum* havia grande grau de praticidade. Pode-se dizer que a orientação didática ia do texto à gramática e não da gramática ao texto.

Nos tempos mais modernos, porém, podemos dizer que a orientação partia do teórico e só muito vagarosamente chegava ao texto.

Aliás, esse problema didático não se deu só com o latim: também nas línguas modernas – e no próprio estudo do português – somente nas últimas décadas é que se começou a enfatizar o estudo do texto.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No estudo do latim – e também do grego – o estudo teórico da língua latina tomou uma linha muito característica devido à morfologia complexa do nome latino. O estudo das declinações latinas tornou-se uma obsessão para os professores – e um tormento para os alunos – que consideravam o domínio das declinações como um pedestal para aí colocar a estátua da língua latina. Era uma didática totalmente desviada dos objetivos de conhecer a língua latina, porquanto se exigia o conhecimento memorizado das declinações, com exceções e minúcias, de que, provavelmente, nem um falante de latim da época de Cícero teria conhecimento. Um exemplo dessa didática é o livro *Gramática Latina*, de Napoleão Mendes de Almeida (1974). Nessa obra, depois de informações teóricas sobre cada declinação, o autor propõe alguns exercícios de pequenas frases em latim para serem traduzidas para o português ou pequenas frases em português para serem traduzidas para o latim.

Linha semelhante segue a Profa. Gilda S. de Brito, na obra *Lições de Latim* (1980).

Percebemos acentuados progressos nas várias obras didáticas do P. Milton Valente, especialmente no seu *Ludus* – que ajudei a revisar – onde o autor parte para uma linha didática que lembra a conversação. É um começo da libertação da escravidão das declinações.

Obras que representam muito progresso didático são de dois colegas da UFRJ: a obra *O Latim Através de Exercícios* (1982), do saudoso amigo Luiz Carlos S. Marcellino de Carvalho, falecido prematuramente e a obra em dois volumes *O Latim e Suas Estruturas* (1986), de Carlos Antonio Kalil Tannus e outros.

Sinto-me obrigado aqui a relatar minhas experiências, porque são enriquecedoras. Desde que comecei a lecionar latim, no Curso de Humanidades dos Jesuítas, no Rio Grande do Sul – hoje incorporado à UNISINOS – a minha maior preocupação foi a didática do latim. Passei por várias experiências que ajudaram a aperfeiçoar o método de ensino.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Essas experiências foram as seguintes:

1 – A parafraseação em língua latina de textos de Cícero, Vergílio e Horácio.

2 – A tradução diretamente para o latim de textos gregos.

3 – A conversação em língua latina em muitas situações concretas

4 – A descoberta de que o latim poderia ser ensinado em *método direto*, isto é, sem passar pela intermediação da língua portuguesa.

5 – O vislumbamento de que seria possível montar um método de ensinamento do latim (e do grego) de forma sistemática.

Posteriormente, depois de estudar alguns anos na Europa, o autor deste minicurso tentou tornar mais concreta a tentativa de criar um curso fundamental de latim de forma semelhante ao método empregado na aprendizagem de línguas modernas. O autor já tinha utilizado o célebre método *Berlitz*, no ensino de francês e inglês. Adotou para o latim algumas lições fundamentais do método Berlitz, aplicando-as a um grupo de jovens em Salamanca, na Espanha. Era a sua primeira tentativa sistematizada de fugir das teorias gramaticais. Esse foi seu primeiro ponto de partida para outros melhoramentos. Outros melhoramentos aparecem depois de o autor ministrar cursos de latim em várias faculdades do Estado do Rio, e depois de fazer cursos de Mestrado e Doutorado. Nessa fase, o autor aplicou um método de ensino, que pode ser assim caracterizado:

- a) O método era direto (sem intervenção da língua portuguesa)
- b) O método conjugava ação e fala: com muita ação, encenação e dramatização.
- c) A aprendizagem da escrita era feita paulatinamente.
- d) A parte teórica era mínima.

- e) O aluno ia aprendendo o latim de forma natural, como uma criança latina teria aprendido.

Lamentavelmente, não redigi formalmente o método, apesar de ter tido muita aceitação. Creio que didaticamente, o método teve muito sucesso.

Redigi, na década de 70, o método *Roteiros de Língua Latina*, inicialmente mimeografado, depois impresso em IBMComposer, em duas edições. Uma parte era o *Roteiro Prático*, a outra era o *Roteiro Teórico*. Penso que a obra ainda contém excesso de noções teóricas, provavelmente por influência das aulas do Mestrado de Linguística.

Em 2001, redigi e publiquei em dois volumes, a obra *Sermo Latinus Facilis, Gradus Primus e Gradus Secundus*. Essa obra apresenta mais características de modernidade, como pode ser visto na seqüência de cada lição. Cada lição obedece à seguinte ordem:

- a) Frases simples.
- b) Texto simples.
- c) Conversação.
- d) Assuntos teóricos (gramática)
- e) Exercícios.

Uma característica da obra é que é redigida toda em latim. No *Gradus Primus*, usam-se somente maiúsculas (letras capitais). No *Gradus Secundus*, aparecem as minúsculas.

VÁRIAS LINHAS DE TRATAMENTO DAS ESTRUTURAS MORFOSSINTÁTICAS DO LATIM.

No estudo das estruturas morfoossintáticas do latim, podemos seguir por duas linhas. Ou damos ênfase à forma ou damos ênfase ao conteúdo semântico.

Naquele estudo exagerado das declinações, a ênfase era totalmente formal, sem nenhuma referência ao conteúdo semântico.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Ora, a diversidade das formas não é uma esquisitice da língua: ela tem um sentido e esse sentido deve ser buscado.

Podemos também partir de uma determinada forma, por exemplo, o genitivo, e buscar em que situações semânticas ele pode ser empregado.

Podemos também partir de situações semânticas concretas, em que percebemos a relação semântica entre determinados pares, como *Agente/ Ação*, *Possuído/Possuidor*, etc. e buscar a maneira de exprimir formalmente essa relação. Isso obedeceria às idéias do lingüista Fillmore e sua *Gramática de Casos*, que hoje é trabalhada como *Papéis Temáticos*.

Essa linha de trabalho é mais racional e se aproxima de uma linha mais natural de aprendizagem.

Pode-se perfeitamente organizar um método fundamental do estudo de qualquer língua, seja viva ou morta dentro dos moldes dessa linha. O método que usei nos anos 68 a 72 situava-se dentro dessa linha. Infelizmente, afastei-me dessa linha, para elaborar métodos mais impregnados de noções lingüísticas. Hoje, voltei a ela.

OS PROBLEMAS FONÉTICO-FONOLÓGICOS

Durante muito tempo, a minha preocupação como docente de latim, no que diz respeito aos aspectos fonético-fonológicos da língua latina, se referiam unicamente a uma pronúncia correta das **consoantes** (na pronúncia chamada **restaurada**). Não voltava minha atenção nem à pronúncia correta das **vogais**, nem ao problema do **agma**²⁶, e muito menos a uma transcrição fonética do latim dentro de um sistema fonético internacional.

Minha atenção voltava-se para a observação de vogais **longas /breves**, (por **posição**) unicamente para a observação do ritmo

²⁶ Agma é a representação da nasalidade velar no grego e, frequentemente, no latim.

de poemas latinos ou para a tonicidade dos vocábulos. Ora, a quantidade das vogais por **natureza** é importantíssima para perceber a evolução das mesmas no português, e principalmente no espanhol, no francês, no italiano e no romeno.

Por essa razão, em minhas aulas e escritos defendi a importância científica da transcrição fonética de textos latinos, tanto da variedade culta, como da variedade popular do latim. Adotei, para isso, o sistema do IPA, que pode, aliás, ser reproduzido no computador.

Obras como *Fonética Histórica do Latim*, de Ernesto Faria ou a obra tão meritória *Dicionário Latino-Português*, de nossos colegas Amós & Airto só teriam a ganhar se nelas aparecessem transcrições fonéticas.

Em nossa penúltima produção didática do ensino de latim, intitulada *Estruturas Básicas do Latim Culto*, as *Sententiae*, que aparecem no início de cada lição são apresentadas em quatro linhas. Na primeira linha, a *Sententia* aparece em letras capitais; na segunda linha, em minúsculas; na terceira linha, em **transcrição fonética**; na quarta linha, em tradução portuguesa.

Apresento aqui alguns exemplos:

DISCIPVLVS LIBRVM MAGISTRAE REDDIT.

Discipulus librum magistrae reddit.

[dIs;kipUIUs ;librUm ma;gistraj ;dat]

O aluno devolve o livro à professora.

IMPERATOR GLADIVM MILITI TRADIT.

Imperator gladium militi tradit.

[ImpE;r7tOr ;gl7dIUm ;milItI: ;tr7:dIt]

O comandante entrega a espada ao soldado.

O meu último método, que está sendo elaborado, recolhe as experiências já realizadas e, na minha opinião é o melhor, do ponto de vista didático.

Apresento alguns exemplos.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

LIBRVM CAPIO

Librum capio.

[librUm ;k7pIo:]

Pego (=estou pegando) o livro. Levanto o livro.

LIBRVM TOLLO

Librum tollo.

[librUm ;tOllO:]

LIBRVM MOVEO

Librum moueo.

[librUm ;mOwEo:]

Movimento o livro.

LIBRVM IACIO

Librum iacio.

[librUm ;j7kIo:]

Jogo o livro.

A VARIEDADE POPULAR DO LATIM

As gramáticas latinas pouca ou nenhuma importância deram à variedade popular do latim. Essa posição correspondia à linha geral de estudos lingüísticos, que só valorizava as variedades cultas das línguas. A valorização das variedades populares deve muito ao lingüista Labov, com seu *variacionismo*.

Os antigos romanos já constatavam as variedades de linguagem popular, mas sempre as estigmatizaram. No estudo mais moderno do latim, as variedades populares aparecem tratadas sempre como *latim vulgar*, termo que traz em seu bojo sempre algo depreciador.

Ora, o estudo das variedades populares do latim é importantíssimo para a compreensão dos vários processos que transformaram o latim em línguas românicas.

Pelo menos, alguns itens deveriam ser inseridos no estudo do latim: a) os processos fonéticos das vogais, especialmente dos ditongos (crescentes e decrescentes); b) processos fonéticos das consoantes; c) processos morfológicos dos casos; d) processos morfológicos de alguns tempos verbais.

Isso pressupõe um conhecimento básico da fonética e fonologia da variedade culta, com a devida habilidade de operar transcrições fonéticas.

CONCLUSÃO

Neste minicurso, apontamos algumas linhas utilizadas na didática do latim por vários discentes. Incluímos aí várias experiências realizadas pelo autor nesse campo, com as várias produções do mesmo.

Apresentamos a antinomia possível de *input* inicial: teoria x texto ou texto x teoria.

Levantamos outra antinomia: *uso de língua intermediária* x *não uso de língua intermediária* (método direto).

Essa segunda alternativa nos leva ao tratamento do latim semelhante ao tratamento de qualquer língua moderna. Isso nos leva à busca de recursos e técnicas mais atualizadas.

Acentuamos a necessidade do estudo aprofundado da fonética latina, incluindo a necessidade da operação de transcrição fonética moderna.

BIBLIOGRAFIA

BOURCIEZ, É. *Éléments de linguistique romane*. 3e. éd. rév. Paris: Klincksieck, 1950.

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, A.L. *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.

COUTINHO, I.L. *Gramática histórica*. 6ª ed. rev. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

DOCKHORN, N.. *Sermo latinus facilis: gradus primus*. Nova Iguaçu: UNIG, 1999.

———. *Sermo latinus facilis: gradus secundus*. Nova Iguaçu: UNIG, 2001.

FARIA, E. *Fonética histórica do latim*. 2ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

———. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

———. *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: FNF, 1959.

LABOV, W. *Sociolinguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976.

SILVA, T.C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 1999.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1967.

**SEMIÓTICA & TECNOLOGIA
DOS PICTOGRAMAS À CIBERCULTURA**

Maria Suzett Biembengut Santade
(UERJ, FIMI e FMPFM)

PALAVRAS INICIAIS

O trabalho tem como proposta pensar sobre a evolução histórica da linguagem desde os primeiros grafismos da humanidade até a cibercultura. Encaminha-se o estudo nestes objetivos: conhecer melhor as novas tecnologias; compreender a importância das inovações tecnológicas para a evolução da humanidade; construir conceitos sólidos em relação à tecnologia, descartando os mitos e inverdades a respeito dessas inovações; utilizar, de forma consciente, as novas tecnologias do saber; realizar estudos aprofundados a respeito dos impactos sociais causados pelo domínio das novas tecnologias; estudar a influência exercida pelas novas tecnologias nos processos de aquisição do conhecimento lingüístico; e, aprender a utilizar os recursos modernos nas relações de ensino-aprendizagem da língua.

É relevante assinalar que o indivíduo é considerado analfabeto em dias atuais se ele não souber lidar com a magia da Internet que em segundos apresenta todas as redes culturais e sociais do planeta. Para Lévy (1999) a compreensão tecnológica consiste apenas em reconhecer dois fatos. Em primeiro lugar, que o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Em segundo lugar, que estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano.

O homem moderno vive de forma paradoxal com a rapidez de mudanças e inovações a cada instante de novos conceitos. Com o contaminação de informações e acúmulo de tarefas, acaba ganhan-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

do uma vida estressada mesmo com as facilidades do dia-a-dia. No entanto, as perspectivas de futuro compreendem as inovações tecnológicas contínuas da comunicação, da informação, dos transportes, da educação, da medicina e das realizações tecnológicas nucleares.

O ritmo acelerado da evolução da tecnologia estimula previsões sobre novos avanços educacionais. E o resultado dessas estimativas é impressionante quando suscitado na escola em seus laboratórios de informática e de línguas. Esse processo metodológico cresce a cada dia com impacto e velocidade tecnológicos e deixa o professor sempre atrasado nas atualizações de suas aulas.

Vale reler, segundo Rydlewski e Greco (2006), uma abordagem histórica sobre o Impacto e Velocidade da Tecnologia:

No fim dos anos 90, ainda no século passado, o consagrado físico e matemático Freeman Dyson, professor emérito do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, observou que a tecnologia é apenas uma das forças que impulsionam a humanidade. E nem sempre é a mais importante. Ela divide seu poder de influência com a política, a religião e a economia, além das rivalidades militares e culturais. É tudo verdade. Mas não chega a surpreender se esse tipo de conceito tiver de ser revisto nas próximas décadas, tais são o impacto e a velocidade com que a tecnologia tem provocado mudanças na sociedade. Essas alterações são cada vez mais profundas e se aplicam tanto à maneira como as pessoas se relacionam quanto à forma como produzem. Exemplos não faltam. Em 1990, a internet nem sequer existia em termos sociais. Hoje, conecta quase 1 bilhão de pessoas no mundo e deve interligar a metade da população mundial em dez anos. Atualmente, o preço de uma transação feita pela rede de computadores já atingiu 0,01 centavo de dólar. Numa agência bancária, custaria 1,07 dólar. É por isso que o comércio eletrônico dispara a cada ano, mesmo em um país como o Brasil, que ocupa o modesto 41º lugar entre as nações tecnologicamente mais preparadas, em ranking elaborado pela IBM e pela consultoria The Economist Intelligence Unit. As máquinas também avançam. Entre 1950 e 2000, o poder de processamento dos computadores cresceu inimagináveis 10 bilhões de vezes. O engenheiro e inventor americano Ray Kurzweil, autor de livros como *Fantastic Voyage: Live Long Enough to Live Forever* (algo como A Viagem Fantástica: Viva o Suficiente para Viver para Sempre), acredita que esse ritmo vai aumentar ainda mais. É verdade que Kurzweil é uma das pessoas mais otimistas quando o assunto é o a-

vanço da tecnologia. Mas, bom engenheiro, gosta de fazer contas e já acertou em muitos prognósticos. No seu primeiro livro, *The Age of Intelligent Machines* (A Era das Máquinas Inteligentes), publicado em 1990, previu que em poucos anos uma rede global de computadores cobriria o planeta. Eis a web. Disse também que uma máquina poderia derrotar um campeão de xadrez até 1998. Foi isso que o Deep Blue, da IBM, fez com Garry Kasparov, em 1997. Kurzweil continua a produzir estimativas – que devem ser vistas mais como tendências, e não necessariamente como previsões. Depois de desenvolver um novo modelo, chegou à conclusão de que a velocidade dos avanços tecnológicos tende a dobrar a cada dez anos. Estima que, no início deste século, o mundo das técnicas salte o equivalente a vinte anos de pesquisas em apenas catorze. Depois pulará mais duas décadas, mas em sete anos. O resultado final é que as tecnologias podem apresentar um progresso mil vezes maior no século XXI do que mostraram no século XX. "Os cálculos convencionais normalmente subestimam a intensidade das mudanças porque usam um raciocínio linear. E a tecnologia tem outro ritmo. Ela será o primeiro exemplo de um processo evolucionário marcado por um padrão exponencial", disse Kurzweil a VEJA. Aos descrentes, o engenheiro e escritor fornecem uma idéia do que vem por aí: "Basta dizer que foram necessários catorze anos para chegar à seqüência do HIV. Já no caso do vírus da sars (síndrome respiratória aguda grave), a seqüência foi feita em somente 31 dias". (Veja, Edição Especial Tecnologia)²⁷

COMPREENSÃO DO NOVO CAMINHO EDUCACIONAL

É difícil, entretanto, argumentar sobre a complexidade da linguagem escrita tecnológica hoje, sem acompanhar seus avanços desde os primeiros sinais, deixados em registro pelo ser humano. A própria aquisição da linguagem pela criança mapeia um caminho de evolução do simples sinal à palavra no entorno da criança. Assim, vão surgindo também as questões: a criança já nasce programada para falar? A linguagem é inata ao ser humano? A aprendizagem da linguagem independe do contexto social? Ou o contexto social somente complementa o inatismo? O sistema de traços

²⁷ Veja on-line Edição Especial Tecnologia. *Impacto e velocidade*. Escrito por Carlos Rydlewski e Alessandro Greco. Texto disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/tecnologia_2006/p_014.html

não-lingüísticos (sinais não-lingüísticos) encontra-se, quer nos humanos, quer nos animais em geral? (Cf. Biembengut Santade, 2002)

Mencionado isso, muitos estudiosos buscam suas hipóteses no caráter vocal da linguagem, dizendo que, se houvesse a *perda da voz*, teríamos que nos comunicar através dos *gestos*, e estes teriam evoluído também com um tipo de estrutura gramatical com um grau de complexidade semelhante a línguas faladas e processariam diversas propriedades arbitrárias, transformando em sistemas semióticos com características semelhantes ao universo das línguas faladas (e escritas também).

O ponto principal de discussão é o seguinte: se, em qualquer explicação, parte-se da simplicidade para a complexidade, houve, então, *evolução da linguagem*? Se os lingüistas ortodoxos não aceitam a evolução da própria linguagem juntamente com a evolução da corporeidade humana, não podemos nos adiantar nos avanços lingüísticos da educação? Se o componente verbal da linguagem distanciar-se da manifestação natural num grau de independência, esfriamo-nos no como a *escrita* surgiu até chegar-se à comunicação digital?

Colocadas essas questões, as línguas podem ser consideradas independentemente da essência, em que se manifestam naturalmente, quando “as línguas escritas adquiririam certo grau de independência como um dos principais meios de comunicação do homem” (Cf. Lyons, 1980:78). Chaves²⁸, no texto “Acompanha a Filosofia da Educação a Evolução da Tecnologia”, afirma que a comunicação humana passou por quatro revoluções distintas: começando pela palavra *falada*, depois pela palavra *escrita*, seguindo pela palavra *impresa* e finalmente pela profunda, e em curso, palavra *digital* (p.3). Eduardo O. C. Chaves argumenta que não é

²⁸ Eduardo O C Chaves. Ph.D. em Filosofia, University of Pittsburgh (Pittsburgh, PA), 1972. Professor Titular de Filosofia da Educação da Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP). Coordenador da *EduTecNet* – Rede de Educação e Tecnologia / Comunidade Virtual de Aprendizagem Colaborativa em Educação. Texto disponível em: <http://www.chaves.com.br/textself/edtech/abe.htm>

fácil falarmos de educação se não entendermos essas quatro revoluções (não de maneira linear) em grande metáfora, pois as diferentes revoluções acometem umas as outras em *ondas* de mudança, que colidem, sobrepõem-se e coexistem. Sendo assim, Chaves se propõe investigar a evolução dessas quatro revoluções, para entender a evolução da tecnologia (que é uma construção humana), sem desconsiderar o interesse do ser humano pela aprendizagem. Esse estudioso busca em Sócrates a metáfora do *instigar a pensar*, colocando o método chamado de “maieútica” — palavra que vem do grego e quer dizer “arte da parteira”. Para Sócrates, o professor é como uma parteira ao dar à luz o conhecimento do aluno [*a parteira somente faz o papel de ajudar as mulheres a darem à luz seus rebentos*]. Tudo semelhante ao papel do professor, que ajuda a trazer à luz o saber do aluno.

É impossível pensar hoje sem os sinais verbais, que se tornaram independentes do aspecto natural e primitivo do ser humano. Também não seria possível conceber um grupo, que se separasse do corpo da nossa sociedade e renunciasse ao uso da língua falada? Em que sentido a sua linguagem escrita ou gestual dependeria ainda da língua falada, a que estava acostumado em sociedade? Não poderia ela desenvolver-se independentemente, tal como a língua escrita se desenvolveu numa independência parcial da fala? E não poderia ser ensinada às crianças, sem que elas tivessem primeiramente adquirido a língua falada, que a ela correspondesse parcialmente? — Essas são questões levantadas por Lyons, ainda não respondidas, sobre a correspondência entre a origem da linguagem e o seu aspecto convencional (Cf. 1980:78).

Para Lévy (1999), o homem é quem cria as mudanças, mas muitas vezes o impacto delas causa inadequação quando não compreendidas pela sociedade. Esse autor coloca as indagações: as técnicas viriam de outro planeta, do mundo das máquinas, frio, sem emoção, estranho a toda significação e qualquer valor humano, como certa tradição de pensamento tende a sugerir? Para o autor parece, pelo contrário, que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que consti-

tui a humanidade enquanto tal (junto com a linguagem e as instituições sociais complexas.

DESENHANDO A TRAJETÓRIA DO MINICURSO

Assim, encaminha-se este trabalho na compreensão e inserção do novo ritmo da evolução tecnológica; e, na utilização da arte dos desenhos, diagramas, gráficos no intuito de tornar a metodologia mais dinâmica no ensino de língua na absorção dos conteúdos por meio das imagens. A alfabetização visual materializa os conceitos abstratos da gramática tradicional e em caminho inverso chega-se à compreensão lingüística.

Em resumo, este minicurso visa apresentar: (i) *Questão*: Por que o uso da tecnologia encanta o aluno que apresenta dificuldade na percepção das normas da língua? (ii) *Procedimentos metodológicos*: Processo da significação dos aspectos formais da língua, através da *gramática on-line* valendo da arte imagética na construção do conteúdo. O aluno habituado a consumir informações de natureza iconológica chega à norma gramatical com a percepção aguçada às imagens que vêm suscitadas pelo ambiente virtual na visita aos *sites* e aos *portais*. A passividade do aluno diminui nas práticas integradas, pois ele utiliza a sua criatividade visual na operacionalização da linguagem verbal. (iii) *Avaliação*: Os conceitos lingüísticos ficam ilustrativos no percurso metodológico quando a imagem verbo-visual aparece imediatamente ao aprendiz validando sua própria pesquisa. A interação dos conteúdos gramaticais com a semiótica da tecnologia tem favorecido a compreensão dos conceitos abstratos da língua. (iv) *Proposta*: Com o alfabetismo visual, a compreensão das indagações lingüísticas expande-se com o próprio potencial de fruição visual do aluno, desde a expressão subjetiva até a aplicação prática. A linguagem visual torna os ensinamentos mais práticos, com aprendizagem mais fácil em significados vários.

Serão abordados os seguintes itens: compreensão, mitos e verdades das novas tecnologias. Nesta ordem, segue:

- **Compreensão das novas tecnologias:** As mudanças fazem surgir dúvidas; As dúvidas geram incertezas; As incertezas causam rumores e profecias; Os rumores suscitam estudos e pesquisas; As pesquisas requerem pesquisadores e pensadores; O novo assusta e cria mitos.
- **Mitos das novas tecnologias:** Máquina versus Homem; Fim dos Problemas; Vida Plena e Democrática; Autonomia das Máquinas; Rebelião das Máquinas; Cultura Desumanizadora; Inovar versus Piorar.
- **Verdades das novas tecnologias:** Facilidade para a vida humana; Avanços na ciência e na medicina; Prolongamento da vida humana; Melhor qualidade de vida; Acesso à informação; Acesso ao conhecimento; Encurtamento das distâncias; Maior diálogo entre as nações; Maior comodidade; Melhor desempenho nas tarefas; Redução de custos; Desenvolvimento sustentável; Cinema, Arte, Televisão, Literatura.

PALAVRAS FINAIS

Desde os mais primórdios tempos o homem tem registrado suas marcas através de desenhos, sinais, ícones, entre outros. Os registros em forma de desenhos e pinturas nas cavernas apresentam a história do homem na sua vivência cultural. No percurso da história da humanidade os manuscritos tornaram-se ilustrados no intuito de retratar as indagações culturais e religiosas da época. As antigas tapeçarias também espelharam o conhecimento matemático da geometria no uso das cores, dos diagramas, das imagens.

Não se pode esquecer de que a linguagem escrita é visual e os signos escritos hoje tão abstratos foram no passado desenhos os quais representavam a cultura do homem há mais de quatro milênios antes de Cristo. Assim confirma Almeida Jr. (1989: 9) que

O processo de *iconização* só foi possível graças ao processo tecnológico dos veículos de comunicação experimentado desde o início

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

deste século com o cinema, a televisão e, especialmente, com as novas técnicas de impressão jornalística.

É claro que com o progresso eletrônico a imagem passou a fazer parte do cotidiano das pessoas no mundo. Assim a linguagem oral vem acompanhando essa linguagem visual, massificando também o conteúdo das gerações atuais. No entanto, há o lado negativo da massificação da linguagem verbal e visual, fazendo que a população atual seja condicionada a não refletir sobre sua pessoa como elemento integrante dessa comunicação de massa.

Além da comunicação visual do movimento televisivo e cinematográfico emergem-se outras artes visuais como fotografias, cartazes, pôsteres, painéis, propagandas, cartuns, etc., transmitindo mensagens a cada instante aos leitores virtuais. Vale também assinalar que, infelizmente, a contaminação da imagem tem chegado rapidamente aos leitores virtuais desavisados e despreparados, modificando assim seu comportamento sem nenhum discernimento formalizado.

A linguagem visual provoca sinestesia àquele que a interpreta. Através da imagem os cinco sentidos provocam-se nos anúncios publicitários, nas capas de revistas, nos portais e sites. Observando as propagandas de produtos alimentícios, o paladar e o olfato instigam-se pelas cores, pelo efeito da comida em horários de refeição. Como exemplo, os sanduíches e os refrigerantes são representados pelas cores vermelhas e amarelas porque estas instigam o paladar. As cores frias nos produtos de limpeza instigam a higiene. A imagem produz em determinado grupo social reações próprias do mesmo. Por isso que o fenômeno da imagem emerge satisfatoriamente no momento histórico-social de determinada sociedade a qual nunca permanece igual em tempos diversos.

Quando a imagem emite ao receptor a mensagem, este participa do diálogo na completude da comunicação. Ao ser persuadido pela imagem, o sujeito transforma-se, integrando-se não mais de modo ingênuo no processo visual. O mesmo fenômeno acontece com a linguagem verbalizada. O texto transmite a informação e o leitor interagido nele (no texto imagético ou não) contextualiza-

o, transformando, como usuário sócio-histórico na prática lingüística. O discurso de cada indivíduo acentua-se na prática, e na enunciação o sujeito torna-se polifônico. Portanto, ao ser seduzido pela imagem, o sujeito materializa-se nela a qual o retrata no contexto social ao qual pertence.

Hoje a computação gráfica utiliza a construção formal das palavras, comungadas com a imagem na propagação das mensagens. Os signos icônicos tornaram-se, na globalização da multimídia, universais. A cada dia a linguagem visual reflete o conceito único da humanidade. As diferenças de interpretação acontecem na contextualização cultural de cada povo. Porém, as oportunidades de encontro com outras culturas tornam-se reais através da Internet nas imagens via satélite. Já desde a Antigüidade a linguagem visual transmite as indagações sócio-culturais e históricas do homem. No rastro da evolução humana constrói-se uma leitura universal da imagem, mas cada indivíduo não pode perder seu imaginário, tornando-se alienado na sociedade em que vive. Com a globalização de informações o homem perde seus preconceitos e não deve perder a si mesmo enquanto sujeito criador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JR., João Baptista de. *Ter Olhos de Ver: subsídios metodológicos e semióticos para a leitura da imagem*. Dissertação de Mestrado, FE-UNICAMP, 1989.

BIEMBENGUT SANTADE, Maria Suzett. *Apreciações Semânticas de Relatos de Aprendizagens*. Tese de Doutorado. UNIMEP, Piracicaba, 2002.

CHAVES, Eduardo Oscar de Campos. Acompanha a Filosofia da Educação a Evolução da Tecnologia. Texto disponível em www.chaves.com.br/textself/edtech/abe.htm e em <http://edutec.net/biblioteca%20virtual/edtextos.htm>

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

LYONS, John. *Semântica-I*. Trad. Wanda Ramos. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1980.

RYDLEWSKI, Carlos e GRECO, Alessandro. Impacto e velocidade. *Veja on-line* Edição Especial Tecnologia. Texto disponível em http://veja.abril.com.br/especiais/tecnologia_2006/p_014.html

TOPONÍMIA BRASILEIRA. ORIGENS HISTÓRICAS

Alessandra Martins Antunes (USP)

Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP)

APRESENTAÇÃO

Falar da formação da toponímia brasileira é remeter-se, inapelavelmente, às origens do país. É, também, remeter-se a alguns aspectos do português brasileiro (PB) e a toda a multiplicidade cultural implícita em nossa língua. Reconhecemos três estratos lingüísticos na formação da toponímia do Brasil: o estrato português (apresentando freqüência mais elevada por razões óbvias), o estrato indígena (não apenas tupi) e o estrato africano, além das contribuições estrangeiras (antigas ou modernas); em sua maioria nomes transplantados por homenagem, que não constituem um estrato lingüístico.

Portanto este texto, correspondente ao minicurso de título homônimo, pretende relembrar alguns aspectos da toponímia colonial, sobretudo no concernente à problemática do contato interétnico (europeu / índio) naquele momento histórico – o primeiro século. Abordamos aqui, pois, uma questão geral, que reflete o contato da língua portuguesa com as línguas indígenas estabelecidas na costa brasileira, e uma questão particular, na figura do contato com os franceses, na baía de Guanabara. Chamamos para este diálogo os cronistas Jean de Léry e André Thevet, cujos textos tratam a tentativa por parte dos franceses em colonizar o Brasil, com o projeto da chamada *França Antártica*.

Assim, quando tratamos do contato interétnico entre portugueses e índios sobressaem questões que não podemos deixar de abordar (ainda que sucintamente), como *a língua mais usada na costa do Brasil* (no dizer de Anchieta). A problemática da língua portuguesa no Brasil é vista exclusivamente sob o ponto de vista da formação da toponímia, sem a intenção de discutir os conceitos imanentes. Deste modo é que abordamos as línguas indígenas como adstrato ao PB, segundo Mattoso Câmara Jr.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Esta é, pois, a estrutura desta comunicação: uma introdução que traça a chegada do europeu ao Brasil em 1500, depois uma abordagem das línguas em contato e da conseqüente formação da toponímia do Brasil, em seus estratos português e indígena e, por último, o contato com os franceses no período colonial.

A TOPONÍMIA COLONIAL. INTRODUÇÃO

Quando os homens europeus empreenderam a travessia do oceano Atlântico em busca de novas terras e recursos materiais, nos fins do século XV e princípios do XVI, vinham imbuídos não apenas de ideais (e, sobretudo, interesses materiais), mas também de sua cultura e ideologias, que marcaram suas relações com os novos territórios e seus habitantes. Todo um universo se descortinava ante seus olhos, e, especificamente no caso do Brasil, o contato interétnico gerou frutos lingüísticos para ambos os lados.

A situação que os portugueses encontraram aqui foi de multilingüismo, só freado pela política lingüística de Pombal. Com dados de Aryon Rodrigues e mencionando ainda Franchetto (2000: 84-88), Mattos e Silva (2003) assim trata a questão multilíngüe no período colonial: aproximadamente 1175 línguas no início da colonização, das quais persistem 180 línguas indígenas vivas, concentradas na região norte, com média de 200 falantes por língua²⁹.

Apesar deste multilingüismo, a autora lembra que havia uma unidade relativa no litoral da colônia, em que estavam estabelecidos povos indígenas do tronco tupi, sobretudo pertencentes à família tupi-guarani. Mesmo os povos historicamente inimigos, como os tupiniquins e os tupinambás, tinham a fala muito próxima. Foi essa homogeneidade (havia indígenas do tronco tupi desde o litoral do Maranhão até São Vicente, em São Paulo) que permi-

²⁹ Ou seja, segundo Aryon Rodrigues, cerca de 85% das línguas encontradas pelos colonizadores já se extinguíram.

tiu aos jesuítas catequistas criar uma gramática que servisse de base para a catequese e para a aprendizagem por parte de colonos.

Pela homogeneidade, a língua falada do litoral nordestino até São Vicente (SP) era também a língua dos tupinambás; Anchieta, na sua gramática, usava a designação *língua mais usada na Costa do Brasil*. “Essa língua mais usada na costa do Brasil estará na base do que, só no século XVIII, veio a se designar de língua geral (Rodrigues, 1986: 99)”. A expressão *língua geral* já era usada desde o século XVI em alguns países de colonização espanhola. No Brasil, essa designação não se firmou nos primeiros dois séculos; ao longo do século XVII, consolidou-se a denominação “língua brasílica”, que Aryon Rodrigues liga à denominação Tupinambá.³⁰

Utilizando para sua argumentação documentos do século XVII, o autor afirma que o fator determinante do uso da língua brasílica foi o “casamento” de colonizadores com mulheres índias, cujos filhos falavam a tal língua brasílica. Esta foi a verdadeira língua de comunicação nos primeiros dois séculos de vida colonial, em detrimento do português: o padre Antonio Vieira (*apud* Rodrigues) afirmava, em 1694, que

(...) as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa, a vão os meninos aprender à escola. [grifo nosso].

Ou, como completa Rodrigues, essa língua permaneceu forte e mais resistente nas áreas mais afastadas da Bahia (que então abrigava o centro administrativo da Colônia), pois afluíam à capi-

³⁰ “O nome Tupinambá, como designação dessa língua [a brasílica], aparece tardiamente, no século XVIII, já com a intenção de distingui-la, enquanto língua dos índios Tupinambá (do Pará), da língua então corrente da população mestiça, já sensivelmente diferente daquela; mas, no início do século XIX, passou a ser usado para designar essa mesma língua corrente, vulgar na Província do Pará.” (Rodrigues, 2002: 100).

tal cada vez mais colonos, havendo a dizimação dos índios e assimilação completa da língua portuguesa pelos remanescentes³¹.

Em termos de apreensão de mundo, tanto os registros cartográficos quanto as narrativas comuns na época, como o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, trazem dois elementos que se refletiram na formação do sistema toponímico brasileiro: a apreensão do novo espaço e seus elementos (inéditos para o europeu como fauna e flora), descrevendo o que naquele momento era inominável em língua portuguesa, mas já possuía um termo em língua indígena e, por outro lado, descrevendo este espaço segundo a visão européia, o que levaria à geração da duplicidade e possível superposição toponímica.

**ORIGENS DA TOPONÍMIA BRASILEIRA
A PROBLEMÁTICA DO CONTATO INTERÉTNICO
O CONTATO INTERÉTNICO
O COLONIZADOR PORTUGUÊS E OS ÍNDIOS**

A toponímia colonial brasileira possui algumas camadas lingüísticas. Aqui não nos referimos aos estratos que formam a nossa toponímia, mas tomamos o termo “camada” no sentido de sobreposição. A camada original, indígena, só foi apreendida pelo homem branco num segundo momento do contato, pois o primeiro impacto gerou nomes exclusivamente portugueses, como se a terra fosse um grande vazio onomástico³². Veja-se, por exemplo, o considerado primeiro documento da literatura brasileira, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*: apesar de toda a descrição do litoral e do gentio, figuram poucos nomes relativos à costa, todos eles im-

³¹ A língua brasílica, longe do centro administrativo, generalizou-se e seu uso era o de “(...) língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios Tupinambá e outros índios incorporados às missões, às fazendas e às tropas: em resumo, toda a população, não importa qual a sua origem, que passou a integrar o sistema colonial”. (Rodrigues, 2002: 101).

³² Tal fato se deveu, obviamente, ao fato das culturas indígenas brasileiras serem ágrafas, sendo os nomes de lugar apenas conservados na oralidade desses povos.

pregnados da visão de mundo européia: assim é a motivação do *monte Pascal* e da *ilha de Vera Cruz*, ambos referentes a elementos sagrados. Sem o intuito de estudar a ideologia do colonizador, cabe aqui uma breve consideração sobre não apenas o aspecto religioso, mas também o econômico, antes de tratar a denominação propriamente dita, uma vez que interferiram nas escolhas dos toponímicos.

Fernando Cristóvão (2000) trata dessa multiplicidade ideológica refletida no processo de construção cultural do Brasil: segundo o autor, desde o momento da “descoberta” ou “achamento” “(...) nasceu a vontade de emancipação para se construir uma nova realidade”, e o nome da terra participa dessa construção. Neste ponto menciona-se a ideologia religiosa que impregnava a mentalidade do homem da época: “Com efeito, pode afirmar-se que o processo se iniciou com naturalidade, logo no momento de dar um nome à terra descoberta.”

Baseando-se documentos coloniais, o autor tenta mostrar a multiplicidade ideológica por meio das dissensões que se apresentam entre os cronistas quanto à alteração do nome da *Terra de Santa Cruz* para *Brasil*, sendo “(...) as razões da fé (...) substituídas ou, pelo menos, postas em concorrência com as razões e nomenclaturas dos interesses econômicos do império (...)”. Para ilustrar a irritação de alguns, cita João de Barros³³ (1552) e Pero Magalhães Gândavo³⁴ (1576), ambos alegando *intervenção do demônio* na alteração do nome.

Para o autor, por estes protestos contra a alteração do nome

³³ “(...) Porém, como o demônio per o sinal da cruz perdeo o domínio que tinha sobre nós mediante a paixão de Christo Jesu consumada nela: tanto que daquela terra começou de vir o pao vermelho chamado brasil trabalhou que este nome ficasse na boca do povo e que se perdesse o de Santa Cruz.” (BARROS, 1988, *apud* Cristóvão, 2000: 174-175).

³⁴ “(...) Mas para que nesta parte magoemos ao Demônio que tanto trabalhou e trabalha para extinguir a memória da Santa Cruz e desterra-la dos corações dos homens (...) tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Província de Santa Cruz, como no princípio.” (Gândavo, 1964, *apud* Cristóvão, 2000: 26).

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

(...) passou a nova fronteira que separava o ideal português do descobrimento e extensão territorial e da dilatação da fé, e o ideal nascente brasílico da formação de uma nova mentalidade, de uma nova realidade, de uma nova nação. A Idade Média do passado cedeu lugar a um Renascimento de modernidade, em que outra era a hierarquia dos valores que agora assumia a liderança da História. (...)

Enfim, assim resume a questão do *nomear*:

Dar o nome é estabelecer uma relação simbólica com o transcendente, tanto nos diversos sistemas culturais do mundo, como no prosaico ou aparentemente prosaico uso quotidiano, e realizar uma indesmentível projecção de desejos.

Esta era, portanto, a visão de mundo dominante no momento do “achamento”, e podemos acrescentar que a primeira camada portuguesa denominativa respeitava a mesma política de nomeação utilizada também pelos navegantes espanhóis. A *Carta* de Cristóvão Colombo aos Reis Católicos de Espanha enumera as ilhas descobertas, e mesmo as que reconhecidamente possuíam nomes indígenas³⁵ recebem novo nome.

Colombo evidencia a sistemática da denominação: poder sagrado e poder temporal, na figura dos Reis. Assim, “(...) A la primera que yo hallé puse nombre *San Salvador* a comemoración de Su Alta Majestad (...)”. Ainda na linha hieronímica, a homenagem a Maria aparece na segunda ilha: *Santa María de Concepción*. A homenagem à família real vem expressa nas ilhas seguintes: “(...) a la tercera *Fernandina*; a la cuarta la *Isabela*; a la quinta la isla *Juana*, y así a cada una nombre nuevo. (...)”. (grifos nossos)

A *Carta* de Caminha, contraponto português à carta de Colombo, praticamente não contém topônimos: descrevendo a chegada à nova terra, aparecem os dois únicos topônimos:³⁶ *monte*

³⁵ Um exemplo citado neste trecho da *Carta* é a primeira ilha, à qual “(...) los Índios la llaman Guananí”. Ou seja, a renomeação não foi por desconhecimento de um nome prévio.

³⁶ O porto seguro que figura ao fim da carta ainda não se configura como um topônimo propriamente dito, mas como um referencializador: “Deste porto seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500”. O fato de ser apenas um referencializador está explícito quando se narra a ancoragem das naus: “E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas do sítio on-

Pascoal “(...) assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra.”) e *ilha de Vera Cruz* (referência à verdadeira cruz de Cristo). Ambos os nomes são de natureza religiosa.

Vale lembrar, ainda, que nos primeiros registros coloniais há uma profusão de nomes apenas de origem portuguesa. Como sistematizou Dick (1990: 81-84), temos os registros do *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira (1988), referente aos primeiros decênios de colonização, os nomes *rio de São Francisco*, *angra de São Roque*, *cabo de Santo Agostinho*, *aguada de São Miguel*, ilhas da *Ascensão*, de *Santa Bárbara* e de *Santa Maria da Arrábida*; a segunda referência da autora é ao mapa de Nicolau Canério, que relaciona também alguns hierotopônimos.³⁷ Ainda nessa linha de ignorarem-se as denominações indígenas, menciona-se o *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Souza (1530-1532, Cf. Souza, 1968), que traz os nomes *monte de São Pedro*, *ilha de Santa Ana* e *ilha de Santo André* (*idem, ibidem*). Tais referências demonstram, como já foi dito anteriormente, que a primeira camada toponímica ignorava a camada indígena.

Realizações fonológicas diferentes, embora houvesse uma unidade lingüística entre os diversos grupos de fala do tronco tupi, habitantes do litoral, contribuiu para a formação de variantes dentro da toponímia indígena de origem tupi.³⁸ Abordaremos, em se-

de tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada.” (Pêro Vaz de Caminha)

³⁷ (...) monte de São Vicente; cabo e serra de Santa Cruz; serra de Santa Maria de Gracia (atual serra de Nossa Senhora da Graça); rio de São Jerônimo; rio de São Tiago; rio de Santa Helena; rio de São João; serra de São Tomé; pináculo da Tentação; rio Jordão; rio de Santo Antonio; portos de São Sebastião e São Vicente.” (Dick, 1990:82)

³⁸ A toponímia indígena brasileira provém de diversos troncos lingüísticos, muito embora a grande maioria dos nomes de lugar seja de origem tupi, por ter sido esta a “língua mais falada na costa do Brasil”, uma vez que sua derivação natural, uma das quatro línguas gerais brasileiras, era falada tanto por índios quanto por brancos e mamelucos, pois durante praticamente um século desempenhou o papel de língua de comunicação, como já se mencionou neste trabalho.

guida, a questão das línguas em contato, o que desencadeou o segundo momento da toponímia histórica colonial no Brasil.

A toponímia colonial 1. Portugal e o mundo indígena.

No primeiro momento histórico, falantes monolíngües se encontravam lado a lado, gerando, após certo tempo, alguns focos de bilingüismo³⁹. O bilingüismo gerou neologismos tanto do lado do colonizador quanto do lado do índio: do embate conceptual, a fim de trazer novos conceitos ao índio, os jesuítas (que manejavam a língua tupi colonial como ferramenta importante no ato catequizatório) acabaram por criar uma série de neologismos que poderão figurar na toponímia brasileira de origem indígena, mas que não necessariamente refletem a visão de mundo indígena.

Alguns exemplos citados por Dick (2002) são *ñande-ñara*, "nosso senhor", *tupãcy*, "nossa senhora" ou *tupana-r-oka*, "igreja". De modo algum, contudo, insinua-se que estes novos conceitos tenham substituído os antigos na cosmovisão indígena. Assim, também o *Vocabulário na Língua Brasílica* (VLB) registra inúmeros casos parecidos de neologismos criados pelos jesuítas para passar ao índio os conceitos sagrados cristãos e também a ritualística, mas nem todos os neologismos criados vieram a gerar nomes de lugares⁴⁰.

Outro tipo de neologismo foi criado pelos próprios falantes – índios e colonos –, resultado natural da incorporação dos novos valores trazidos pelos europeus, desconhecidos pelos índios até então, e traduzidos linguisticamente pela alteração do núcleo das lexias, que com a modificação incorporavam novos sentidos. No

³⁹ Vale lembrar que há controvérsias sobre o que considerar bilingüismo. Lyons, por exemplo, diz que "o verdadeiro bilingüismo implica a assimilação de duas culturas" (1979:459). Na verdade, o que haveria para o autor, no caso, seria uma *imbricação cultural*; o bilingüismo, a seu ver, é uma situação final.

⁴⁰ Pensamos nos neologismos citados por Dick, todos retirados do VLB e com referências aos rituais cristãos: "Anjo – Apiãbebe (VLB) – homem voador (trad. liter.); Batizar – Amoiãçuc (VLB) – lavar, passar água (trad. liter.); Confessar-se – Aimôbeú (VLB) – dizer (trad. liter.) (...)" (Dick, 1990:91-92).

dizer de Dick, foi o que ocorreu com “pedra/ita, que passou a designar o metal, desconhecido pelos índios.

A particularização de suas propriedades específicas (ouro, prata, ferro, aço, cobre...) estabeleceu-se por meio de adjetivos que transmitem a idéia aproximada da cor ou de aspectos (*itajuba, itatinga, itauna, itaete, itamembeka*). [grifos no original]

O que a toponímia incorporou neste momento e nos subseqüentes reflete este choque interétnico e inter-ideológico, uma vez que a segunda camada denominativa do sistema toponímico brasileiro revela a presença de nomes pertencentes aos dois grupos (índio e colonizador), em justaposição. O nome indígena ganha, muitas vezes, um apêndice português que, na maior parte das vezes, é um nome de motivação religiosa, como nos mostra Levy Cardoso, ao mencionar o caso da Amazônia:

(...) os primitivos topônimos brasílicos, (...) foram substituídos, a princípio, pelos colonizadores e catequistas, por uma denominação composta, em que o topônimo brasílico era anteposto, na generalidade, por um nome do hagiológico português, como por exemplo – Santo Antonio de Surubiú, S. Francisco de Gurupatuba, Santo Elias do Jaú, Santo Ângelo do Cumarú, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, Santa Rosa de Bararóá, São Paulo de Cambebas, Nossa Senhora do Loreto de Maçabari, S. José de Macapá, Santa Rita de Cássia de Itarandéua, Santana de Saracá, Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá, além de uma série de outros (...) (1961: 281-282).

No século XVII, a superposição deu lugar à eliminação do termo indígena ou à substituição do mesmo por um nome de origem portuguesa⁴¹. Neste momento, longe de caracterizar o que se identifica como “saudade portuguesa na toponímia brasileira”⁴²,

⁴¹ O contraponto ao dado mencionado também é real – a manutenção do nome indígena e desaparecimento ou substituição do nome português, mas naquele momento histórico do Brasil colônia o que prevalecia era, realmente, a necessidade dos jesuítas de encobrir o elemento considerado pagão – o topônimo indígena – com um nome cristão. Como completa ainda Levy Cardoso, “(...) prevalecendo, mais tarde, quase que exclusivamente, as denominações lusitanas.” (*idem, ibidem*, 282).

⁴² Título de um texto de Antenor Nascentes; também é a crença de Levy Cardoso: nomes portugueses eram dados apenas por saudades da terra natal.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

houve, a nosso ver, um forte motivo político por trás das mudanças: a reforma educacional pombalina⁴³.

Assim nascia, na região norte, uma área de nomes transplantados de Portugal em substituição aos nomes indígenas, sem que houvesse uma vinculação que não ideológica para o nome: há uma *Belém*, uma *Santarém*, um *Barcelos*, uma *Óbidos*⁴⁴... enfim, todas as cidades nortistas que remetem aos topônimos portugueses anteriormente mencionados não são fruto de uma homenagem, mas sim um verdadeiro testemunho de como o nome de lugar pode servir, juntamente com outros instrumentos, como elemento de poder ideológico – aqui, a supremacia política do dominador sobre o dominado.

Enquanto esta situação de contato se desenrolava na maior parte do litoral, pelo menos nos primeiros cem anos de história, não podemos de mencionar outros contatos étnicos que poderiam ocasionar ocorrências toponímicas. Referimo-nos aos outros povos europeus que estiveram no Brasil e que tentaram estabelecer colônias aqui, em disputa com Portugal. Os casos mais marcantes foram a invasão holandesa no atual estado de Pernambuco e, ainda no século XVI, a presença dos franceses no Rio de Janeiro. Merece destaque o advento da França Antártica, retratado nas crônicas de André Thevet e Jean de Léry, a fim de tratar alguns nomes franceses.

⁴³ Esta posição justifica-se porque até a expulsão dos jesuítas a educação era regida nos colégios de padres e, como já se mencionou, as comunidades brasileiras eram essencialmente bilingües. Com a tentativa de imprimir uniformidade cultural à colônia, proibiu-se a língua geral e o português passou a ser obrigatório. Vemos, portanto, uma relação entre estas medidas e a excursão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, que em sua viagem pelo rio Amazonas (a fim de demarcar os limites territoriais) substituiu todos os topônimos indígenas por topônimos provenientes de Portugal.

⁴⁴ Diz Levy Cardoso: "Quando, naquela subida, em 1758, do Baixo Amazonas ao Rio Negro, para ir ao encontro dos demarcadores de Sua Majestade, o rei de Castela, que se deveria realizar em Mariuá, que foi mais tarde, logo após à sua chegada, elevada à capital da Capitania do Rio Negro, com o nome de Barcelos, ele foi, por todas as cidades que ia percorrendo, substituindo os nomes indígenas pelos nomes portugueses que a velha saudade lusitana ia sugerindo... Dai, pois, Tapajós, Pauxis, Surubiú, Maturú, Gurupatuba se chamarem hoje, respectivamente, Santarém, Óbidos, Alenquer, Porto de Moz, Monte-Alegre..." (in) *Toponímia Brasileira*, 1961, p. 282-283.

A TOPONÍMIA COLONIAL 2
A FRANÇA ANTÁRTICA
NOS RELATOS DE THÈVET E JEAN DE LÉRY

Os relatos do franciscano André Thevet e do calvinista Jean de Léry são os únicos testemunhos da tentativa de ocupação francesa da baía de Guanabara e, conseqüentemente, da toponímia sistematizada da França Antártica. A expedição chefiada pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegagnon foi autorizada pelo principal ministro do rei Henrique II, o almirante Gaspard Coligny, e chegou ao Rio de Janeiro em novembro de 1555.

Assim que chegaram à região, os viajantes desembarcaram alfaias e a artilharia na atual ilha da Laje, na entrada da baía de Guanabara, pouco adiante de onde se encontra o Pão de Açúcar. Esta primeira tentativa de fixação é frustrada, em decorrência da inundação da ilha pela maré (Léry: 1980, 104). Mudaram-se, então, para outra ilha, na qual um forte passa a ser construído. A colônia não é fundada no continente por receio a ataques de portugueses e indígenas e por dificultar a fuga da tripulação, formada basicamente por condenados recolhidos em prisões francesas.

Alguns poucos membros da expedição foram mandados para o continente, a fim de fabricarem os tijolos necessários à construção do forte e das primeiras casas. Dois montes localizados entre o local onde estes oleiros se estabeleceram foram denominados *Mont-Henri* e *Mont Corguilleray* (atualmente *morro da Viúva* e *morro da Glória*, respectivamente).

A designação daquele morro (*Mont-Henri*) é uma homenagem a Henrique II, então rei da França, realizada ainda nos primeiros meses de chegada ao Brasil – mantendo, como podemos perceber, uma coerência com o que já ocorria com algumas denominações feitas por portugueses e espanhóis, homenageando a reale-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

za⁴⁵. Engendrado por huguenotes em 1557, o segundo topônimo refere-se a Philippe du Pont de Corguilleray, que, sob o aval de Calvino, patrocina o envio da expedição calvinista à França Antártica, à qual pertencia Léry:

(...) existe realmente uma montanha a que os primeiros franceses, por ali acomodados, denominaram Mont-Henri, *em homenagem a seu soberano*, da mesma forma porque em nosso tempo chamamos a outro morro de Mont Corguilleray em honra ao sobrenome do senhor Felipe de Corguilleray. (idem: 106-7) (grifo nosso)

Tanto a ilha quanto o forte que passa a ser construído recebem o nome de *Coligny*. Nestes casos, o ato denominativo não é uma simples homenagem, mas marca o que se pode considerar o ponto inicial e, supostamente, irradiador da colonização. É o reconhecimento de ações que possibilitaram a concretização da expedição, seja, no caso de Henrique II e de Colligny, por consentir a construção de uma colônia francesa no Brasil e por patrocinar a viagem, seja, no caso de Corguilleray, por viabilizar o projeto de fundar um país sob a religião calvinista, cujos praticantes eram seguidamente perseguidos na Europa.

Léry⁴⁶, ao encontro destas afirmações, baseia uma das críticas mais enérgicas a Thevet ao fato deste ter indicado, em mapa de 1558 e em sua *Cosmografia*, uma povoação no continente sob a designação *Henry*. Duas observações são feitas por Léry para corroborar de que se tratava de mera adulação ao rei Henrique II: salvo a existência de choupanas de oleiros, até 1558, não foram realizadas tentativas de fixação fora da ilha de Coligny, e Thevet anota *Ville Henri*, no mapa, e indica *Henri Ville*, em seu segundo relato. Assim, presume que

⁴⁵ Pois, como já explicamos anteriormente, a homenagem era sempre ao poder celeste e ao poder temporal.

⁴⁶ Léry (1980: 36) informa ter escrito seu relato de viagem após ler, em 1577, *La Cosmographie Universelle* de Thevet, a qual, segundo o autor, repetia as mentiras e os erros apresentados na obra *As Singularidades da França Antártica*, de 1558, e ainda difamava os ministros da igreja de Calvino que concorreram à expedição.

Tudo quanto ele [Thevet] disse não passa de coisa imaginada, pode[ndo] o leitor, sem medo de equívoco, escolher o nome que lhe agradar pois dará sempre na mesma, nada havendo mais do que a pintura. Donde se conclui que André Thevet não só zombou de Henrique II, tal qual Villegagnon no caso do forte Coligny, mas ainda profanou a memória de seu príncipe. (Léry: 1980, 106)

Além destes nomes, outros designativos de caráter descritivo são indicados nos relatos, entre os quais destacamos três exemplos: *Briqueterie*, *Ratier* e *Pot-au-beurre*. No primeiro caso, segundo Léry (1980, 102, 106 e 249), trata-se da maneira pela qual os indivíduos trazidos como colonos remetiam ao local onde os casebres dos oleiros foram construídos, sendo este topônimo, que significa simplesmente “olaria”, a descrição da única função exercida no local e que justificou o deslocamento de alguns franceses para o Continente: “Instalamo-nos na praia, ao lado esquerdo do rio Guanabara, num lugar denominado pelos franceses *Briqueterie* (olaria) e que dista apenas meia légua do fortim”. (102)

Neste ponto, convém notar que a confusão de Thevet com a designação deste local – *Henry*, ao invés de *Briqueterie* – possivelmente se deve ao fato de a única designação oficial atribuída nesta região, no período em que esteve no Brasil, era do *Mont-Henry*.

O segundo nome – *Ratier* (= “ratoeira”) – foi atribuído à primeira ilha na qual aportaram os franceses, após o incidente que levou à mudança para a ilha Coligny. Tal topônimo deve-se à sensação de encurralamento provocada àqueles que se encontravam naquela ilha, quando a maré cobriu de maneira rápida e violenta aquele ponto da baía de Guanabara, em comparação a ratos presos em uma ratoeira.

Já o topônimo *Pot-au-beurre* (= “pote de manteiga”) designava o morro na entrada da baía de Guanabara que impressionava àqueles que o avistavam. Thevet (1978, 94) descreve-o como “um rochedo extraordinariamente alto que se ergue na paisagem, em forma de pirâmide, tendo a base proporcional à altura, o que não deixa de ser uma coisa quase inacreditável”. Assim como o *Ratier*, trata-se de um topônimo associativo.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Léry atribui o topônimo, assim como o fez no caso de *Briqueterie*, aos “franceses”:

Faz-se mister, em seguida, transpor um estreito que não chega a ter um quarto de légua de largura, e é limitado à esquerda por um rochedo em forma de pirâmide, não somente de grande altura mas ainda maravilhoso porque de longe parece artificial. E por ser redondo como uma torre imensa, denominaram-no os franceses hiperbolicamente pot-au-beurre. (Léry: 1980, 103-4)

Verificamos, portanto, que há uma divisão entre os designativos engendrados por aqueles que ocupavam posições de liderança, seja Villegagnon ou os huguenotes (encaminhados como ministros da religião da nova colônia), os quais devotavam os trabalhos a seus superiores, e pelos colonos, indicados por Léry como “franceses”, que denominavam por descrição pura ou associativa.

Não há renomeação dos espaços ocupados por indígenas por nomes de origem francesa. Mesmo a baía, então entendida como um rio, mantém-se conhecida como *Guanabara*. Os demais morros e ilhas os quais não ocuparam ou não utilizavam para localizarem-se na região, da mesma forma, são identificados pelos franceses pelo nome que os indígenas designavam-nos.

Depois de os franceses serem expulsos do *forte Coligny*, em 1560, estes designativos foram suprimidos, e novos, atribuídos à região pelos portugueses. O *morro Pot-au-Beurre*, por exemplo, é designado *Pão de Açúcar*, em associação ao doce de idêntica forma e coloração. O topônimo *ilha Coligny* é substituído por *ilha Villegagnon*, em referência àquele que anteriormente a chefiava e, especialmente, daquele que havia sido derrotado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sistematizando o que foi dito anteriormente, consideramos a título de conclusão:

1. Mesmo sendo datados como dos primeiros séculos do Brasil Colônia, nem todos os topônimos hoje identificados como de origem tupi podem ser atribuídos a denominadores índios, pois,

como já foi visto, a língua brasílica era falada tanto por índios quanto por portugueses, mamelucos e até africanos.

2. Ao mencionar as missões e as tropas, Aryon Rodrigues também aponta para a problemática da identificação de áreas dialetológicas por meio de áreas toponímicas: no caso de topônimos de origem tupi, porque nem sempre a presença do nome de lugar revela a presença física do grupo indígena.

3. Com o contato das línguas, paulatinamente se instaura um momento de bilingüismo e o decorrente surgimento de empréstimos, e a língua portuguesa do Brasil passa a ter essa língua indígena como adstrato. Esses empréstimos – muitas vezes referentes a elementos da fauna, flora e elementos culturais indígenas – passam a fazer parte do léxico virtual de todo falante, podendo ser atualizados a qualquer momento (esse é o caso de palavras trivialmente usadas e incorporadas a nosso sistema, como *taturana*, *mingau*, e tantas outras).⁴⁷. Muitos destes empréstimos geraram topônimos.

⁴⁷ Desta consideração pode surgir um problema em relação ao PB: considerar as línguas indígenas adstrato ou substrato? Como já é sabido, o toponimista, ao estudar um determinado território, se defronta com nomes que podem guardar relações com os povos que ali estiveram. No caso do Brasil, nem todos os topônimos indígenas presentes num levantamento sincrónico são, de fato, nomes atribuídos no período colonial: já se referiu anteriormente que quando duas línguas entram em contato, como foi o caso do português e do tupinambá no século XVI, por necessidade de comunicação os indivíduos passam a ser bilingües, fase caracterizada pelos empréstimos lingüísticos.

De natureza variada, os empréstimos podem refletir algumas situações: no caso do Brasil, os colonizadores se depararam com um território completamente diferente do que era conhecido dos europeus até então, seja em termos de vegetação, seja em tipos de animais diferentes, seja quanto ao tipo humano. Deste fato, o choque entre línguas e culturas distintas, ressalta um posicionamento lingüístico: a fim de estudar o léxico toponímico, retomamos a questão aqui já formulada: como considerar a posição do tupi em relação do português do Brasil?

Para Mattoso Câmara Jr., o tupi funciona como um adstrato à língua portuguesa no Brasil, e nunca como substrato. No *Dicionário de Lingüística e Gramática*, o autor define adstrato como "Toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, nela interfere como manancial permanente de empréstimos." E sobre os adstratos no Brasil, cita algumas línguas européias trazidas por imigrantes e também a língua geral, ou "tupi jesuítico, como um adstrato do português no período do Brasil colonial, determinando a maior parte dos tupinismos."

Sua posição justifica-se claramente em outra definição, a de substrato, quando diz que (...) o acervo de palavras de origem indígena na língua comum são tupinismos provenientes do uso do tupi na ca-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

4. Os topônimos franceses, que existiram apenas de maneira paralela no período colonial (uma vez que só eram oficiais entre os franceses), acabaram completamente apagados pelos portugueses. O único que poderia ser considerado como subsistente, *ilha de Villegagnon*, foi, como já dissemos anteriormente, não uma homenagem e uma marca francesa na toponímia fluminense, mas antes uma advertência a quem ousasse desafiar a armada portuguesa.

5. Como conclusão final, observamos que se entre portugueses e espanhóis havia uma forte tendência denominativa hieronímica – fosse pela religiosidade, fosse porque naquele período Igreja e Estado eram uma única coisa –, os franceses que aqui estiveram não seguiram essa tendência justamente por serem protestantes, pois não haveria lógica em assim denominar as terras. Por outro lado, a denominação mais espontânea, descritiva, pode ser configurada, de um lado, pelos indígenas, e, por outro, pelos protensos colonos da França Antártica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, João de. *Ásia, Primeira Década*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CAMINHA Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.) *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

tequese e no processo de aculturação dos indígenas na época colonial, sob o aspecto de adstrato ao português.

Concordando com a posição de Mattoso Câmara Jr, utilizamo-nos do conceito da língua tupi como adstrato ao português do Brasil, relembrando que a toponímia trabalha com o léxico da(s) língua (s) e que, como já se expôs, nem todos os nomes indígenas do período colonial nos foram legados pelo índio.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARDOSO, Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

COLÓN, Cristóbal. Primera carta anunciando el Descubrimiento. Ed. electrónica de GÓMEZ-MARTÍNEZ José Luis, por la edición de CECIL JANE, Lionel. *Selected Documents Illustrating the four Voyages of Columbus*. London: The Hakluyt Society, 1930. Vol. I, 2-19. Disponível em www.ensayistas.org/antologia/XV/colon/. Acesso em 15 mai. 2007.

CRISTÓVÃO, Fernando. Brasil: do "descobrimento" à "construção". *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. N. 8 Jan.-Mar.2000. Disponível em www.institutocamoes.pt/revista/descbrconstr.htm. Acesso em 15 maio 2007.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª ed. São Paulo: 1990.

———. O Português do Brasil no Período Colonial. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2002. Vol. V, p. 133-146.

FRANCHETTO, B. O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil. In I.S.A. (org.) *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: I.S.A., p. 84-88.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Obelisco, 1964.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. 3ª ed. Lisboa: Damião Peres, 1988.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOUZA, Pero Lopes de. *Diário de Navegação 1530/1532*. Leit. de Jorge Morais Barbosa, Lisboa: Ag. Geral do Ultramar, 1968.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte; São Paulo: Livraria Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

**TRADUÇÃO DE TÍTULOS DE FILMES
QUESTÕES DE LÍNGUA E MERCADO**

Sérgio Paulo Vasconcelos (UERJ)

Ao iniciar a leitura deste texto, tenha bem em mente que você não encontrará uma proposta de discussão teórica, mas sim o relato de uma pesquisa que começa a ser desenvolvida.

Deixaremos discussões teóricas e práticas para o dia da apresentação deste minicurso, quando teremos por objetivo promover uma troca de conhecimento entre professor/aluno e aluno/aluno em um fórum aberto de debates, discutindo os conteúdos aqui abordados e outros em sala levantados.

Desde tempos imemoriais a tradução tem sido um desafio para a humanidade. O desafio de compreender as línguas de outros povos para poder com eles interagir tem, no relato bíblico sobre a confusão de línguas na Torre de Babel, um exemplo emblemático.⁴⁸

De fato, segundo o relato, foi exatamente pela falta de compreensão, ou seja, pela falta de tradutores que os grupos linguísticos se separaram.⁴⁹

DEFININDO TRADUÇÃO

Em língua portuguesa, a palavra tradução vem do latim *tractio*, que, segundo o dicionário Houaiss, tem como significado:

⁴⁸ A palavra Babel deriva-se da raiz do verbo hebraico *ba.lal*, “confundir; desconcertar”, dando assim a Babel o significado de “Confusão”.

⁴⁹ Embora muito já tenha sido dito e escrito acerca da derradeira origem das línguas naturais, tudo é conjectura, especulação ou teoria. Acreditamos ser este ou um enigma científico indecifrável ou uma simples questão de fé, seja na religião, seja em teorias científicas ainda não comprovadas.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

lat. *traductiō,ōnis* 'ação de levar em triunfo, ação de transferir de uma ordem a outra, curso, andar (do tempo); espécie de repetição', ver -*duz-*; f.hist. 1662 *traducção* (Houaiss)

Tendo também a palavra traduzir a mesma idéia de “levar de um lugar ao outro”, segundo o mesmo dicionário:

lat. *tradúco* e *transdúco, is, xi, ctum, cère* 'conduzir além, conduzir de um lugar para outro, transferir; dar a saber, publicar, divulgar; passar (o tempo); traduzir, verter, derivar (palavras)'; ver -*duz-*; f.hist. sXIV *atrasaduzer* [sic], 1589 *traduzir* (Houaiss)

Assim, etimologicamente, a idéia da tradução contém a idéia de transportar algo ou alguém de um lugar para outro. E não apenas a mudança de palavras de um idioma para o outro, mas um transporte de signos: culturais, lingüísticos, sociais, etc.

O grande problema que reside por trás desse transporte é como fazê-lo da melhor maneira possível, sem perdas ou alterações significativas de sentidos.

PROBLEMAS DE TRADUÇÃO

Culturas diferentes produzem referentes e signos diferentes e, conseqüentemente, demandam uma representação lingüística individual.

Por exemplo, os povos árabes têm cerca cinquenta palavras para designar a cor do camelo; os esquimós têm mais de uma dúzia de palavras para o referente que conhecemos como “neve” e os havaianos se valem de diversas palavras para designar aquele referente que conhecemos como “onda”.⁵⁰

⁵⁰ Observemos que, de fato, os referentes “cor do camelo”, “neve” e “onda” se apresentarão de maneiras distintas. Todavia, para nós, brasileiros, embora consigamos discernir algumas variações, os referentes “onda” e “neve” evocam um signo comum, ao passo que o referente “cor de camelo” evoca algumas representações diferentes, mas que não causam distinção significativa em nossa sociedade.

Assim, como, ao fazer uma tradução, reproduzir signos existentes em uma cultura e inexistentes em outra? De que modo representá-los?

Edward Lopes, em seu clássico *Fundamentos da Linguística Contemporânea*, nos dá um exemplo de como a influência dos signos na sociedade cria problemas na tradução.

Em Bassa, uma língua indígena da Libéria (África), uma única palavra (ziza) significa vermelho, alaranjado e amarelo; e outra palavra (hui) significa verde, azul, anilado e roxo. (Lopes, 1980: 22)

Assim, ao passo que em português reconhecem-se sete signos cromáticos no arco-íris, os falantes da referida língua reconhecem apenas dois.

Deste modo, pode-se ver que falar em tradução exata da *totalidade dos signos de um texto* torna-se uma irrealidade.

Por outro lado, acreditamos um exagero afirmar que não há traduções fiéis ao original, considerando que a mera passagem para outro idioma já produziu novos significados e provocou o desaparecimento de outros, presentes no texto original.

As traduções sempre foram e sempre serão importantes, ainda mais quando mais rápido e agilmente nossa sociedade se move, através das novas tecnologias de informação. Se uma tradução será de qualidade ou não, deve-se considerar o tipo de texto que é traduzido e os objetivos a que a tradução se destina.

Traduzir uma matéria de um jornal estrangeiro que será veiculada em uma página de um portal da Internet (ou mesmo publicada e vendida em bancas) exige menos apuro do que a tradução de um poema simbolista.

Em outros casos é possível haver a publicação de livros com traduções interlineares, comentários à tradução ou a publicação do texto original para a comparação com a tradução (edição bilíngüe). Estas são maneiras interessantes de permitir que o leitor avalie a

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

qualidade do texto traduzido. São, todavia, soluções eminentemente literárias.

A RAZÃO PARA A PESQUISA

Toda pesquisa tem um estopim.

O que motivou nossa pesquisa foi a observação de um crescente número de filmes que têm seu título em inglês e um aposto em língua portuguesa. No caso em questão, o filme que despertou nossa atenção chamava-se *Steal – Fuga alucinante*, cujo título original era simplesmente *Steal*.

“Steal”, do inglês, significa “furtar, roubar; furto, roubo”. Mas o filme não tratava de um roubo e sim de alguns assaltos a banco em que os ladrões (os personagens principais) fugiam valendo-se de equipamentos esportivos, como patins, bicicletas, etc. Desse modo, o atrativo do filme eram as *fugas* e não os *roubos*.

Assim, fazia sentido colocar em português o aposto. Além disso, que obrigação tem um falante de língua portuguesa saber qual é o significado da palavra “steal”?

Depois do anúncio do filme na TV, passamos a observar outros títulos de filmes e notar que muitos deles mantinham o título original em inglês e recebiam um aposto em português, explicando de que se tratava a narrativa do filme.

Decidimos, então, adquirir os guias de DVD de Rubens Edwald Filho de 2005 e 2006 e analisar todos os títulos de filmes estrangeiros ali listados.⁵¹

Nossa proposta é estabelecer categorias que identifiquem como os filmes foram traduzidos e listá-los em intervalos de cinco anos, de acordo com elas.

⁵¹ Vale dizer que cada guia conta com mais de 1.200 indicações, com todas as informações técnicas a respeito do DVD, além do comentário de R. E. Filho. Os guias não trazem títulos somente dos anos de 2005 e 2006, mas de, praticamente, todo século XX e início do XXI.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Por exemplo, o filme que recebeu em português o título *Tubarão*. Seu título original em inglês era *Jaws*, que significa “mandíbulas”.

Para quem se lembra do cartaz original do filme, em que o tubarão surgia com as mandíbulas abertas, fazia algum significado para quem entendesse o que “jaws” significasse.

Além disso, para o nome de um bem a ser vendido, a sonoridade da palavra inglesa é indiscutivelmente melhor do que a portuguesa.

Deste modo, não faria sentido fazer uma tradução literal como *Mandíbulas*, mas encontrar outro título mais comercial. Então o foco foi dado em cima do personagem principal: o tubarão.⁵²

Esse filme seria listado na categoria dos filmes cujo título em português é completamente do original, conforme veremos mais adiante.

Damos mais um exemplo. *Gênio indomável* (*Good Will Hunting*).

O filme narra a história de Will Hunting, um rapaz que nasceu com um talento fabuloso para a Matemática, mas tinha sérios problemas de relacionamento. Para ajudá-lo, um psicólogo entra em cena.

O título do filme é um ninho semântico. *Good Will Hunting* pode significar “[O] bom Will Hunting”, referindo-se ao rapaz; ou “Caçador de boa vontade”, referindo-se ao psicólogo.

O título em português consegue ser bastante feliz, sendo também um ninho semântico. *Gênio Indomável* pode referir-se ao

⁵² Esse filme deu aos tubarões uma fama nefasta, porém irreal, conduzindo a um quadro atual de quase extinção de algumas espécies. Ao passo que, mais de 1.200 pessoas morrem anualmente, em todo o mundo, por reações alérgicas decorrentes de uma simples picada de abelha, o número de mortos por ataque a tubarão gira em torno de 25. (Informação obtida em entrevista concedida por Lawrence Wahba a Jô Soares, no *Jô Onze e Meia*, s.d.)

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

temperamento do rapaz; ou a sua genialidade, pois ele era mais hábil que os professores do M.I.T., local onde foi acolhido.

Embora seja um caso diferente de *Tubarão*, esse filme também seria listado na categoria de filmes cujo título em português é completamente diferente do título original.

METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Nosso trabalho é muito simples.

De posse dos guias, comparamos o título em português com o título em inglês para os filmes.⁵³ Estabelecemos diversas categorias, tais como algumas das que se seguem:

- Tradução literal, ex.: *Il Gattopardo / O Leopardo* ;
- Termo intraduzível, ex.: *Kill Bill, Fahrenheit 451, My Fair Lady*;
- Termo onomástico, ex.: *Cold Mountain, Tommy*;
- Tradução com alteração, sem mudança de sentido; ex.: *A star is Born / Nasce uma estrela*
- Expressão idiomática no original; *They died whith their boots on / O intrépido General Custer*
- Título diferente do original; *Giant / Assim caminha a humanidade*
- Título original seguido de aposto em português, ex.: *U-571 / U-571 – A batalha do Atlântico*
- Dentre outras...

A partir da comparação do título em português com o título original faremos uma categorização e listaremos a evolução das categorias em intervalos de cinco em cinco anos, para que possa-

⁵³ Havia títulos de séries de TV, mas foram deixados de fora da pesquisa. Encontramos também dois casos de críticas para o mesmo filme nos dois guias.

mos observar a evolução da modificação nos procedimentos que orientam a tradução dos títulos.

Acreditamos que, com o desenvolvimento da indústria do vídeo domiciliar, a tendência foi para um crescimento de filmes com título acrescido de aposto, em detrimento do recebimento de um novo título por parte do filme.

Muitos filmes antigos recebem agora em DVD um título diferente do que receberam quando de seu lançamento no cinema. Nesse caso, por terem dois títulos, prevalecerá o título do DVD. Mas, para critérios de pesquisa, apresentaremos este caso em uma categoria isolada.

É importante observar que o a indústria do cinema é, predominantemente, Norte-americana, assim, a maioria dos títulos está em inglês, idioma que dominamos, bem como o alemão. Também há títulos de filmes em francês, espanhol e italiano, idiomas que compreendemos.

Todavia, há referências a filmes de diversas nacionalidades, tais como polonesa, sueca, japonesa e muitos filmes chineses recentes.

Em muitos casos, o título original do filme foi chegou a português através do inglês. Nestes casos, consideraremos o título em inglês como o título base para a pesquisa.

Mas será que tal procedimento contamina a pesquisa? Sim, certamente que sim. Porém, acreditamos que deixar dezenas de filmes fora desta pesquisa na suposição de que o título original não corresponda ao título em inglês seria perder *corpora*.

Por exemplo, um filme de Hong Kong que recebe quatro estrelas no guia (a nota máxima são cinco) *Heróis do oriente* tem como título original: *Heroes of the East / Shaolin Challenges Ninja / Drunk Shaolin Challenges Ninja / Zhong Hua Zhang Fu*.

Como se vê, o título em português manteve-se fiel a um dos títulos em inglês. Neste caso, este filme seria listado na categoria “Traduções literais”.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Outro argumento para a manutenção de tais títulos diz respeito a grandes obras literárias que por anos, décadas e até séculos foram estudadas em uma língua outra, que não a original. Como exemplos, citamos diversos textos clássicos que foram introduzidos na Europa pelos árabes e a própria Bíblia, que foi traduzida do hebraico para o grego e, mais tarde, para o latim, na conhecida Versão dos Setenta.

O PAPEL DAS DISTRIBUIDORAS

Talvez este seja o ponto mais importante da pesquisa: como é o processo de escolha do nome de um filme estrangeiro a ser lançado aqui no Brasil?

Quem toma esta decisão é a distribuidora do filme para o cinema. Depois, quando o filme sai em outra mídia para exibição doméstica, a tendência é que siga o título que teve no cinema. (No nosso caso, como já foi dito, estaremos analisando títulos de DVDs.)

Todavia, há casos de filmes que não são exibidos no cinema, saindo direto em mídias domésticas. Neste caso, também cabe às distribuidoras, no Brasil, mudar o título.⁵⁴

O mais importante a dizer aqui é: o que determina a capacidade de penetração de um filme no mercado é seu título, por isso, esse não ficará condicionado apenas a fatores meramente lingüísticos.

De fato, se a opção pelo título de um filme fosse guiada apenas por fatores lingüísticos, o filme *Leap of faith* nunca se chamaria em português *Fé demais não cheira bem*. O próprio Rubens Ewald Filho diz: “Preste atenção ao cacófato do título nacional.” (Ewald Filho, 2005: 187)

⁵⁴ Essa informação foi obtida com a Sra. Tânia Lima, gerente da União Brasileira de Vídeo (UBV), através de conversa telefônica. < www.ubv.org.br >

Outro exemplo da como o título é relevante para o sucesso de um filme pode ser encontrado na Revista de Domingo, na sua edição de 18 de maio de 2003. Na sua coluna semanal, Domingo-listas, o tema era: “Dez títulos que ficaram melhor em português”.

Segundo a revista, o terceiro lugar ficou para **A felicidade não se compra / *It's a wonderful life***. “Nome tão bom que mereceu elogios até de Frank Capra, o diretor...” (p. 34)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a proposta de nosso trabalho. Nossa pesquisa.

Quando adquirimos os Guias de DVD de Rubens Ewald Filho, descobrimos muitas informações relacionadas a possíveis pesquisas linguísticas e filológicas nas centenas de páginas de cada um.

Esta é a primeira vez que estaremos falando deles, mas definitivamente não será a última. Ainda traremos outros trabalhos à atenção da curiosa comunidade de pesquisadores de Língua Portuguesa.

No entanto, reconhecemos que não há espaço nestas páginas para a reprodução dos resultados totais dos números encontrados. Por isso, recomendamos aos leitores deste artigo que, após o XI CNLF, procurem tais números na página do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, www.filologia.org.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOUAIS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 4^a ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

SERPA, Oswaldo. *Dicionário escolar: inglês-português; português-inglês*. 8^a ed. 3^a tir. Rio de Janeiro: Fename, 1979.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

TRADUÇÃO do Novo Mundo das Escrituras Sagradas. [c. Ref.]. Rev. 1986. New York: Watchtower Bible and Tract Society of New York, Inc, 1990.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. *Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua.* São Paulo: Parábola, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da cultura de massa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARTINS, Lula Branco. Dez títulos que ficaram melhor em português. **In:** *Revista de Domingo*, 18 maio 2003, p. 34.

ROSENFELD, Anatol. *Cinema: arte & indústria.* São Paulo: Perspectiva, 2002.

EDIÇÃO CRÍTICA

José Pereira da Silva (UERJ)

A edição crítica é o principal objetivo da crítica textual, que nem sempre se realiza, pois é possível fazer crítica textual sem publicar, concretamente, o texto estabelecido.

Como se verá, a edição crítica se realiza em duas etapas. A primeira é o estabelecimento do texto crítico ou crítica textual propriamente dita, e a segunda é a apresentação do texto crítico, que envolve as demais técnicas da ecdótica ou da elaboração do livro.

O estabelecimento do texto ou crítica textual se divide em várias atividades incluídas na recensão e na reconstituição.

A *recensão* consiste praticamente na reunião e no cotejo das fontes; a *estemática* estabelece a genealogia dos textos cotejados, possibilitando a eliminação dos testemunhos copiados de outro ainda subsistente em bom estado de conservação e permitindo decidir com segurança qual é a melhor lição.

A reconstituição, emenda ou correção pode ser feita por meio de testemunhos, utilizando-se princípios estabelecidos pela prática milenar dos editores, ou por meio de conjecturas.

A apresentação do texto crítico só se faz depois de concluídas estas atividades, quando se torna possível preparar o texto para a publicação.

Em geral, a edição crítica tem, pelo menos: sumário, introdução metodológica, texto estabelecido criticamente, glossário e referências bibliográficas.

Na introdução, será importante tratar do autor, da obra, da tradição dessa obra (descrevendo-se o seu percurso histórico, os testemunhos, sua genealogia e sua fortuna crítica), enquanto o texto deverá ser pautado pelas normas explicitadas na introdução e

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

deverá ser constituído do texto estabelecido e do aparato crítico, geralmente apresentado em forma de notas de pé de página.

Neste minicurso, trataremos mais especificamente desta última parte, menos teórica e mais prática

A base bibliográfica para a organização desse minicurso é o livro de *Introdução à Crítica Textual* do Professor César Nardelli Cambraia (2005), da Universidade Federal de Minas Gerais, principalmente em seus capítulos 4, 5, 6 e 7.

TIPOS FUNDAMENTAIS DE EDIÇÃO

César Nardelli (p. 90) lembra que

A escolha de um dos tipos fundamentais de edição para ser aplicado a um texto exige especial reflexão do crítico textual, pois cada tipo tem características muito próprias e distintas. Por isso, dois aspectos, em especial, devem ser necessariamente observados: o público-alvo almejado e a existência de edições anteriores.

Em relação ao primeiro caso, é importante lembrar que o interesse de um lingüista ou de um filólogo por um texto medieval costuma estar muito ligado a sua forma gráfica e a detalhes que não interessaria a um jovem estudante, mais interessado no conteúdo do texto do que na sua forma gramatical ou gráfica.

Também não se deve esquecer de que a publicação de um livro com características idênticas às de outra edição disponível no comércio seria, no mínimo, financeiramente prejudicada, além de poder ser considerada uma competição desonesta.

A edição de um texto poderá ser baseada em um só ou em mais de um testemunho, pelo que costumam ser denominadas *edições monotestemunhais* e *edições politestemunhais*.

Edições monotestemunhais

Apesar de não tratarmos aqui da edição *fac-similar*, da edição *diplomática*, e da edição *paleográfica*, não podemos deixar de

lembrar que são elas do tipo *monotestemunhais*, assim como a edição *interpretativa*.

Edição Interpretativa

Até bem recentemente, esta forma de edição não era considerada diferente da edição crítica, apesar de lhe faltar algumas das etapas necessárias naquela, como se pode ver nas chamadas edições críticas da *Demanda do Santo Graal* (Magne, 1944 e 1955-19700, por exemplo, preparadas pelo Pe. Augusto Magne, ou das *Questões Apoloéticas*, que apresentamos como dissertação de mestrado na UFRJ (Silva, 1987).

Transcrevo abaixo longa citação do Prof. César Nardelli que nos ajudará a entender bem as qualidades de uma edição interpretativa, no tópico 4.2.1.4 de seu livro (Cambráia, 2005: 97-98):

...na edição *interpretativa*, a que se pode atribuir o *grau máximo de mediação admissível*. Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína. Esses procedimentos permitem, em primeiro lugar, apresentar o texto em uma forma acessível a um público amplo (já que dificuldades gráficas desaparecem com a uniformização); ademais, oferecem ao público um texto mais apurado, na medida em que os elementos estranhos à sua presumível forma genuína vêm claramente assinalados.

Não se pode deixar de esclarecer que, neste tipo de edição, a uniformização é essencialmente gráfica: não se uniformizam variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas [nem] lexicais (o que geralmente ocorre na chamada edição *modernizada*). É evidente, porém, que certas uniformizações (de pontuação, paragrafação etc.) acabam por fixar apenas uma das leituras possíveis do testemunho, razão pela qual esse tipo recebe justamente o nome de *interpretativa*. Como se vê, sua maior qualidade – a acessibilidade – determina igualmente seu maior defeito – a subjetividade.

Embora não raramente se utilize o termo *crítica* para nomear este tipo de edição (isto é, baseada apenas em um testemunho), tal prática merece ser revista, pois o método aplicado e os resultados obtidos neste caso são radicalmente distintos dos relativos a uma edição ba-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

seada no confronto de testemunhos [...]: não há, portanto, nenhum benefício em se utilizar um mesmo termo, tão importante na área, para nomear produtos tão diferentes.

Via de regra, faz-se uma edição interpretativa de textos preservados em testemunho único (lat. *codex unicus*), como é o caso, nas letras lusófonas, da *Demanda do Santo Graal* (Cf. Magne, 1944, 1955-1970), da *Gramática de Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (Oliveira, 1975) e de vários outros textos. Eventualmente, faz-se também edição interpretativa de um texto que possui diversos testemunhos com os quais o crítico textual não quis ou não pôde trabalhar por razões diversas: nesse caso, o crítico textual edita interpretativamente apenas um testemunho, algo que se justifica para se tornar disponível no mercado uma edição de um texto, geralmente inédito – tal edição, porém, perde valor tão logo uma edição crítica (baseada em todos os testemunhos existentes) seja realizada, pois, na edição crítica, a possibilidade de diferenciar formas genuínas de não-genuínas é maior, em função do contraste entre os testemunhos, possibilidade esta restrita à conjectura (muito subjetiva) no caso de uma edição interpretativa.

Edições polítestemunhais

As edições polítestemunhais podem ser crítica ou genética. Esta tem como objetivo identificar a evolução criativa do autor no processo de produção de sua obra.

Mas é da edição crítica que trataremos aqui, e esta se caracteriza “pelo *confronto de mais de um testemunho, geralmente apógrafos, no processo de estabelecimento do texto*, com o objetivo de se reconstituir a última forma que seu autor lhe havia dado”. (Cambaia, 2005: 104).

É através da comparação dos erros encontrados nesses diversos testemunhos que se consegue chegar à forma genuína ou à mais próxima possível da última vontade do autor. Isto é possível porque dois copistas não cometem o mesmo erro no mesmo ponto de um texto independentemente. As formas genuínas de um texto geralmente se mantêm intactas, apesar de adulteradas em um ou outro ponto das diversas cópias ou edições.

Nesse aspecto, uma edição crítica é muito superior a uma edição interpretativa, pois nesta só se pode recorrer à conjectura (suposição baseada no juízo do crítico textual) como instrumento de restituição da forma genuína do texto, ou seja, toda intervenção fundamenta-se apenas em uma decisão subjetiva do crítico. (Cambráia, 2005: 104)

NORMAS DE EDIÇÃO PARA UMA EDIÇÃO CRÍTICA

Apesar de não haver consenso em relação aos detalhes quanto às normas para uma edição crítica, devem ser considerados os seguintes itens, com as variações opcionais que os editores deverão deixar claramente explicitadas na introdução metodológica do trabalho:

O texto deve ser transcrito em caracteres romanos redondos, uniformizando-se e atualizando o sistema ortográfico; devem ser desenvolvidas as abreviaturas; os sinais diacríticos devem ser atualizados, respeitando-se as oscilações do original quanto à marca de nasalidade; os sinais de pontuação devem ser atualizados de acordo com as respectivas funções no sistema atual, com as supressões e inserções necessárias.

Os caracteres de leitura duvidosa devem ser informados em nota, e, no caso de caracteres de leitura impossível, deve ser informado também o seu número estimativo.

Os caracteres riscados ou apagados não devem ser transcritos e, no caso de serem modificados, deve-se transcrever a forma modificada.

Os caracteres que fizerem parte do texto, seja nas entrelinhas, seja nas margens, devem ser transcritos no lugar adequado, assim como devem ser inseridas as conjecturas do editor e suprimidos os erros evidentes, informando-se ou justificando-se as razões para esta intervenção. Enfim, todas as particularidades do texto deverão ser informadas em nota para que o leitor possa refazer sua leitura de outro ponto de vista diferente do que foi proposto pelo editor crítico.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

EDIÇÃO CRÍTICA

Citando a nossa fonte principal, já lembramos que a edição crítica se caracteriza “pelo *confronto de mais de um testemunho, geralmente apógrafos, no processo de estabelecimento do texto*, com o objetivo de se reconstituir a última forma que seu autor lhe havia dado”. (Cambraia, 2005: 104).

Na concretização de uma edição crítica, segundo o mesmo autor, o trabalho se divide em duas etapas: “a do estabelecimento do texto crítico e a de sua apresentação” (*op. cit.*, p. 13).

Com a limitação de tempo espaço de que dispomos, trataremos principalmente da segunda parte, fazendo uma rápida síntese da primeira.

Estabelecimento do texto crítico

O estabelecimento do texto, dividido em recensão e reconstituição do texto, constitui a crítica textual propriamente dita, a parte filológica dessa atividade.

Esta parte da edição crítica pode ser dividida em recensão e reconstituição, que correspondem, respectivamente, ao estudo das fontes e à análise de toda a tradição do texto (e não somente à emenda ou correção).

Recensão

César Nardelli reúne sob a legenda de recensão todo o estudo das fontes com o objetivo de compreender a tradição de um texto: 1) a localização e coleta das fontes, a colação, a estemática e a eliminação dos testemunhos descritos.

Neste caso, considera-se não somente a *tradição direta*, constituída pelo registro literal de um texto manuscrito ou impresso, como também pela *tradição indireta*, constituída por traduções, paráfrases, citações etc.

Graças à facilidade de comunicação de hoje, comparada com a de séculos passados, a localização e coleta das fontes se tornou extremamente facilitada, já que podemos receber em nossa mesa de trabalho, por fax, e-mail etc. cópias bastante fiéis de manuscritos ou edições que se encontram nos mais diversos e distantes arquivos ou bibliotecas.

A *colação* das fontes consiste na localização dos *lugares-críticos*⁵⁵ dos manuscritos ou edições do texto, que são os pontos em que houver divergências entre elas.

Cada diferença existente entre uma e outra fonte constituirá uma *lição* ou *leitura*, sendo chamadas de *variantes* todas essas lições divergentes em relação ao *testemunho de colação*.⁵⁶

A *estemática*, com o objetivo de estabelecer uma genealogia dos testemunhos, é feita a partir dos *lugares-críticos* estabelecidos na *colação*, com a identificação dos *erros significativos*⁵⁷, que podem ser *conjuntivos* ou *separativos*.

Todas as variantes significativas encontradas nas diversas cópias e edições da tradição de um texto deverão ser registradas no *aparato crítico* porque uma edição crítica não é uma atividade que produza resultados irrefutáveis.⁵⁸

⁵⁵ "Esses elementos podem diferir pela sua ausência em um testemunho e pela presença em outro; pela sua ordenação diferenciada entre os testemunhos; pela sua equivalência a outro elemento em outros testemunhos, etc." (Cambraia, 2005: 135)

⁵⁶ "A escolha do testemunho de colação geralmente baseia-se na sua qualidade: escolhe-se o mais completo e em melhores condições" (*Idem, ibidem*, p. 136).

⁵⁷ "Para que o método seja aplicado com segurança é necessário, primeiramente, que se tenha certeza sobre qual das variantes existentes em cada lugar-crítico é um erro, ou seja, uma forma não-genuína. Em segundo lugar, é preciso que esse erro seja tão particular e idiossincrático que não possa ter sido cometido simultânea e independentemente por dois copistas; além disso, sua condição de erro não pode ser óbvia, pois, em sendo, os copistas poderiam intervir conjecturalmente e, dependendo da obviedade do erro, poderiam acabar por fazer modificações que resultassem no restabelecimento da própria forma genuína, sem a terem visto." (*Idem, ibidem*, p. 136)

⁵⁸ "O registro de variantes no aparato crítico serve a rigor para que o leitor saiba quais eram as opções em termos de variantes e qual foi a decisão tomada pelo editor: de qualquer maneira, tradicio-

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Feito o estema (o estabelecimento da genealogia dos testemunhos), pode-se efetuar a eliminação daqueles que foram cópias de outros subsistentes, desde que não tragam contribuições importantes. Neste caso, costumam ocorrer casos em que a fonte tenha sofrido algum dano que só pode ser restaurado com auxílio da referida cópia, caso em que esta não poderá ser descartada.

Casos há em que variantes significativas não-genuínas de uma tradição que teve alguma circulação entre o público-leitor, possam ser registradas no aparato crítico, constituindo-se uma edição crítica heterodoxa, pois ortodoxamente só se consideram as variantes genuínas.⁵⁹

Reconstituição

A reconstituição (ou *emendatio*) se pauta pela análise de toda a tradição de um texto, que se realiza “por meio dos testemunhos subsistentes [*op codicum*] e/ou por meio de conjectura [*op conjecturae*]”.

Na reconstituição por testemunhos, a reconstituição se faz através da escolha de uma das variantes presentes em um ou mais testemunhos, segundo os *princípios, regras* ou *cânones* tradicionais da crítica textual, entre os quais destacamos os seguintes, segundo as quais a lição preferível é a do maior número de testemunhos (*lectio plurimum codicum potior*), a mais antiga (*lectio antiquior potior*), a do melhor testemunho (*lectio melioris codicis potior*), a mais difícil (*lectio difficilior potior*), a mais breve (*lectio brevior potior*), a que explica a origem de outra (*lectio quae alterius originem explicat potior*), a métrica (*res metrica*), o estilo (u-

nalmente só se levam em conta as variantes que efetivamente poderiam ser genuínas” (Cambráia, 2005: 147).

⁵⁹ “Nessa perspectiva, a edição crítica não tem apenas a função de informar ao leitor quais são as variantes possivelmente genuínas, mas também aquelas que, mesmo sabidamente não-genuínas, foram lidas e tiveram impacto sobre a cultura. Não se trata mais apenas de restituir a forma genuína de um texto, mas também de historiar sua tradição.” (Cambráia, 2005: 148)

sus scribendi) e o contexto (*conformatio textus*) (Cf. Cambraia, 2005: 149-159).

Quando todos os testemunhos de um texto apresentam lacuna numa passagem, a reconstituição se faz por conjectura, assim como nas situações em que nenhuma das variantes pareça ser genuína. Também pode ocorrer de haver esta situação quando todas as tradições encontradas sejam diferentes e nenhuma se justifica pelos *princípios* da crítica textual.

Apresentação do texto crítico

Feita a fixação do texto crítico, organiza-se o material de acordo com algum critério estabelecido pelo editor, para o qual jamais houve consenso, apesar de haver partes consideradas indispensáveis, como as que apresenta o autor aqui seguido, com pequenas adaptações (Cf. Cambraia, 2005: 162):

MODELO BÁSICO DE APRESENTAÇÃO DO TEXTO CRÍTICO	
SUMÁRIO	5
APRESENTAÇÃO	7
I. INTRODUÇÃO	15
<i>I.1. Autor</i>	17
<i>I.2. Obra</i>	19
<i>I.3. Tradição da obra</i>	21
<i>I.3.1. Percurso histórico</i>	23
<i>I.3.2. Testemunhos</i>	25
<i>I.3.3. Estema</i>	27
<i>I.3.4. Fortuna editorial</i>	29
II. TEXTO	31
<i>II.1. Siglas dos testemunhos</i>	33
<i>II.2. Normas de edição</i>	35
<i>II.3. Texto e aparato crítico</i>	39
III. GLOSSÁRIO	151
IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

Sumário é a lista com os títulos de cada uma das partes constitutivas do livro, acompanhado do número da página em que começa cada capítulo, subcapítulo ou tópico relacionado

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

Apresentação de um livro é uma síntese do conteúdo de seu conteúdo e de algumas informações importantes para a sua contextualização para os leitores, tais como título da obra editada, autor, data de redação e/ou primeira publicação, testemunhos em que a edição crítica se baseia, editor responsável pelo estabelecimento do texto etc.

Além disso, também é lugar apropriado para uma breve justificativa para a edição, valorizando-a, portanto. Salientar explicitamente a importância de cada obra contribui para estimular os leitores potenciais a diversificarem e aprofundarem sua leitura: trata-se não apenas de uma questão de publicidade, mas, sobretudo, de estímulo a um permanente diálogo cultural entre texto e leitor. (Cabraia, 2005: 163)

Introdução é parte da obra em que se tratará de contextualizar a obra, tais como dados biobibliográficos do autor, a história da obra e sua tradição, incluindo-se neste também o percurso histórico e localização de todos os testemunhos, mesmo os que não puderem ser consultados, assim como o estabelecimento do estema e os estudos relativos às edições anteriores da obra.

O texto deve vir precedido das siglas dos testemunhos (códices e edições) do texto, seguidas de um capítulo em que se explicitam detalhadamente as normas de edição seguidas. Só depois disso é que se publica o texto propriamente dito, seguido do aparato crítico, que pode vir (e quase sempre vem) em forma de notas de pé de página ou de notas marginais, onde se registram as variantes e os comentários cabíveis, tais como as justificativas conjeturais, por exemplo.

Glossário é uma parte quase sempre indispensável na edição crítica, visto que praticamente não se justifica uma edição de obra completamente integrada na cultura dos seus pretendidos leitores. Este pode conter uma terminologia técnica existente na obra, assim como os vocábulos que não são frequentes no léxico atual e aqueles termos que já não têm o mesmo sentido utilizado pelo autor, seja por características estilísticas, seja por distanciamento cronológico ou por quaisquer outros motivos.

Referências bibliográficas são elementos indispensáveis numa edição crítica, não somente para que os leitores sejam orientados para outras possibilidades de leitura da obra, como para entender o contexto em que foi produzida e se difundiu, assim como para entender os motivos que levaram o editor por uma ou outra decisão em relação a possíveis passos polêmicos ou ambíguos no estabelecimento do texto e de sua tradição.

Tais referências bibliográficas devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas a publicações, podendo ser seguida de uma bibliografia básica do autor e sobre o autor e sua obra.

CRÍTICA TEXTUAL E INFORMÁTICA

Por fim, não poderíamos deixar de chamar rapidamente a atenção dos presentes para as vantagens e mesmo para a indispensabilidade do uso da informática nas atividades atuais do crítico textual e editor de textos, não somente na elaboração final de seu trabalho, como no seu desenvolvimento, conforme registramos ao tratar da fase de recensão ou busca e consecução dos testemunhos conhecidos.

Não vai escrita neste texto uma lista de instruções para a utilização dos bons editores de textos e de imagens, como são o Word da Microsoft e o CorelDRAW, por exemplo, nem recomendações sobre a utilização da Internet na comunicação, tanto para a transmissão quanto para a busca de informações virtualmente.

Mas desejamos deixar claro que não se pode prescindir da informática, hoje e daqui em diante, tanto para a transmissão de textos quanto para sua edição e editoração, e muito particularmente pela facilidade e pela rapidez e eficiência com que a informática nos serve tanto na fase de estabelecimento do texto quanto na sua apresentação e divulgação.

LIVRO DOS MINICURSOS DO XI CNLF

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAGNE, Augusto (ed.). *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1944, 3 vols. [2ª ed. 1955-1970, 2 vols.].

SILVA, José Pereira da. *Questoens apologeticas*: edição crítica. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Letras da UFRJ, 1987.